UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA
Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

Luciana Grespan Zago

Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon

Passo Fundo

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Luciana Grespan Zago

Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo
2007

Para as pessoas que mais amo, Mário, Ana e Bruna.

AGRADECIMENTOS

Ao Mário, Ana e Bruna, por entender a minha ausência e a importância dessa conquista.

As minhas duas mães, Dolores e Helena, que sempre me apoiaram e incentivaram na busca dos meus objetivos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Adelar Heinsfeld que ampliou minha paixão pela geopolítica e elucidou muitas dúvidas pertinentes a esse trabalho.

Aos professores Dr. Haroldo Carvalho e Dr. Eduardo Munhoz Svartman pelas contribuições valiosas na qualificação desse trabalho.

Aos professores Dr. Paulo José Koling e Dr. Eduardo Munhoz Svartman pela leitura criteriosa e considerações pertinentes na defesa desse trabalho.

Aos amigos que fiz em Passo Fundo, em especial Marisa e Marizete, companheiras de quarto, leitura, discussão, profissão, que tornaram a distância de casa mais amena.

Aos funcionários da Rádio Difusora, Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, todos do município de Marechal Cândido Rondon, pela colaboração nas longas horas de pesquisa em documentos.

RESUMO

Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense faz um estudo do município de Marechal Cândido Rondon que foi declarado Área de Interesse da Segurança Nacional, durante o período de 1968 a 1985, em plena vigência da Ditadura Militar. Leis, decretos e atos institucionais entraram em vigor nesse período com o objetivo de regular e, controlar todas as questões de ordem política, econômica e social. Assim, a fronteira também esteve inserida no contexto da Segurança Nacional, pois se fechava o país ao comunismo internacional. Os municípios localizados na fronteira e estâncias hidrominerais foram considerados locais estratégicos para manutenção do poder. O que pode ter motivado a inserção do município a Área de Interesse da Segurança Nacional foram os seguintes fatores: estar localizado na fronteira com o Paraguai, a intenção de construir uma usina hidroelétrica no Rio Paraná, diminuir o poder de atuação do PTB e pelo fato do município ser considerado um reduto de nazistas. Dessa forma, os governos militares e a ARENA usaram os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas e se perpetuar no poder, através da nomeação de prefeitos, do envio de verbas e visitas do Conselho de Segurança Nacional. O auge desse processo foi à visita do Presidente da República Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon em 1976. A partir da abertura política iniciaram movimentações para acabar com a nomeação de prefeitos e voltar às eleições diretas nos município. Assim, houveram associações que lutaram para acabar com as Áreas de Interesse da Segurança Nacional, como AFRONT e CONAM.

Palavras-chaves: Fronteira, Segurança Nacional, Ditadura Militar.

ABSTRACT

Border and National Security in the from Paraná end-west makes a study of the municipal district of Marechal Cândido Rondon that was declared Area of Interest of the National Security, during the period from 1968 to 1985, in the middle of the validity of the Military Dictatorship. Laws, ordinances and institutional actions went into effect in that period with the objective of regulating and, to control all of the subjects of order political, economical and social. Like this, the border was also inserted in the context of the National security because if it closed the country to the international communism. The located municipal districts in the border and hidro-mineral stays were considered strategic places for maintenance of the power. What might have motivated the insert of the municipal district the Area of Interest of the National Security were the following factors: to be located in border with Paraguay, the intention of building a hydroelectric plant in Rio Paraná, to reduce the power of performance of PTB and of the municipal district a stronghold of Nazi to be considered. In that way,the military governments and the ARENA they used the municipal districts of the Area of Interest of the National Security to impose their politics and if it perpetuates in the power, through the mayors' nomination, of the sending of budgets and visits of Council of National Security. The peak of that process belonged the visit to President Ernesto Geisel to Marechal Cândido Rondon in 1976. Starting from the political opening they began movements to end with the mayors' nomination and to return the direct elections in the municipal district. There were like this associations that struggled to end with the Areas of Interest of the National Security, like AFRONT and CONAM.

Key-word: Border, National Security, Military Dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Extremo Oeste Paranaense em 1965.....11
Figura 2 – Áreas Geopolíticas propostas por Golbery 37
Figura 3 – Estado do Paraná em 1938.....42
Figura 4 – Áreas de Trijunção de Fronteiras no Brasil 47
Figura 5 – Localização dos municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional.....51
Figura 6 – Mapa de Localização do Município de Marechal Cândido Rondon.....53
Figura 7 – Foto da Visita de Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon 72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO: Ação Cívica Social

AI: Ato Institucional

AFRONT: Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira

ARENA: Aliança Nacional Renovadora

CEFF : Comissão Especial de Faixa de Fronteira

CENIMAR: Centro de Informação da Marinha

CIEX : Centro de Informação do Exército

CISA: Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica

CSN: Conselho de Segurança Nacional

CONAM: Comitê Nacional de Autonomia Municipal

COOPAGRIL: Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon

DOPS: Delegacia de Ordem e Política Social

DOU: Diário Oficial da União

DSI: Divisão de Segurança e Informação

ESG: Escola Superior de Guerra

FAN : Frente Ampla de Notícias

MDB: Movimento Democrático Nacional

PCB : Partido Comunista Brasileiro

PC do B : Partido Comunista do Brasil

PDS : Partido Democrático Social

PMDB : Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB : Partido Trabalhista Brasileiro

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

SNI: Serviço Nacional de Informação

TSE : Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

RESUMO....4
ABSTRACT....5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES 6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS....7
INTRODUÇÃO....9
1 SEGURANÇA NACIONAL 14
1.1 A Doutrina de Segurança Nacional 15
1.2 As Leis de Segurança Nacional 21
2 FRONTEIRA E SEGURANÇA NACIONAL....30
2.1Os geopolíticos brasileiros e a fronteira....32
2.1 A organização da Fronteira no Oeste Paranaense na Política de Segurança Nacional 39
3 MARECHAL CÂNDIDO RONDON E A SEGURANÇA NACIONAL 53
3.1 Os prefeitos nomeados 58
3.2 A relação do município com o Conselho de Segurança Nacional 64
3.3 A visita do Presidente Ernesto Geisel à Marechal Cândido Rondon....68
4 A LUTA PELO FIM DAS ÁREAS DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL 75
4.1 A Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira – AFRONT 77
4.2 Comitê Nacional pela Autonomia Municipal – CONAM 82
4.3 À volta das eleições diretas nas Áreas de Interesse da Segurança Nacional 88
CONSIDERAÇÕES FINAIS....96
FONTES 99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....101

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964 os militares, com apoio da elite política e classes conservadoras do país, chegaram ao poder através de um golpe de Estado. Por meio de decretos e imposições legais, que ficaram conhecidos como Atos Institucionais, foram impondo a ordem pretendida: segurança e desenvolvimento. Pelo Ato Institucional n° 1 foram cassados os direitos políticos por dez anos daqueles indivíduos considerados oposicionistas ao regime, o Presidente da República passaria a comandar a economia, as finanças e o combate ao inimigo de todos: o comunismo internacional. Também por esse ato o Presidente da República passa a ser eleito de forma indireta, através de um colégio eleitoral, formado por deputados federais e senadores. A princípio, esta determinação valeria somente para a escolha do presidente que terminasse o mandato presidencial iniciado em 1961.Com o decorrer do processo contra-revolucionário, esta prática se tornou uma constante.

O primeiro presidente eleito dessa forma foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco[1] dizendo que resguardaria a ordem democrática. Mas não se furtou em editar um novo ato institucional que extinguiu os partidos políticos existentes e criou outros dois novos: a ARENA, como partido da situação e o MDB, como partido de oposição. Ademais, editou uma nova constituição, em 1967, que fortaleceu ainda mais o poder executivo em detrimento do poder legislativo. Pela nova constituição foram criados as Áreas de Interesse da Segurança Nacional que, posteriormente, foram regulamentados em decreto-lei determinando os municípios que se enquadravam nessa situação.

Foi durante este governo que a Doutrina de Segurança Nacional foi implantada com o objetivo de assegurar o desenvolvimento das potencialidades do país. Para tanto era imprescindível combater o grande inimigo do mundo ocidental: o comunismo internacional. Dessa forma a fronteira passou a ser importante, pois era através dela que esse inimigo externo poderia se infiltrar. No entendimento dos formuladores da doutrina a fronteira precisava ser guarnecida.

[1] Também foram eleitos por um Colégio Eleitoral os Generais-Presidentes Costa e Silva (1967-1969), Emilio G. Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), além do civil Tancredo Neves, mas assumindo seu vice José Sarney (1985-1990).

O presente trabalho aborda a questão da Segurança Nacional e a Fronteira no extremo Oeste paranaense, tendo como estudo específico às Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Como o país possuía uma extensa faixa territorial, impossibilita-se a presente análise tenha a abrangência a nível nacional, optando-se portanto, por um estudo de caso do município de Marechal Cândido Rondon entre o período de 1967 a 1985.

Marechal Cândido Rondon está localizado no Extremo-Oeste paranaense fazendo fronteira com o Paraguai. Em 1968 foi declarado Área de Interesse da Segurança Nacional e passou a ter seus prefeitos nomeados a partir de 1970 até 1985, quando ocorreu a descaracterização do município como Área de Interesse da Segurança Nacional. O que se denomina Extremo-Oeste paranaense é uma faixa de terra que compreende desde o município de Guaíra até o município de Foz do Iguaçu, toda uma área em que os municípios fazem divisas com a República do Paraguai.

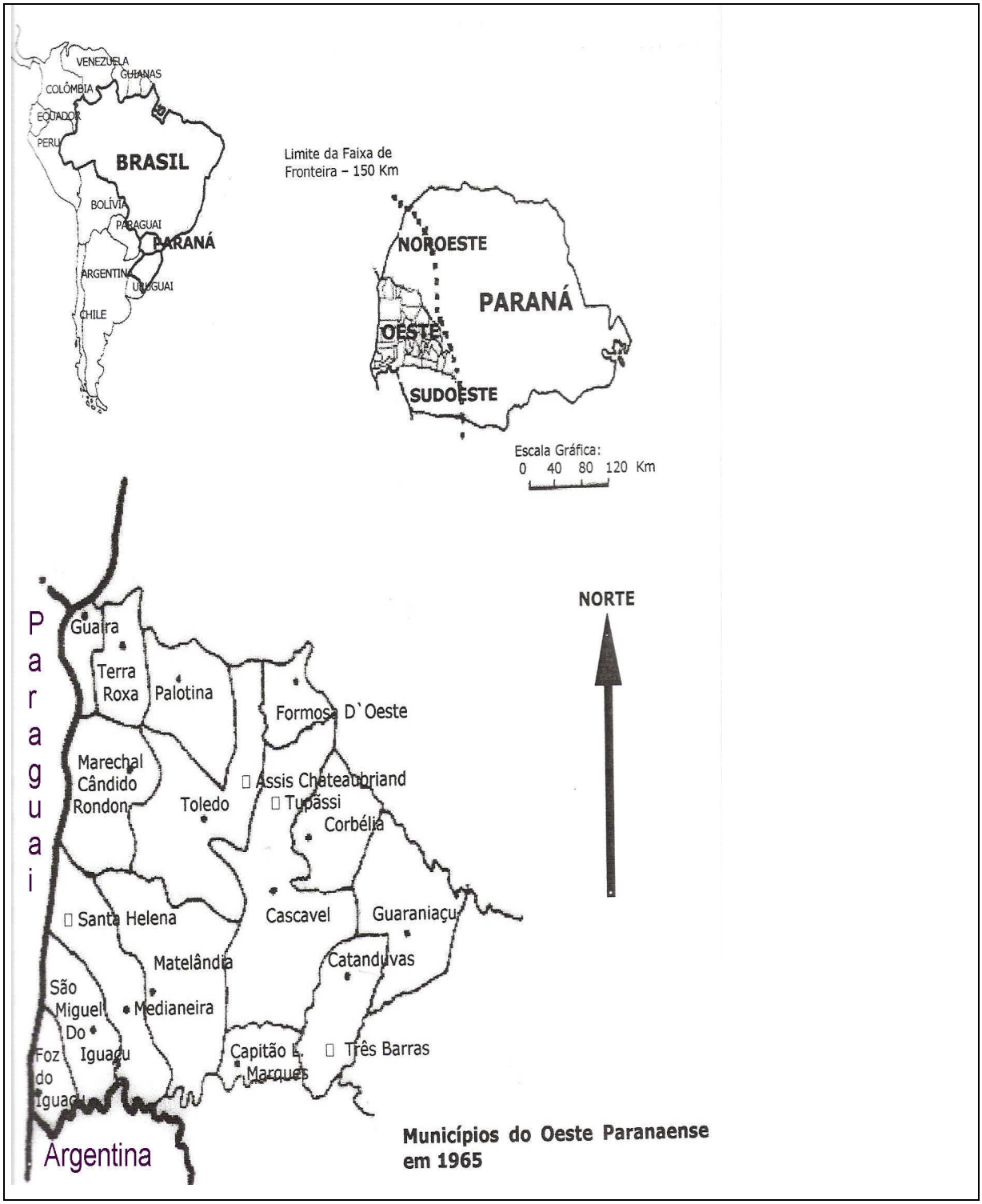
Toda a região Oeste do Paraná tinha sido recentemente colonizada a partir da política de segurança nacional, durante o governo de Getúlio Vargas nos anos 30 e 40. Mas naquela época a idéia era nacionalizar a fronteira, colonizar um imenso espaço que, para o governo estava sendo ocupado por empresas estrangeiras que exploravam madeira e erva-mate. Assim, desenvolveu a política da Marcha para o Oeste, que visava ocupar os "vazios demográficos" [2] situados a Oeste do país.

Durante a Ditadura Militar já não havia necessidade de se preocupar com a nacionalização da fronteira Oeste do Paraná, mas sim manter as fronteiras bem protegidas e impedir a entrada do inimigo, ou seja, o comunismo internacional. Além disso, desejava-se acabar com o inimigo interno, isto é, aquele que pudesse ter qualquer ligação com o comunismo. Por isso as perseguições aos estudantes, aos líderes sindicais do operariado e dos camponeses, aos políticos ligados aos partidos comunistas e ao PTB, aos intelectuais.

O objetivo inicial do trabalho era analisar as ações do governo federal durante a ditadura Militar na fronteira do Extremo-Oeste paranaense, sob a ótica da segurança nacional. O que era a Doutrina de Segurança Nacional? Por que alguns municípios passaram a serem considerados Áreas de Interesse da Segurança Nacional? Como a fronteira oeste do Paraná se inseriu nesse contexto? Como a classe política do município atuou contra ou a favor desse intervencionismo do governo federal?

[2] De acordo com Mota, ao aceitar que todo o oeste do país estava desocupado, significa esquecer a história dos grupos indígenas que viveram e que viviam nesses espaços.Ver em: MOTA, Lucio Tadeu. As guerras dos índios Kaigang: a historia épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).Maringá:EDUEM,1994.

Figura 1 – Localização do Extremo Oeste Paranaense em 1965.



Fonte: MISKIW, Antonio Marcos. Colonos, Posseiros e Grileiros**:** Conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66), 2000, p. 13.

Mas no decorrer do processo de pesquisa algumas informações coletadas proporcionaram outros questionamentos. Além de Marechal Cândido Rondon estar na fronteira com o Paraguai, houveram outros motivos para o governo federal caracterizá-lo como Área de Segurança Nacional? Que ações de grupos políticos e sociedade da civil foram realizadas para acabar com essa situação?

Portanto, esse trabalho tem por objetivo analisar a doutrina de Segurança Nacional, como a fronteira Oeste do Paraná foi sendo construída dentro de um contexto de segurança nacional, como a Arena e os governos militares usaram os municípios de Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas e se manter no poder e, finalmente que ações foram implementadas para acabar com as Áreas de Interesse da Segurança Nacional.

A escolha dessa temática para a pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a história do município num momento tão conturbado da história nacional. Além disso, muito pouco se pesquisou sobre esse período no município, pois há um interesse maior dos historiadores em estudar a história da região no momento da ocupação recente e da atuação das companhias colonizadoras.

O trabalho inicia com uma análise da Doutrina de Segurança Nacional e conseqüentemente as leis que foram promulgadas sobre ela no Brasil. O segundo capítulo tem por objetivo fazer uma revisão sobre os conceitos de fronteira escritos por geopolíticos brasileiros e de que forma foi sendo construída a fronteira no extremo Oeste paranaense, dentro da política de segurança nacional. Tanto no primeiro quanto no segundo capítulo usam-se as leis, decretos e decretos-leis que foram editadas sobre Segurança Nacional e fronteira.

O terceiro capítulo tem por objetivo analisar de que forma o município de Marechal Cândido Rondon, compreendido como Área de Interesse da Segurança Nacional, se relacionava com os governos estadual e federal. Descreve-se como ocorreram as nomeações dos prefeitos e a relação com a Câmara de Vereadores, como o município se relacionou com o Conselho de Segurança Nacional, principalmente através da Comissão Especial de Faixa de Fronteira e a visita realizada pelo Presidente da República, Ernesto Geisel, ao município de Marechal Cândido Rondon.

O quarto capítulo tem por objetivo analisar a luta pelo fim das Áreas de Segurança Nacional. Para tanto foi importante a atuação de duas organizações que lutaram por esse objetivo: a Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira e o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal.

Para escrever o terceiro e quarto capítulo foram utilizados um vasto acervo de fonte documental coletado em vários órgãos do município. As fontes utilizadas são: leis aprovadas pela Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, além das correspondências expedidas e recebidas, documentos coletados no arquivo da prefeitura que mostram a relação com o Conselho de Segurança Nacional. Os jornais editados no período também se tornaram importante para a realização desse trabalho, principalmente os editados no Paraná, que sempre privilegiavam os acontecimentos ocorridos na região: O Paraná, Fronteira do Iguaçu, O Estado do Paraná e Gazeta do Povo. Outro acervo documental importante foi o arquivo do Programa Frente Ampla de Notícia – FAN, da Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon. O FAN entrou no ar em 14 de novembro de 1966, sendo o programa mais antigo da Rádio Difusora e que vai ao ar diariamente das 13 às 14 horas. Como não havia a edição de um jornal escrito diário ou semanal no município, esse programa era a grande fonte de informações a nível regional, nacional e internacional.

1 SEGURANÇA NACIONAL

A expressão *Segurança Nacional* já estava inserida nos meios militares, desde o final da Segunda Guerra Mundial, nascida do antagonismo Leste-Oeste, que permeou os estudos sobre geopolítica a partir desse momento.[3] Em 1964 houve o golpe militar no Brasil e a implantação da ditadura que perdurou por mais de 20 anos, em nome de uma suposta segurança nacional que gradativamente aboliu os direitos individuais e coletivos dos cidadãos brasileiros. Os principais líderes desse movimento eram oriundos da Escola Superior de Guerra – ESG, onde desde 1949 quando foi fundada, a Doutrina de Segurança Nacional – DSN foi sendo gestada. De acordo com Miyamoto, ao final da Segunda Guerra Mundial, "criou-se o clima propício, contribuindo para que se fundasse definitivamente um centro aglutinador da elite das Forças Armadas"[4], a Escola Superior de Guerra – ESG [5], tendo como modelo as escolas norte-americanas National War College e Industrial College of the Armed Forces.

Este trabalho não tem como objetivo explicitar o surgimento da ESG, mas é importante destacar que na proposta de sua criação constava como objetivos promover a Segurança Nacional e o fortalecimento do potencial, no sentido de tornar o Brasil uma grande potência. A ESG não se envolveria diretamente na resolução dos problemas brasileiros, mas seria, sim, um centro de estudos e pesquisa que visava colaborar na formação de uma elite[6]

---

[3] A expressão geopolítica foi usada pela primeira vez por Rudolf Kjellen em novembro de 1916 no artigo *Staten som lifsform* (O Estado como organismo vivo) e conceituou "como o ramo da política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço portanto como país, territorium e dominium [...]". Apud BACKHAUSER, E. Geopolítica e Geografia Política. *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, n. 1, v. 4, p. 30.

[4] MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil.* Campinas: Papirus, 1995. p.79

[5] Sobre a ESG ver: GURGEL, José Amaral. *Segurança e Democracia.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1978.

[6] O que a Escola Superior de Guerra considerava elite eram pessoas que ocupavam cargos ou posições em setores ligados à indústria, comércio e meio acadêmico. A doutrina da ESG era repassada através da Associação dos Diplomados da ESG, que realizava cursos de extensão tendo como palestristas membros permanentes da ESG.

intelectual, tanto civil quanto militar. Na visão de Juarez Távora, um dos fundadores da ESG e um de seus primeiros teóricos, era necessário criar "um ambiente de compreensão entre os grupos nacionais e uma doutrina que promovesse o desenvolvimento do potencial nacional, mediante a aplicação coordenada daquele método, por todos os órgãos responsáveis, civis e militares."[7] Mas cabia aos militares comandar essa elite, pois, no entender deles a população, de um modo geral, era incapaz de levar a nação a um desenvolvimento econômico e social.

1.1 A Doutrina de Segurança Nacional

No Manual da Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional era conceituada como o "conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos e processos que permitem a sistematização dos estudos, a formulação e os desdobramentos da política e da estratégia de segurança nacional."[8] Portanto, na concepção dos participantes da ESG era imprescindível " a existência de uma organização apropriada de governo, caso contrário não haveria a possibilidade de se viabilizar uma política de segurança nacional."[9] E essa organização era a ESG, ligada às forças armadas, onde se fariam estudos sistemáticos dos problemas nacionais, com vistas a encontrar as possíveis soluções para esses problemas.

Para Comblin, a Doutrina de Segurança Nacional era uma ideologia que foi implantada pelos governos militares para a instalação de um estado forte e autoritário com o objetivo de salvar o país do comunismo internacional.[10] Os militares[11] e uma parte da elite brasileira acreditavam que o "grande mal" da humanidade era o comunismo. Era necessário impedir que esse "mal" se alastrasse pelo país, fazendo com que o país deixasse de percorrer o caminho para se tornar uma grande potência do mundo. Também havia a necessidade de controlar os grupos internos contrários a essa doutrina, que na concepção dos militares poderia aliar-se ou mesmo aderir ao comunismo.

A Doutrina de Segurança Nacional foi composta por vários elementos ou conceitos. Amaral Gurgel fez uma análise dos vários manuais da ESG, compilando os principais

---

[7] GURGEL, op.cit., p. 32

[8] Manual Básico da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1967, p. 171.

[9] MYIAMOTO, op. cit., p. 83

[10] COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional:* O poder Militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.13-16

[11] Quando se fala em militares é importante destacar que são aqueles ligados, principalmente a ESG, que ficaram conhecidos como "castelistas". No inicio da Ditadura Militar chegaram ao poder e aos poucos foram implantando idéias elaboradas na escola. Os mais conhecidos castelistas foram o General Golbery de Couto e Silva, o General João Batista Figueiredo e o General Ernesto Geisel. Ver em: DREYFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado.* Petrópolis: Vozes, 1981. SKIDMORE, Thomas. ***Brasil: De Castelo a Tancredo***. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

fundamentos da doutrina. Tomando como base essa análise, explicitar-se-á sobre esses elementos da doutrina.

A Política Nacional visava estabelecer os objetivos e metas que um país deveria seguir. Para que isso acontecesse deveria existir uma instituição que pudesse colocar em prática esses objetivos. Essa instituição era o Estado. Para a ESG o "Estado é a entidade de natureza política, instituída em uma Nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e cujos recursos ordena, para promover a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais." Na interpretação dos participantes da ESG o Estado tinha a função de promover o bem comum e para isso é necessário criar e manter a ordem política, econômica e social.[12]

Um dos pilares da doutrina eram os Objetivos Nacionais. Também chamados de Interesses Nacionais e Aspirações Nacionais, que na ótica da ESG são as metas e as necessidades de uma Nação. Essas metas podem ser Objetivos Nacionais Permanentes, quando os interesses subsistem por um longo período e geralmente exprimem os desejos da Nação; e Objetivos Nacionais Atuais que correspondem aos interesses intermediários ou realísticos, ou seja, a realidade conjuntural do país. Eram considerados Objetivos Nacionais Permanentes a:

> 1. Integridade Territorial: preservar o território nacional em toda a extensão, mantendo as suas atuais fronteiras.
> 2. Integração Nacional: consolidar a inteireza da comunidade nacional (língua, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais) mediante crescente espírito de solidariedade entre seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com sua participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã.
> 3. Democracia: adotar como regime político aquele baseado nos princípios democráticos, e em coerência com a realidade brasileira.
> 4. Progresso: conquista, em todos os campos da atividade nacional, de níveis de vida compatíveis com os melhores padrões do mundo e propiciados pelos recursos materiais e humanos do País.
> 5. Paz Social: estabelecer um sistema de vida fundamentado na harmonia e na solidariedade e solucionar os conflitos dos interesses entre os indivíduos, grupos e classes sociais sob a égide do Direito, da Justiça Social, dos Valores Morais e Espirituais.
> 6. Soberania: Manter intangível a Nação assegurando a sua faculdade de autodeterminação e a sua convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos e oportunidades.[13]

Os Objetivos Nacionais eram definidos pelo grupo que estava no poder. Nesse sentido, é importante lembrar que para a ESG era necessário formar uma elite capaz de

[12] GURGEL, op. cit., p. 62-68
[13] GURGEL, op. cit., p. 69-76

compilar os problemas nacionais, assimilar os anseios da Nação e então estabelecer as metas para a consecução.

Outro elemento importante da doutrina era a Estratégia Nacional. Se os Objetivos Nacionais tinham sido definidos pela Política Nacional, agora era necessário encontrar os meios para que as metas fossem cumpridas. Portanto, "Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, para alcançar e/ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional." A principal meta é manter a Segurança Nacional, não importando os meios utilizados para isso. Nesse sentido deve-se estabelecer as áreas estratégicas nas quais serão implementadas ações estratégicas. Para os formuladores da doutrina são consideradas áreas estratégicas setores como Educação, Saúde e Comunicações; ou áreas geográficas como a região Amazônica, regiões de fronteira, áreas com recursos hidrominerais, grandes centros urbanos e industriais e cidades portuárias. [14]

Mais um elemento importante da doutrina era o Poder Nacional que se configurava no instrumento da Política Nacional para a conquista e/ou manutenção interna e externa dos Objetivos Nacionais. O Poder Nacional pode ser dividido em quatro poderes:

- Poder Político: abrange os órgãos e funções de direção da Sociedade Política. É essa a função política por excelência e implica em que se estabeleça para o Estado, como entidade política soberana, o monopólio da coerção, isto é, da faculdade de impor, até mesmo pelo emprego da força, normas de conduta a serem obedecidas por todos. São componentes do Poder Político: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Político-Partidário.
- Poder Econômico: deve possibilitar a satisfação dos requisitos de bem-estar através do aumento da disponibilidade de bens e serviços, proporcionar igualdades na busca de empregos e justa distribuição de rendas, promover o equilíbrio regional, permitir a expansão da fronteira econômica e assegurar liberdade de decisão e de iniciativa para a economia regional. Os fundamentos específicos do Poder Econômico – Recursos Humanos, Recursos Naturais e Instituições Econômicas, devem ser entendidos como partes dos componentes do Poder Econômico: geoconômico, agrícola, industrial, comercial, tecnológico e financeiro. Os fundamentos devem ser desenvolvidos por cada um dos componentes para que os Objetivos Nacionais sejam atingidos.
- Poder Psicossocial: se expressa através de fatores e fenômenos psicológicos e sociais. Os fundamentos específicos são a população, meio ambiente e instituições sociais, das quais derivam os poderes componentes: poder do moral nacional, poder da comunicação social, poder da opinião pública, poder sindical e poder religioso.
- Poder Militar: é a integração de todos os elementos que participam do Poder Nacional e que se manifestam por efeitos principalmente militares. Seus componentes são: Poder Naval, Poder Militar Terrestre e Poder Militar Aeroespacial. [15]

[14] GURGEL, op. cit., p. 80-83
[15] GURGEL, op. cit., p. 83-132.

Um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional necessários para potencializar o Brasil era a própria Segurança Nacional que foi assim conceituada por Juarez Távora em 1953:

> A Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos. [16]

Na interpretação de Távora o Estado deve garantir a seus cidadãos que todos os interesses nacionais serão atingidos, não importando os meios, mas sim o fim. Os "fatores adversos internos e externos" eram a ação do comunismo internacional que através de planos psicológicos, propagandas a até conflitos armados impediam que os Objetivos Nacionais fossem alcançados. Usando de outras palavras, mas tendo a mesma interpretação Amaral Gurgel definiu Segurança Nacional como "a garantia proporcionada pelo Estado para a conquista e/ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões."[17] Comblin define Segurança Nacional como "a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais."[18]

Observa-se que nos conceitos apresentados, o Estado tinha um papel importante na Segurança Nacional, ele era o agente de todo o processo, aquele que ia garantir a nação toda à segurança, tantos aos inimigos a nível externo quanto aos inimigos internos. Note-se que para Gurgel a ação do Estado era benéfica e objetiva à sobrevivência e segurança da nação, enquanto que para Comblin a ação do Estado não era benéfica, pois não importava como o Estado faria, mas ela garantiria a qualquer custo a segurança da Nação. Essa manutenção da segurança a qualquer custo, não importando os meios, no entender de Comblin trazia prejuízos graves a Nação, pois os direitos individuais iam sendo diminuídos e a democracia foi sendo deixada de lado.[19]

Castelo Branco em uma aula inaugural do ano letivo de 1967 na Escola Superior de Guerra falou sobre a diferença entre defesa nacional e segurança nacional.

---

[16] Apud MIYAMOTO, op. cit., p. 84
[17] GURGEL, op. cit., p.138.
[18] COMBLIN, op. cit., p.54.
[19] COMBLIN, op. cit., p. 54-56

> O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre aspectos militares da segurança e, correlamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa.[20]

No entender de Castelo Branco a defesa nacional se preocupava muita mais com as agressões externas que poderiam ocorrer por meio da guerra, do que com os inimigos internos, que eram poucos e poderiam ser facilmente controlados. Mas quando se pensa em Segurança Nacional, se pensa na ação de inimigos externos e internos, que eram aqueles que poderiam prejudicar o desenvolvimento econômico e social da nação, provocar a instabilidade das instituições políticas, econômicas e sociais. Naquele momento, para Castelo Branco, o principal inimigo era o comunismo internacional, que era muito mais perigoso para a Nação, por isso a necessidade do governo de combatê-lo ferozmente. Todos aqueles que propunham um projeto para o país diferenciado daquele proposto pelos militares era considerado comunista. Por isso a perseguição aos petebistas aliados de João Goulart, aos estudantes, aos ligados aos partidos comunistas como o PCB e PC do B, entre outros. "Para ela [segurança nacional] o inimigo é, por excelência, *o comunismo internacional.* Este se infiltra, propaga sua ideologia, ganha adeptos no seio do povo. No comum das vezes o *inimigo* é representado por grandes parcelas da população, especialmente pelas classes populares quando lutam e reivindicam."[21]

Martins afirma que o conceito dominante de segurança nacional "envolve os problemas da guerra e da paz; os problemas da política, da economia e psicossociais. Enfim, envolve tudo que diz respeito à sociedade brasileira e sua base física: o território, os recursos naturais, etc., a partir de suas preocupações básicas: com os problemas da guerra e com o fortalecimento do Estado."[22] Era necessário que o Estado garantisse a todo custo o desenvolvimento e a segurança da nação. A partir dessa idéia de preservação do estado de direito, pregada pelos militares brasileiros, Carlos Meira Matos escreveu que:

---

[20] Apud MATTOS, General Meira. *Geopolítica e destino*. 2ª ed. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1979. p. 61-62

[21] MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Tudo é História, v. 112. p.9 Grifo do autor.

[22] Idem, p. 9.

> A Segurança Nacional passou a ter um sentido global de defesa da soberania e preservação das instituições e da ordem contra os novos tipos de agressão cuja intensidade de aplicação é uma característica da guerra revolucionária [...], cujo objetivo é enfraquecer até levar à queda as instituições dos Estados não comunistas e transformá-los em repúblicas socialistas.[23]

Matos compartilha com Juarez Távora o mesmo conceito de Segurança Nacional, ou seja, acredita que o Estado, para garantir a sua legitimidade e objetivos pode lançar mão de ações sejam elas políticas, psicossociais, econômicas e militares. Para tanto, o Estado deve ter leis sejam específicas ou contidas em sua própria Constituição, para garantir a sua proteção.

Todos esses elementos que foram mencionados como parte da Doutrina de Segurança Nacional, na interpretação dos esguianos levariam o país a um pleno desenvolvimento econômico, onde haveria justiça social e a prática democrática em toda sua plenitude. Interessante destacar que em vários discursos proferidos pelos presidentes militares e na promulgação de Atos Institucionais o termo "democracia" era amplamente utilizado como a concepção política adotada pelos governos militares. Segundo a Escola Superior de Guerra a democracia era:

> O regime político fundado no reconhecimento de que a dignidade humana é o mais alto valor social. Inspira-se nos ideais de liberdade e igualdade, estabelece o Estado de Direito e adota o sufrágio como instrumento para escolha daqueles que, na qualidade de representantes do povo, devam ser investidos no exercício de funções políticas.[24]

Para a ESG somente em um Estado de Direito baseado na harmonização e divisão dos poderes é que os direitos individuais poderiam ser respeitados. Essa idéia de que o Estado existe para a garantir os direitos individuais do cidadão, advêm das idéias iluministas do século XVIII. Se para a ESG a Doutrina de Segurança Nacional existe para garantir justiça social e o bem comum, para Comblin a doutrina nada mais era do que a luta contra o comunismo internacional.[25] Todos os elementos da doutrina convergiam para derrotar esse inimigo do Ocidente. E se para garantir a harmonia e o bem estar da nação, fosse preciso restringir a liberdade, então que o sacrifício fosse feito. Essa idéia fica evidenciada através do conceito de Golbery sobre democracia:

---

[23] MATOS, Carlos de Meira. Segurança Nacional: Ideologia ou necessidade inerente ao Estado? *Política e Estratégia.* V.5, n° 4, 1987. p. 576.
[24] Manual da ESG, p. 122
[25] COMBLIN, op. cit., p. 56

> A democracia, para mim, é muito mais participativa do que propriamente garantia de liberdade. Há um mínimo de liberdade que é indispensável, realmente, e deve ser assegurado à sociedade, mas desde que a sociedade participe das grandes decisões e colabore com o governo nas leis e nas medidas que devem ser tomadas. Esse mínimo de liberdade irá sendo acrescido pelo próprio esforço, aí já com boa presença efetiva do povo no poder.[26]

No entender de Golbery desde que o povo aceitasse as medidas adotadas pelo Estado sem contestação, não havia problema. Nem todos os militares que chegaram ao poder em 1964 tinham passado pela Escola Superior de Guerra, onde a doutrina tinha sido gestada, mas essa acabou sendo adotada pelo grupo que chegou ao poder. Gustavo Moraes Rego Reis, militar que ocupou vários cargos durante a Ditadura Militar menciona que:

> A Revolução não tinha projeto. [...] A ausência de uma reação do governo, a falta de uma ideologia e de um projeto, inicialmente deixou todos perplexos. Todos! [...] A ESG, inicialmente, não influenciou. O binômio desenvolvimento e segurança [...] foi adotado justamente por falta de uma ideologia realmente original. [...] Basicamente, no Brasil, um projeto tem que olhar a parte econômica e social. A Revolução não pensava nisso, a Revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica comum era o anticomunismo.[27]

Sem um projeto definido, pois a prioridade era deter o avanço das idéias comunistas, o binômio desenvolvimento e segurança acabou sendo adotados para mostrar a sociedade brasileira que os militares tinham um projeto. Para Miyamoto "o que se pode certamente é considerar por parte da conduta dos governos militares, de acordo com o prestígio político da doutrina, e, dentro desta, alguns de seus elementos que tiveram maior ou menor influência na elaboração da mesma."[28]

1.2 As leis de Segurança Nacional

Acredita-se que as leis de Segurança Nacional surgiram somente quando os militares implantaram a Ditadura Militar em 1964. Mas a primeira referência que se fez sobre a Segurança Nacional foi na Constituição de 1934[29], quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional que passará a se chamar Conselho de Segurança Nacional pelo Decreto n° 7, de 3 de agosto de 1934. Este conselho tinha o objetivo de analisar todas as questões relativas a

---

[26] Apud OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. *Política e Estratégia*. V. 6, n° 2, 1988. p. 243.
[27] Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em julho de 1992. Ver: D'ARAUJO, Maria C. et al. *Visões do Golpe: A memória militar de 1964.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
[28] MIYAMOTO, op. cit., p. 97.
[29] SILVA, Hélio. *As constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1985. p. 76-77

Segurança Nacional, desde os crimes cometidos contra o Estado até assuntos relativos a fronteira, como ocupação, construção de pontes, estradas e instalação de indústrias. O Conselho era composto dos seguintes órgãos: Comissão de Estudo de Segurança Nacional, Secretaria Geral de Segurança Nacional e Seções de Segurança Nacional (uma em cada ministério). Pela Constituição de 1934 o Conselho era presidido pelo Presidente da República e também fariam parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada (hoje Marinha).

A primeira Lei de Segurança Nacional foi sancionada no dia 4 de abril de 1935 e previa os crimes cometidos contra a ordem política e social. O que era considerado crime contra a ordem política e social? Mudar a Constituição ou a forma de governo por meios violentos, opôr-se ao livre funcionamento de quaisquer dos poderes políticos da União, Estado e Município, instigar a desobediência da ordem pública tanto de civis quanto de militares, para tanto usando meios impressos (jornais, livros e panfletos) e falados (discursos e rádio transmissores autorizados e clandestinos), criar sociedades com o objetivo de subverter a ordem, incitar por meio de propaganda atentados e associações à violência religiosa e social. Tudo era considerado crime quando tentasse modificar a ordem estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas.[30]

A lei n° 38 "inaugurou o critério, que até hoje se mantém, de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, o que sempre se fez para submeter tais crimes a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais." [31] Naquele momento histórico e que se manteve em todas as leis de Segurança Nacional era necessário garantir que todo crime cometido contra o Estado tivesse uma punição, mostrando a todos que para esse tipo de crime a justiça aconteceria. Então para julgar os crimes políticos e sociais cometidos foi criado o Tribunal de Segurança Nacional através da Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936.

Em 5 de janeiro de 1953 foi aprovada a nova Lei de Segurança Nacional, que previa os crimes cometidos contra a ordem política e social e contra o Estado. Diferente da anterior que havia um Tribunal especial para processar e julgar os crimes, nessa nova lei cabia a Justiça Militar julgar os crimes contra a segurança externa e a justiça comum julgar os crimes

[30] Lei n° 38 de 4 de abril de 1935, DOU.
[31] FRAGOSO, Heleno. Lei de Segurança Nacional.In: ABREU, Alzira Alves de e et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 193***0.** Ed. Revista e Atualizada. Editora FGV/CPDOC: Rio de Janeiro, 2001. v.3. p.3058.

contra a segurança interna, cabendo recurso ao Supremo Tribunal Federal. Os crimes contra a ordem social, política e Estado praticamente permaneceram os mesmos.[32]

O processo e julgamento desses crimes foram modificados pelo Ato Institucional n.2 de 27 de outubro de 1965 que dava competência a Justiça Militar. No artigo 8º, parágrafo 1º estabelecia que "este foro especial poderá estender-se aos civis nos casos expressos em lei, para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."[33] A partir desse momento todos seriam julgados pelo Tribunal Militar, sendo militares ou civis, tendo cometido crime contra a segurança nacional interna ou externa. Pela lei houve a concentração do julgamento e punição nas mãos dos militares, retirando da justiça comum todo e qualquer poder sobre esse tipo de crime. Além disso, o Ato Institucional N° 2 em seu artigo 30 previa que o Presidente da República poderia baixar atos complementares através de decretos-leis sobre qualquer assunto referente a Segurança Nacional.

No dia 5 de fevereiro de 1966, o Presidente Castelo Branco editou o Ato Institucional N° 3 que estabelecia eleições indiretas para governador dos Estados e nomeação dos prefeitos das capitais. Ainda naquele ano estavam previstas eleições tanto para Presidente da República, governador de Estado, deputados e senadores, que foram suspensas. Alegando ser conveniente a Segurança Nacional alteraria-se o processo de escolha dos prefeitos municipais e das capitais dos Estados. Para os comandantes da Ditadura Militar o controle do processo eleitoral era importante para que se mantivessem no poder e para a continuidade do processo iniciado em 1964, além de impedir possível oposição em cargos eletivos considerados importantes. A primeira eleição pelo voto direto tinha acontecido em 22 de março de 1965 com as eleições municipais e a oposição tinha conseguido vitórias em municípios considerados estratégicos.

A primeira Lei de Segurança Nacional do Regime Militar foi publicada em 13 de março de 1967, pelo Decreto-Lei 314. Em suas disposições preliminares definia a Segurança Nacional como toda "a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto externos como externos." Também previa que toda pessoa era responsável pela Segurança Nacional e as medidas de prevenção e repressão à guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária e subversiva que eram os pontos inovadores nessa lei.

"A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado numa ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo

---

[32] BRASIL Lei nº 980, de 5 de janeiro de 1953. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.
[33] BRASIL. Ato Institucional n˚2, de 27 de outubro de 1965. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

da nação."[34] Esse conceito estava na base da Doutrina de Segurança Nacional e foi formulada pelos norte-americanos sendo amplamente adotado em vários países latino-americanos, incluindo o Brasil. De acordo com Comblin os norte-americanos chegaram a alguns princípios bastante simples sobre a guerra revolucionária. Primeiro "a guerra revolucionária é a nova estratégia do comunismo internacional", ou seja, em qualquer lugar do mundo onde havia um conflito, aí estava a presença do comunismo internacional. Segundo, "já que o comunismo está por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, existe entre todos um parentesco evidente e o mesmo modelo deve servir para compreender todos". Isso significava que estudando um conflito ocorrido em algum lugar do mundo era possível estudá-lo e entendê-lo, evitando que pudesse ocorrer o mesmo processo em algum lugar. E terceiro princípio, "a guerra revolucionária é uma questão de técnica. É uma nova técnica de guerra." Portanto, era possível encontrar formas e técnicas para debelá-la seja aqui no Brasil, em Cuba ou no Vietnã.[35]

Para impedir que a guerra revolucionária tivesse êxito era preciso antever os passos daqueles que podiam ser simpatizantes desta ideologia. Isso só era possível com a criação de um serviço de inteligência, que pudesse detectar todos os membros subversivos pertencentes a partidos ou grupos revolucionários. Para Comblin "as técnicas são as mais variadas: presença permanente em toda à parte: nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Principalmente informações. Nessa guerra, a arma decisiva era a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios."[36] E um dos meios mais utilizado foi a tortura.

No Brasil tão logo os militares chegaram ao poder criaram o Serviço Nacional de Informação – SNI. Para Golbery de Couto e Silva, criador e primeiro chefe do SNI:

> Só um serviço de informações centralizado, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda a espécie, poderá coligir os dados necessários à preparação de levantamentos estratégicos suficientemente completos e atualizados. A Informação Estratégica torna-se, assim, instrumento de capital importância na Estratégia Nacional, tanto na paz como na guerra.[37]

Esse serviço de inteligência coletava informações em todos os lugares e contava com a ajuda do Centro de Informação do Exército (CIEX), Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), além das polícias

[34] BRASIL. Decreto-lei n° 314, de 13 de março de 1967. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.
[35] COMBLIN, op. Cit., p. 44-45.
[36] Idem, p. 47.
[37] SILVA, Golbery de Couto e. *Aspectos Geopolíticos do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exercito, 1957. p. 255.

secretas estaduais e federal. Além disso, "em todos os ministérios e empresas estatais foi instalada uma Divisão de Segurança e Informação (DSI), ligada diretamente ao SNI". [38] Acredita-se que o SNI chegou a ter milhares de agentes atuando numa complexa rede em busca de informações que pudessem identificar os possíveis subversivos ou aqueles que pudessem desestabilizar a ordem imposta, principalmente aqueles que pudessem estar ligados ao comunismo internacional.

> Os serviços de inteligência fazem esforços desmedidos para reconstituir, a partir dos menores indícios, toda uma trama de guerra revolucionária. Já que não há nenhuma diferença entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra, já que tudo isso é manifestação de um único fenômeno, a guerra revolucionária, a inteligência consiste em criar uma rede abstrata de relações entre a suposta guerra revolucionária e qualquer indício de descontentamento por parte do povo. Em toda parte haverá a presença do comunismo internacional; em toda parte uma guerra potencial.[39]

Outro ponto que pode ser considerado inovador na LSN, de 1967, foi a definição de guerra psicológica adversa. Não que não tivesse sido mencionada nas leis anteriores, mas, naquele momento era importante deixar claro o seu conceito:

> A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra propaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.[40]

Para os militares brasileiros "o inimigo age principalmente no plano psicológico; a ação psicológica é a principal arma do comunismo internacional."[41] Por isso era necessário usar meios de repressão em todos os setores da sociedade para acabar com o inimigo. Por isso também a lei deixava claro que a segurança nacional era obra de todos.

Os militares brasileiros também utilizaram a ação psicológica para mostrar a sociedade que a revolução comunista não resolveria os problemas nacionais. Uma das ações implantadas pelo governo militar foi a instalação do programa Ação Cívica Social – ACISO. Esse programa era formado por um conjunto de atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas, paralelas as suas missões normais e visavam elevar o nível econômico e social das

---

[38] KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise.* São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982. p. 18
[39] COMBLIN, op. cit. p. 47
[40] BRASIL. Decreto lei n° 314, de 13 de março de 1967. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.
[41] COMBLIN, op. cit., p. 49.

populações abrangidas. Havia um entrosamento entre as guarnições militares, prefeituras, clubes de serviço, entidades assistenciais, órgãos de classe nas áreas mais necessitadas do país. Esses programas atuavam em locais onde não havia assistência médica, escolas e áreas de fronteiras. Os idealizadores do programa acreditavam que as atividades desenvolvidas pelos oficiais, soldados e população pudessem criar um ambiente de contato mais íntimo, mostrando que as Forças Armadas também podiam trazer o progresso e o bem estar as comunidades.

Em setembro de 1969 por meio de Decreto-lei editou-se uma nova lei de Segurança Nacional tornando mais severas as punições dos crimes cometidos. Colocar a independência do Brasil em perigo, submeter à soberania nacional a outro país, aliciar pessoas estrangeiras para invadir o país, sabotar instalações militares e invadi-las por mais de 30 dias, praticar espionagem para outro país, promover a insurreição armada, promover a guerra revolucionária e subversiva, eram todos crimes, que se cometidos poderiam levar a prisão perpetua e se porventura ocorresse morte na prática desses atos, a pena seria de morte. Pode parecer estranho a menção da invasão de instalações militares por mais de 30 dias, sabendo-se que naquela época se alguém invadisse qualquer área militar por poucas horas seria severamente punido.

A edição dessa lei visava acabar com todos os conflitos armados que estavam se espalhando pelo Brasil. Como na lei anterior, todos os crimes cometidos seriam julgados no foro militar, mesmo quando cometidos por civis. Se alguém fosse punido com a pena de morte, o Presidente da República era automaticamente comunicado e poderia transformar a pena em prisão perpétua.[42]

A Constituição do Brasil de 1967 estabeleceu que o órgão responsável para assessorar o Presidente da República para a formulação e consecução da política de Segurança Nacional era o Conselho de Segurança Nacional. Faziam parte do conselho o Presidente e Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Marinha. De acordo com a lei o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional é o

[42] BRASIL. Decreto–Lei n°898, de 29 de setembro de 1969. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e tem honras, direitos e prerrogativas de Ministro de Estado.[43]

Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

> I – Estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a política nacional;
> II – Estabelecer o Conceito Estratégico Nacional, bem como as diretrizes dele decorrentes;
> III – Estudar os assuntos relacionados com a política de segurança nacional, no âmbito interno e externo, em especial aos referentes a segurança interna; segurança externa, tratados, acordos e convênios com entidades e países estrangeiros, programas de cooperação internacional e política de desenvolvimento nacional;
> IV – Indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse;
> V – Dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para a concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso e estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;
> VI – Modificar ou cassar as concessões ou autorizações mencionadas no item anterior;
> VII – Conceder licença para o funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras, bem como autorizar a filiação das nacionais a essas entidades.[44]

Note-se que até então, competia ao conselho assessorar o presidente em questões relativas à segurança nacional. Mas com esse decreto a função do conselho foi ampliada, pois também passou a ser responsável pela formulação da política de desenvolvimento nacional, com o estabelecimento dos Objetivos Nacionais Permanentes e o Conceito Estratégico Nacional, assim conceituado por Golbery: "O Conceito Estratégico Nacional é a diretriz fundamental da Política de Segurança Nacional."[45] Para ele nada mais importante era do que estabelecer uma estratégia, ou seja, uma segurança nacional, para que o país alcançasse o bem-estar, o progresso, ao desenvolvimento sem antagonismos internos e externos. Para Elio Gaspari, o Conselho de Segurança Nacional,

---

[43] BRASIL. Decreto–Lei n°1135, de 3 de dezembro de 1970. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo. Esse decreto substituiu o Decreto-lei n° 348, de 4 de janeiro de 1968.
[44] Idem.
[45] SILVA, op. cit., p. 78

> Foi um instrumento de militarização do poder presidencial. [...] Viveu entre a obscuridade burocrática e o esplendor cenográfico, ora entregue a coronéis anônimos, ora servindo de pano de fundo para a edição do AI-5, em 1968. Em todos os casos funcionou como uma assessoria militar e privada do presidente. Foi arquivo de projetos indesejáveis e respaldou, com sua denominação grandiloqüente, atos que não passavam de decisões individuais do governante. De conselho tinha apenas o nome, pois era composto pelos ministros e pelos chefes de estados maiores, colaboradores que o chefe do executivo podia dispensar a qualquer momento.[46]

Já num clima de abertura política e de crise econômica foi editada a Lei de Segurança Nacional vigente até os dias atuais. Por meio da Lei 6620 de 1978, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, diminuiu-se a severidade das punições da lei anterior. Não havia mais as penas de prisão perpetua e de morte. Mas, assim mesmo, continua considerando crimes as greves realizadas por trabalhadores e as manifestações de pensamento (propaganda, ofensa, instigação). Apesar de ser proibido toda e qualquer manifestação pública contra o regime militar, nada impediu que houvesse greve de trabalhadores por melhores salários, passeatas populares exigindo o fim da anistia aos considerados criminosos políticos e a criação de associações que desejavam o retorno de eleições diretas para Presidente da República, governador de Estado e prefeito para as Áreas de Interesse da Segurança Nacional.

Outro ponto que vale destacar diz respeito ao julgamento dos crimes, que continuaram sob a responsabilidade da Justiça Militar. Na opinião de Heleno Fragoso os crimes considerados de segurança interna deveriam ser julgados pela justiça comum, "pois esse é o sistema democrático de repressão desses crimes".[47] A novidade dessa lei se deu pela citação dos objetivos nacionais: soberania nacional, integridade territorial, regime representativo e democrático, paz social, prosperidade nacional e harmonia internacional. [48] Em 1983, através de um anteprojeto de lei tentou-se implantar uma nova Lei de Segurança Nacional, mas não houve sua aprovação no Congresso Nacional. Este projeto previa o abrandamento das penas dos crimes cometidos contra a segurança nacional. Mas a característica mais evidente era o abandono da Doutrina de Segurança Nacional.

Heleno Fragoso escreveu sobre a necessidade de mudança da lei, apoiando-se nos argumentos que só se obtêm segurança nacional com a prática democrática, a liberdade e a

---

[46] GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 49-50.
[47] FRAGOSO, Heleno, op. cit., p. 3059.
[48] BRASIL. Lei n. 6620, de 17 de dezembro de 1978. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

justiça social, e não com o uso terrorrístico de leis que atentem contra os direitos individuais da população.[49]

Para Miguel Reale "segurança nacional implica mais um *poder-dever* do Estado, para salva-guarda dos valores comunitários, e não exige que seja instaurado um Poder, ainda que moderador, como árbitro das forças que, como expressão da opinião pública, vão realizando as opções próprias no âmbito do processo democrático."[50] Para Reale numa sociedade democrática a segurança nacional deve preservar os valores individuais e as instituições nacionais.

A Doutrina de Segurança Nacional foi posta em prática a partir do momento que se implantou a Ditadura Militar em 1964. Mas dentro da história brasileira as questões relativas à segurança nacional começaram a ser tratada anteriormente a esse período. Durante o governo de Getúlio Vargas é que se iniciou a implantação das primeiras leis relativas a esse assunto, que não ficaram restritas a manutenção da ordem social. Haviam preocupações como outros setores da sociedade, como a nacionalização do território brasileiro compreendido na fronteira. Por isso é mister entender o processo de construção da fronteira, que será abordado no próximo capítulo.

[49] FRAGOSO, Heleno. *A nova lei de Segurança Nacional*. Disponível em:http/www.fragoso.com.Br/cgi-bin/heleno_artigos/arquivo32. Acesso em 29/03/05/

[50] REALE, Miguel. A Segurança Nacional nas Constituições Brasileiras – Seu Significado Atual. *Revista Política e Estratégia***,** v. 07, n° 1, 1989.

2 FRONTEIRA E SEGURANÇA NACIONAL

A fronteira esteve sempre incluída nas discussões geopolíticas, pois o seu conceito esteve ligado a expansão territorial dos Estados e das estratégias de atuação do corpo estatal. No caso do Brasil isto decorre da imensa área fronteiriça do Brasil, que faz limites com quase todos os demais países sul-americanos, exceto com o Chile e o Equador, e também por possuir uma extensão marítima acentuada, estando o Brasil numa situação geográfica estratégica. Conseqüentemente o poder do Estado brasileiro passa intimamente pela sua territorialidade. Para os geopolíticos brasileiros, essas análises sempre estiveram permeadas também pelo desenvolvimento e inserção dessas áreas num contexto mais amplo, ou seja, num contexto nacional e até internacional. As áreas fronteiriças acabam sendo consideradas locais estratégicos onde o Estado pode desenvolver suas políticas nacionalistas, onde a identidade nacional se exprime com mais força, ou como diria Ratzel, "o invólucro plástico que o Estado se ocupa e nele se desenvolve."[51]

"A vinculação inseparável entre Estado e território, integrados no princípio fundamental da soberania nacional, obriga o Estado a definir, no solo, no mar e no ar, os limites da sua área de poder. Surge daí a fronteira, faixa de contorno estatal."[52] As linhas demarcatórias na fronteira são definidas na maioria das vezes através de acordos diplomáticos e tratados, tendo sempre a preocupação na definição de um limite exato e claro. Golin diz que como "referência facilitadora, a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão." E salienta ainda que "a compreensão da relação entre fronteira e limite é imprescindível no estudo particular das áreas entre países limítrofes. O caráter aberto e desafiador da fronteira contrasta com a necessidade de precisão do limite, que precisa estar objetivamente demarcado na topografia como artificialidade inserida pelo Estado político."[53] Por isso os países ao fazerem acordos e tratados de limites

---

[51] MATTOS, General Meira. *Geopolítica e destino.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979. p.30

[52] HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco***:** as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*.* Joaçaba: Edições UNOESC, 2003. p.19.

[53] GOLIN, Tau. *A Fronteira:* Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 14

preferem usar as "fronteiras naturais" – os rios, o mar, os lagos, as montanhas e cordilheiras, às "fronteiras antropogeográficas" – lingüísticas, étnicas, culturais e religiosas, por ter um caráter mais exato[54]. Nem todos os geopolíticos concordam com a exatidão das fronteiras naturais. Backheuser diz que "as fronteiras naturais nunca satisfazem por completo,"[55] pois os tratados de acordos e limites podem ser sempre contestados, dependendo da interpretação que se faz. Raffestin completa dizendo que é um absurdo falar em fronteiras naturais, porque elas só existem se subtrairmos a historicidade delas.[56]

Para Heinsfeld, "as fronteiras e os países não estiveram sempre onde estão, bem como não existiram sempre. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. As fronteiras, partindo da linha limítrofe, podem ser consideradas a delimitação espacial do Estado, ou seja, a sua evidência territorial."[57] Mas deve-se ficar claro que limite e fronteira não tem o mesmo significado. "O conceito de limite é utilizado como linha divisória entre os estados limítrofes." Enquanto que "a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão."[58] Como Golin salienta a fronteira não tem uma clareza, e defini-la somente como uma extensão ou faixa de terra, acaba por se ter uma visão muito simplista. Para Lia Osorio Machado.

> Enquanto a *fronteira* pode ser um fator de forte integração, na medida que for uma zona de interpretação mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fato de separação, pois separa unidades soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certo fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.[59]

Bordieu salienta que "a fronteira nunca é mais do que produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo elementos que ela reúne."[60] Portanto, a fronteira é mais produto de uma construção histórica do que uma ação natural. Delgado de Carvalho diz que "a fronteira é obra política, indica o poder de expansão a que chegou o corpo social que envolve." E mais adiante afirma que "as fronteiras políticas

---

[54] MATTOS, op. cit., p. 30 -36.
[55] BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. p. 110
[56] RAFFESTIN, Claude. ***Por uma geografia de poder.*** São Paulo: Ática, 1993. p. 166.
[57] HEINSFELD, Adelar. O olhar geopolítico sobre as fronteiras. *Revista História Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF. v. 3, n. 2, dezembro 2002, p. 107
[58] GOLIN, op. cit., p. 10-14
[59] MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras Redes. In: STROHAECKER, T.M. et all. *Fronteiras e espaço global.* AGB: Porto Alegre: 1998. p. 42. Grifo da autora.
[60] BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre idéias de região. In: *O poder simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 114

apresentam um caráter temporário e passageiro, que depende da política territorial do momento [...]." [61] Para os dois autores o Estado tem uma participação importante no que se refere às políticas de ocupação e inserção da fronteira ao todo estatal. Assim, pode-se dizer que fronteira é uma construção humana, construção essa proveniente da necessidade de perpetuação do poder daqueles que controlam o Estado.

2.1 Os Geopolíticos brasileiros e a fronteira

A formação do território brasileiro sempre esteve ligada à expansão de suas fronteiras. Inicia-se no final do século XVI quando os bandeirantes adentraram a Oeste na busca de riquezas minerais e índios, ultrapassando a linha divisória do Tratado de Tordesilhas e, conseqüentemente, expandindo a fronteira. No século XVIII, Alexandre de Gusmão usando o princípio do *uti possidetis*, garantiu através do Tratado de Madri, o território que tinha sido conquistado pelos bandeirantes. Durante o século XIX há uma preocupação do governo brasileiro em ocupar efetivamente as áreas territoriais, que tinham sido conquistadas nos séculos anteriores, com a instalação de núcleos coloniais de imigrantes no sentido de povoar os vazios demográficos. No governo republicano, principalmente pela atuação do Barão do Rio Branco resolvesse praticamente todas as pendências limítrofes do Brasil - questão de Palmas, Amapá, Acre, Peru e Uruguai.[62] Portanto, até o início dos anos 30, "o Brasil havia delimitado as suas fronteiras e produzido o seu território, restando, porém a necessidade de consolidação desse espaço, transformando fronteiras esboçadas em fronteiras vivas."[63] Teixeira Soares conceituava geopolítica como construtora de fronteiras e dizia que:

> A respeito dos nossos limites atuais, procuramos sempre, histórica e geopoliticamente estudar a fronteira como movimento dirigido, como cristalização de uma política e, por conseguinte, como planejamento geopolítico. Será a fronteira que tem vida, a fronteira que empolga a consciência nacional.[64]

---

[61] CARVALHO, Delgado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. p. 30

[62] De acordo com GOLIN op.cit, o Uruguai contesta a soberania brasileira sobre o Rincão de Artigas e a Ilha Brasileira, mas o Brasil nega haver qualquer pendência limítrofe com o Uruguai. Sobre a formação territorial do Brasil, ver: ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Papirus, 2001. HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco:* as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003.

[63] ANDRADE, op. cit. , p. 43. De acordo com os geógrafos franceses Brunhes e Vallaux, as *fronteiras esboçadas* são aquelas desabitadas ou pouco habitadas, geralmente desconhecidas e pouco interessantes para o Estado. Já as *fronteiras vivas* são aquelas que tem muito interesse para o Estado, contando com a presença oficial.

[64] Apud MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. In CARVALHO, Leonardo Arquimino de. *Geopolítica e Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá Editores, 2002. p. 62

Na década de 30, Everardo Backheuser, em seus estudos estabeleceu quatro leis sobre a instabilidade das fronteiras:

Lei da vontade ou força – as fronteiras são localizadas de acordo com a vontade dos Estados competidores, atuando de acordo ou pela força de um deles ou auxiliado por um terceiro, suficientemente poderoso que intervém na vida política dos confrontantes;

Lei do equilíbrio dinâmico – em virtude das pressões recíprocas, nenhuma fronteira é estável e definitiva, senão como expressão de um equilíbrio dinâmico, transitório, como resultado das ações que os Estados confrontantes exercem mutuamente;

Lei da fricção – a faixa de fronteira é sempre uma área de atrito entre os Estados confrontantes. Nela se encontra a gênese das futuras flutuações fronteiriças;

Lei da pressão – pressão que se exerce nas fronteiras está em relação direta com a potência dos Estados confrontantes e dos recursos e forças a disposição. [65]

Backheuser foi influenciado pelas concepções ratzelianas[66] de espaço e posição refletidos assim nas suas concepções sobre o território brasileiro. De acordo com Miyamoto.

> A extensão territorial do país preocupava-o, principalmente os riscos de desagregação a que estava sujeito em virtude da má divisão geográfica, acentuada pelas tendências regionalistas. Com a finalidade de mostrar esse perigo e combatê-lo, objetivando solidificar a unidade nacional, concentrou esforços, canalizando as discussões nessa direção.[67]

Meira Mattos salienta que Backheuser aos fazer seus estudos geopolíticos sobre a fronteira, chama a atenção do quase abandono da imensa fronteira continental, onde apenas pequenos grupos do Exército, dispersos pelo imenso espaço, realizavam uma precária vigilância. Para isso sugeria o fortalecimento das áreas fronteiriças a Oeste e Norte do país, através da criação de territórios federais.[68] Para exemplificar as idéias de Backheuser vejamos o caso do Oeste do Paraná relativo a cidade de Foz do Iguaçu. A cidade foi fundada como Colônia Militar em 1888, para guarnecer a tríplice fronteira e permaneceu assim até 1912 quando foi transferida para a tutela do Estado do Paraná. Mas mesmo assim permaneceu um grande número de militares na região no sentido de vigiar esse ponto considerado estratégico para o governo. Mais tarde em 1943, Getúlio Vargas coloca em prática mais uma idéia de

---

[65] BACKHEUSER, op. cit., p. 165-166. MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil.* Campinas: Papirus, 1995

[66] MIYAMOTO, op. cit., p.65.

[67] MIYAMOTO, op. cit., p. 50

[68] MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade:* geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p. 86

Backheuser: a criação dos territórios federais. Segundo Raffestin, "o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações."[69]

> A evolução das fronteiras se processa no sentido de simbolizá-las em uma linha toda vês que predominem, em sua fixação, motivos históricos, e, ao contrário, para passar da linha a faixa quando as Potências, por convenções antecipadas, criam fronteiras em zona desconhecidas ou despovoadas e estas pouco a pouco ganham vivacidade.[70]

Partindo de duas premissas escritas por Ratzel e Maull[71], Backheuser reuniu-as para mostrar que a evolução da fronteira é um processo natural, organizado de acordo com a necessidade do Estado, com o objetivo de transformar áreas despovoadas em áreas ocupadas com um número razoável de pessoas.

Mario Travassos, contemporâneo de Backheuser, não fez uma análise sistemática da fronteira, mas sugeriu algumas articulações que o Estado poderia fazer para ocupar a fronteira Oeste e Norte do país. Travassos argumentava que em função do antagonismo entre o Oceano Pacífico e Atlântico, da bacia Amazônica e da Prata, deveria haver o estabelecimento de uma rede de comunicações rodo-ferroviárias que conectasse as áreas fronteiriças com as principais cidades brasileiras e com os portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande; além disso, havia a necessidade de conectar as principais cidades e portos ao que ele chamava de coração sul-americano – o cruzamento Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.[72] Por isso, para Travassos tornava-se de vital importância a ocupação do Mato Grosso.

> Mato Grosso é assim a grande esquina de nosso território em pleno coração da massa continental, lá onde se cruzam os mais graves problemas decorrentes da competição entre o Prata e o Amazonas e onde o Atlântico encontra um dos mais profundos e acertados pontos de aplicação para seu antagonismo em relação ao Pacífico.[...] interesse de caráter nacional [...] verdadeira miniatura do próprio Brasil, símbolo de nossos interesses políticos no continente.[73]

A implantação dessa rede de comunicação era importante no sentido de garantir a hegemonia do Brasil sobre o continente sul-americano e desarticular as pretensões da Argentina para o mesmo objetivo, que levava uma vantagem em função da tendência natural

---

[69] RAFFESTIN, op. cit., p. 152.
[70] BACKHEUSER, op. cit., p.143.
[71] Idem, p.140 – 148.
[72] TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
[73] Idem, p. 236-240

de atração da Prata e pela rede ferroviária que ligava Buenos Aires a capitais dos países do Cone Sul. Travassos também acreditava que havia a necessidade do governo brasileiro olhar para o Oeste, de se ocupar "o nosso *Hinterland*"[74]. Essa ocupação deveria ser feita de uma maneira organizada e planejada no sentido de conectar a faixa litorânea com os "sertões" brasileiros.[75]

Tanto Backheuser como Travassos, escreveram suas idéias nas décadas de 30 e 40 do século XX. Muitas de suas projeções foram aproveitadas pelos governantes brasileiros, principalmente Getúlio Vargas, que durante seu governo incentivou a ocupação do Oeste brasileiro, através do Programa Marcha para o Oeste, que propunha que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas. Essa preocupação chegou a tal ponto que no seu governo foi designado a faixa territorial de 150 quilômetros e os assuntos relativos à fronteira ficaram a cargo do Conselho de Segurança Nacional.

Apesar dessa tentativa, o Brasil ainda tinha uma imensa fronteira desconhecida. Por isso mesmo, na visão do Brigadeiro Lysias Rodrigues o Brasil "tornou-se o único caso na história, de um país fazer o espaço político coincidir totalmente com o espaço físico na sua periferia, e haver largas regiões do *hinterland* praticamente desconhecidas, habitadas apenas por índios selvagens, integradas sim em um Estado qualquer, mas, politicamente fora do espaço político real."[76] Portanto, ele propunha uma redivisão territorial do Brasil, com a criação de territórios ao longo das fronteiras internacionais e no centro do país. Também dizia que o país possuía áreas sensíveis (*puncti dolentes*) localizadas estrategicamente:

1. Na fronteira do Brasil com a Argentina: território do Iguaçu (Brasil), território de Las Missiones (Argentina), região das quedas d'água;
2. No triângulo boliviano formado pelas cidades de Cochabamba-Sauces-Santa Cruz de La Sierra, região petrolífera;
3. Na fronteira equato-peruviana, com centro na cidade de Letícia, próximo a Tabatinga (Brasil), nó de transporte de toda a classe.[77]

---

[74] O termo "*hinterland*" é uma apologia feita a teoria de Mackinder (1861-1947) que dizia haver um coração no mundo – o *Heartland*, uma área pivô que ficaria na Rússia. Na ótica do geopolítico, quem controlasse essa coração controlaria o mundo. Os geopolíticos brasileiros acreditam que o coração do Brasil fica no Mato Grosso, região onde se forma os principais rios que abastecem as bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata. Ver: MELLO, Leonel Itaussu A. *Quem tem medo da geopolítica*? São Paulo: Hucitec, 1999. TOSTA, Coronel Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
[75] Idem, p. 236-242.
[76] RODRIGUES, Lysias A. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947. p.68.
[77] RODRIGUES, op. cit., p.64-66.

Destarte, todas as idéias e teorias de Backheuser, Travassos e Lysias Rodrigues procuravam direcionar o país a tornar-se uma grande potência, iniciando pelo continente sul-americano e mais tarde mundial.

Golbery de Couto e Silva nos anos 50 e 60 do século XX teoriza sobre a integração do território nacional e a sua segurança. Portanto as fronteiras passam a ser de capital importância no sentido de guarnecer o Brasil contra o inimigo comum do Ocidente: o comunismo. Para Golbery, o Brasil a Oeste estava despovoado, "desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva." [78] Por isso acreditava que para ocupar essa área havia a necessidade de fazer um planejamento, pois "a tarefa era árdua e gigantesca." Propunha iniciar o processo de ocupação com a instalação de bases militares, ou seja, "postos avançados de nossa civilização, convenientementes equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra." O segundo passo era fazer a comunicação entre as várias regiões do Brasil, ligando a região central ao nordeste, sul e noroeste, conectando-as através de rodovias e ferrovias. O terceiro passo era inundar a Floresta Amazônica com a civilização, partindo do sul.[79]

> A geopolítica de Golbery do Couto e Silva está fundamentada nas concepções de Segurança Nacional. Através da tentativa de resguardar o território nacional propôs a elaboração de um plano geopolítico que abrangesse todo o território, protegendo-o, ao mesmo tempo em que se ocupa o espaço vazio.[80]

Golbery propunha que as forças armadas ocupassem os lugares "desabitados", indo ao encontro à necessidade de aumentar o efetivo de homens e conseqüentemente os recursos que as Forças Armadas dispunham. Da maneira como estava até 1964, muitos lugares do Brasil estavam quase inalcançáveis.[81]

Nesse sentido, com o objetivo de proteger o Brasil de inimigos externos e também porque acreditava que a geopolítica poderia ser aplicada a integração e a valorização do território nacional com vistas à conquista, domínio e expansão territorial, Golbery propunha a divisão do Brasil em cinco áreas geopolíticas, que estão enumeradas no mapa da página seguinte:

---

[78] SILVA, Golbery Couto e. *Geopolítica do Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora,1967. p.43
[79] Idem. p.43-45
[80] MIYAMOTO, op. cit., p.98
[81] DREIFUSS, René A. DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Herminia T. de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 95.

- Área Geopolítica Reserva Geral ou de Manobra Central: compreendendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.
- Área Geopolítica da Ala Norte: compreendendo todos os estados da Região Nordeste.
- Área Geopolítica da Ala Sul: composta pelos estados da Região Sul.
- Área Geopolítica do Oeste: compreendendo os estados da Região Centro Oeste e Rondônia.
- Área Geopolítica da Amazônia: formado pelos estados da Região Norte.[82]

Figura 2 – Áreas Geopolíticas propostas por Golbery.

Fonte: SILVA.Golbery de Couto e. Geopolítica do Brasil. p. 125.

Dentro da idéia de Segurança Nacional, o Brasil precisava resolver três grandes dilemas, assim delimitados por Golbery:

1º – equipar e reforçar o território brasileiro articulando-o de norte a sul; potencializar as regiões com o mínimo de manobras estratégicas ordenadas de acordo com a importância das ameaças que se prevêem – máximo no Prata, médio no Nordeste e mínimo na Amazônia;

[82] SILVA, op. Cit, p.120-128.

2º – integração do centro-oeste brasileiro no sentido de ser a rota de passagem para a ocupação da Amazônia e para ações no sentido de impedir um possível avanço do imperialismo argentino;
3º – incorporação da Amazônia.[83]

Através de "idéias simples que implicariam o fortalecimento interno do país, capacitando-o a fazer frente a qualquer tipo de ataque ao longo das fronteiras. Dessa forma estariam asseguradas a integridade territorial e a possibilidade de efetiva ocupação de todo *hinterland* brasileiro."[84] Para Golbery a área de tensão máxima na fronteira se encontra ao sul, "a verdadeira e única fronteira viva", onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platino, continua a ser estado-tampão, e aí onde a província de Missiones avança como uma cunha para o nordeste modelando o gargalo de Santa Catarina, tencionando o continente sul-americano, reforçado pela proximidade maior de força dos centros antagônicos, tendo uma tradição de choques e conflitos desde o período colonial, e possivelmente uma aspiração hegemônica da região do Prata (Argentina). [85]

Portanto, em função dessa tensão na fronteira e da nossa formação territorial, era necessário "a salvaguarda de fronteiras distantes e a afirmação aí da soberania territorial, mediante a sábia disposição de núcleos defensivos, tamponando estrategicamente todas as abertas à penetração desde o exterior."[86] Na interpretação de Golbery as fronteiras eram áreas estratégicas que precisavam ser resguardadas, fazendo uma ocupação das que estavam abandonadas e fechá-las se assim fosse necessário.

Nos anos 70, Therezinha de Castro aparece com seus estudos sobre geopolítica, tendo como principal tema de análise o avanço das fronteiras brasileiras para a Antártida como uma importante estratégia para inserção da hegemonia brasileira no Atlântico Sul. De acordo com Lia Osório Machado "a fronteira não é o fim do Estado, mas do começo, o lugar para onde ele tendia a se expandir, ou seja, a fronteira está orientada para fora."[87] Para Ratzel "a expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações."[88]

O General Meira Mattos amplia seus estudos sobre geopolítica e teoriza sobre as fronteiras, sintetizando as várias idéias de outros geopolíticos tanto estrangeiros quanto

---

[83] SILVA, Golbery Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora,1967. p. 60
[84] MIYAMOTO, op. cit., p.98
[85] Idem, p. 58
[86] Idem, p. 69
[87] MACHADO, op. cit., p.41.
[88] Apud HEINSFELD, op. cit., p.83.

nacionais. Escreve sobre a história de algumas fronteiras e afirma “que as fronteiras definem a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida de que ‘espaço é poder’, as relações de poder entre os Estados, que são áreas nevrálgicas e críticas, submetidas à pressão do Estado mais poderoso.” Portanto, dessas conclusões desenvolve a teoria de tendências classificando as fronteiras em angulosas e retas. [89]

Também escreve sobre a função das fronteiras, sua evolução e instabilidade. Diz que as fronteiras têm uma historicidade, apresenta um princípio dinâmico de acordo com as necessidades do Estado, “são a epiderme do corpo estatal”, com o objetivo principal de proteger o território, limitar um Estado do outro e isolá-lo quando houver necessidade. Chama a atenção pelo fato de que, na atualidade predomina o conceito de fronteira jurídica, cujo limite é acertado entre os Estados através de Tratados e convênios, cuja transgressão viola o princípio de soberania e respeito mútuo dos Estados. [90] Portanto para ele há a necessidade dos limites estarem bem definidos tanto fisicamente quanto culturalmente, pois as fronteiras são suscetíveis aos fluxos e refluxos das transições históricas de certos países, o que pode acarretar sérios perigos à soberania nacional dos estados.

Essas instabilidades e mutações na fronteira na concepção de Meira Mattos representam um perigo para o Brasil, pois possibilita uma ruptura territorial, devido à revolta nas áreas fronteiriças, que poderiam levar a uma guerra civil entre as regiões. Para que isso não ocorra propõe uma atuação mais direta do Estado brasileiro no sentido de desenvolver as áreas de fronteira de uma maneira organizada e planejada, no qual as Forças Armadas teriam um papel muito importante nesse processo.[91]

2.2 A organização da fronteira no Oeste Paranaense na Política da Segurança Nacional

A fronteira é uma das preocupações da Segurança Nacional, pois a partir dessas áreas que se implementam todas as estratégias do Estado para garantir a segurança contra todos os inimigos externos. Por isso há a necessidade de uma precisão nos limites entre os Estados Nacionais, no sentido de guarnecer as fronteiras e afastar os perigos que possam prejudicar o desenvolvimento nacional.

---

[89] MATTOS, op. cit., p.26.
[90] Idem, p. 28-29.
[91] MATTOS, Meira Carlos de. *Geopolítica e teoria das fronteiras*: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

Até 1930 na fronteira Oeste do Paraná tinham ocorrido algumas tentativas de ocupação pelo governo estadual e federal. Essas ocupações começaram quando em 1810 Dom João VI enviou tropas para fazer a ocupação dos Campos de Guarapuava obtendo alguns êxitos. Décadas mais tarde o governo imperial decretou a criação das Colônias Militares de Chopim (1882) e Foz do Iguaçu (1888). Mas essas ações não foram suficientes para impedir a entrada de estrangeiros na fronteira, pois naquela época era muito difícil chegar a esses lugares, a não ser através da navegação fluvial. No final do século XIX os argentinos adentraram no Oeste paranaense através das companhias que exploravam a erva-mate e a madeira, utilizando mão-de-obra paraguaia e a mercadoria era enviada até a Argentina utilizando o Rio Paraná.[92] O governo brasileiro só tomou conhecimento da situação em que se encontrava o oeste do Paraná com a passagem da Coluna Prestes (1924), que expõe ao Brasil a exploração que ocorria no referido território.

O Estado brasileiro a partir de 1930 vai ter uma participação mais efetiva no que tange as questões referentes à fronteira. Temos a chegada de Getúlio Vargas a presidência do Brasil, que teve como características principais à centralização das decisões, o nacionalismo e o intervencionismo, tanto que destitui todos os presidentes de estados e nomeia em seus lugares interventores, aliados que colaboraram na Revolução de 30. Para o Paraná foi nomeado Mario Tourinho, que tomou algumas providências no sentido de nacionalizar a fronteira, que era denominada de "fronteira guarani" em função da grande quantidade de guaranis que aqui trabalhavam e pelo uso da língua espanhola.

Através de alguns decretos emitidos pelo governo do Paraná, seguindo a prática nacionalista do governo federal no sentido de haver uma política integracionista no que se refere ao território e a fronteira, o interventor paranaense nomeia Othon Mäeder para a prefeitura de Foz do Iguaçu. O prefeito nomeado acreditava numa ocupação brasileira na fronteira, além de uma administração bem centralizada. A partir disso, Mäeder tomou algumas medidas administrativas, sintetizadas assim:

1- Uso de moeda brasileira em todas as transações comerciais, inclusive no pagamento de taxas e impostos à prefeitura;
2- Todos os documentos emitidos pela prefeitura somente seriam despachados se estivessem em língua nacional;

[92] Sobre este assunto ver: COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras:* Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal. 1988 e WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageros Mensus e Colonos:* História do Oeste Paranaense. 2ª ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

3- Todas as repartições públicas e entidades civis receberiam gratuitamente jornais de Curitiba, a fim de que a população não desconhecesse o que se passava nos meios políticos e sociais da capital paranaense. [93]

Todas as medidas editadas pelo prefeito visavam a integração da fronteira. Importante salientar que naquela época o município de Foz do Iguaçu compreendia o que hoje se denomina de região Oeste do Paraná, portanto uma extensa área que no entender tanto do poder municipal quanto do estadual e do federal estava nas mãos de estrangeiros e era preciso recuperá-la, nacionalizá-la.

Além das medidas tomadas pelo prefeito de Foz do Iguaçu que citamos anteriormente, o governo estadual ratificou algumas medidas como o uso de moeda brasileira nas repartições públicas, o uso da língua portuguesa, a contratação de pelo menos dois terços de mão-de-obra brasileira pelas companhias que exploravam a erva-mate e madeira na região. Mas, com certeza a que trouxe maiores repercussões para o Paraná foi à medida tomada através do Decreto 300, promulgado em 3 de novembro de 1930, com a anulação dos contratos de concessão de terras a grandes companhias que atuavam no Paraná de uma forma geral. Muitas dessas concessões tinham sido feitas durante o governo imperial e da República Velha, em troca de serviços prestados como a construção de estradas e ferrovias ou simplesmente para a colonização. "Dessa forma, um total aproximado de 3 milhões de hectares voltou a fazer parte do patrimônio público paranaense."[94]

O interventor Mario Tourinho referia-se a essa situação como "os inomináveis abusos, por parte do governo, decorrentes de concessões, a título gratuito ou por preço reduzido de terras devolutas a empresas de construção de estradas e de colonizações, bem como as legitimações de grandes áreas que se foram processando, deram em resultado, a formação dos latifúndios prejudiciais aos supremos interesses da Nação."[95].

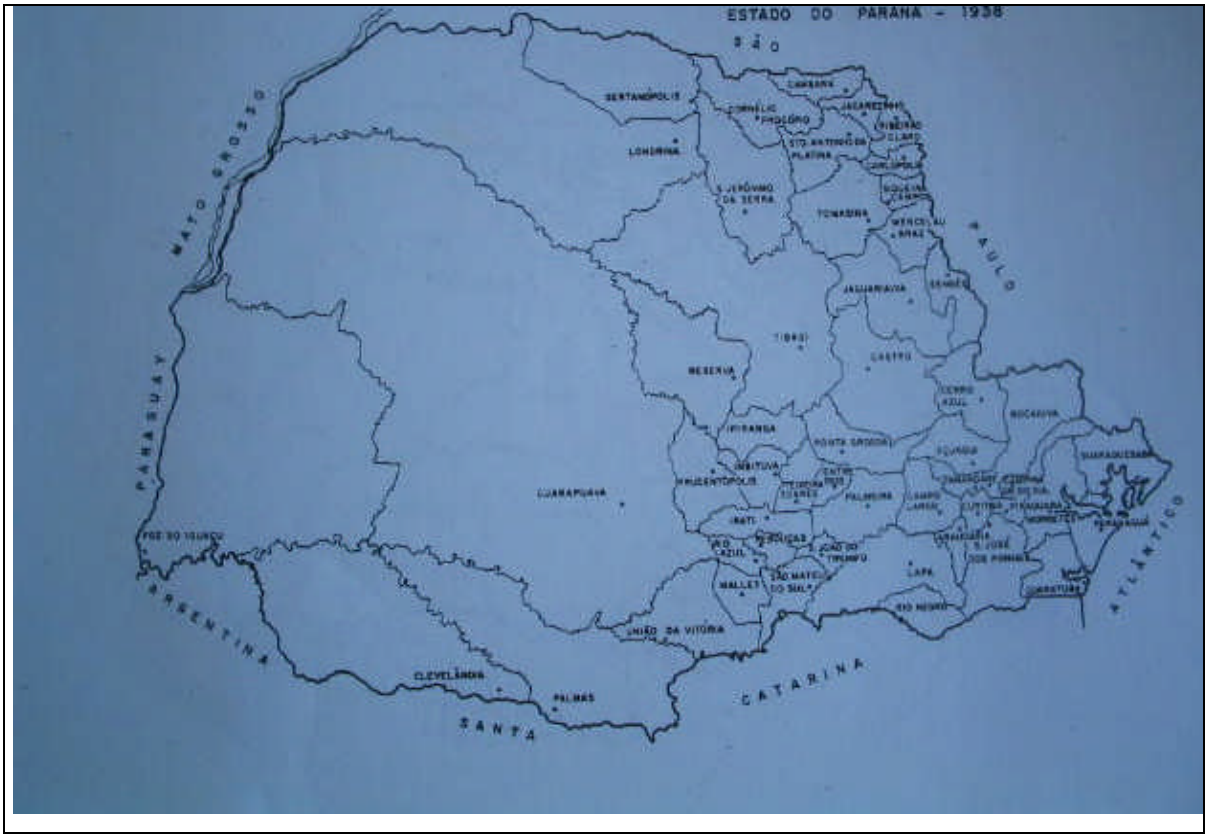
---

[93] WACHOWICZ, op. cit., p. 142

[94] FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras Perigosas:* Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 66

[95] TOURINHO apud BALHANA, Altiva Pilatti et.all. *História do Paraná.* Curitiba: Grafipar, 1969. V.1, p. 211

Figura 3 – Estado do Paraná em 1938



Fonte: PADIZ, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná, 1981.

Segundo Maria A. P. Leopoldi, "os anos 30 trouxeram para a agenda do Estado brasileiro políticas de caráter intervencionista e regulador, inspiradas em idéias nacionalistas e desenvolvimentistas partilhadas por várias forças sociais."[96] Pelo discurso e conseqüentes atos do interventor percebe-se uma preocupação em garantir a nacionalidade de todo o território paranaense, principalmente da fronteira. "Estender em profundidade a nacionalização apossadora das terras do interior, perdidas sem a decisiva marca de pertencer ao Brasil, torna-se a máxima missão dos agentes fronteiros."[97]

Por divergências políticas entre Mario Tourinho e Getúlio Vargas, este nomeia para interventor do Paraná, Manoel Ribas (1932-1945), que dá continuidade ao governo nacionalista de Vargas.

[96] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 115-116.
[97] SOUZA, Candice Vidal e. A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro**.** *Textos de História***,** v.4, n°2, 1996. p. 107.

> A prioridade de Ribas foi principalmente a seguinte: financiar a abertura de estradas para o escoamento de produção, visando à ligação da capital e dos portos de mar aos principais centros produtores, [...] dá continuidade também aos trabalhos de colonização – incorporando a região Norte, Oeste e Sudoeste, o que realiza com a distribuição de pequenos lotes -, medida que visava ao preenchimento da necessidade de se produzir bens alimentares para o mercado interno dos centros urbanos emergentes.[98]

Magalhães salienta ainda que "por parte do governo federal, tal integração atendia à prioridade de incorporar o interior, os chamados "sertões", ao processo produtivo nacional pela expansão das fronteiras agrícolas."[99] Essa expansão era necessária porque pelo programa varguista o Brasil deveria fazer uma política de substituição das importações, implementando a industrialização brasileira, conseqüentemente era primordial que as fronteiras agrícolas se expandissem tanto para continuar exportando e financiar os projetos do Estado, como fornecer gêneros alimentícios aos centros industriais.

Em 1934 a nível nacional temos a eleição indireta de Getúlio Vargas a presidente e a homologação da nova Constituição Federal, que salienta a importância da fronteira para o estado e determina em seu artigo 166 o seguinte:

> Dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração.[100]

Observa-se que a partir desse momento a fronteira passa a ser questão de Segurança Nacional e todas as decisões referentes passam por um Conselho de Segurança presidido diretamente pelo presidente da República. Para Vargas o fortalecimento do estado passava pela garantia do território, então era premente a necessidade de tomar algumas medidas no sentido de garantir o território, ou seja, "a estreita ligação entre segurança nacional e política territorial só veio se concretizar efetivamente, na década de 30, principalmente a partir desse momento em que a política de Getúlio Vargas se revelou centralizadora e autoritária."[101]

A conseqüência mais imediata que pode ser percebida no Oeste do Paraná foi a ratificação na questão da anulação das concessões de terras às empresas que exploravam a erva-mate e madeira e empresas colonizadoras, e conseqüente concessão a outras empresas

---

[98] MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná:* Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná. p. 48-49
[99] Idem, p.49.
[100] SILVA, Hélio. *As constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1985. p.77.
[101] FREITAG, op. cit., p.29.

que possuíssem pelo menos cinqüenta por cento de capital nacional. Claro que essa concessão seria organizada diretamente pelo governo estadual, sendo prioritário as empresas que tivessem projetos com objetivos de ocupação de território.

Mas será durante o Estado Novo que, algumas ações por parte do governo federal terão uma repercussão maior no Oeste do Paraná.

> No período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivavam a buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa "Marcha para o Oeste. Em regiões de fronteira nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas.[102]

Para Vargas "o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste." Francisco Campos e Cassiano Ricardo, teóricos do movimento da "Marcha para o Oeste", diziam que o povo brasileiro precisava agir como os bandeirantes, que no século XVII tinham rumado para o interior do Brasil e conquistado vastos territórios para o país. Todos esses discursos apregoados durante o Estado Novo estavam embasados numa ideologia de nacionalismo e desenvolvimentismo, como foi citado anteriormente, e utilizavam-se da propaganda através de cartilhas, imagens e os discursos pelo rádio. Segundo Lenharo "a cruzada da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens."[103] Diz ainda que "sutilmente, a propaganda do regime foi despejando dispositivos de participação militarmente concebidos. A Marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas acima de tudo, disciplina."[104] Conforme Gregory, "sob a ótica do nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização."[105]

Observa-se claramente a necessidade do governo de Vargas de construir socialmente e culturalmente a fronteira, era preciso tornar uma fronteira esboçada em uma fronteira viva.

---

[102] GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial***:** migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 65
[103] LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 55-56
[104] Idem, p. 74
[105] GREGORY, op. cit. p. 68-69

Portanto era necessário que a fronteira fosse ocupada, no sentido de garantir a sua posse e também como forma de proteção a possíveis inimigos externos.

Na Constituição Federal de 1937, no artigo 165, demonstrava-se à preocupação com a ocupação da fronteira sendo que a faixa territorial que era de cem quilômetros na Constituição de 1934, e passou a ser de 150 quilômetros, permanecendo até a atualidade.

> Dentro de uma faixa de cento e cinqüenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou e vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional. [106]

A justificativa para o aumento de cem quilômetros para cento e cinqüenta quilômetros, nos dizeres de Francisco Campos "era o mínimo que correspondia às necessidades da defesa nacional." E ainda salienta:

> É preciso criar o que poderemos chamar de consciência de fronteiras, isto é, fazer com que a fronteira deixe de constituir somente um traço no mapa, para ser um sentimento, alguma coisa orgânico e inseparável da Nação. É preciso povoar a fronteira, impregná-la de brasilidade, vigiá-la não tanto para obstar a agressão pelas armas, que, graças a Deus, não temos razão de recear, quanto para aniquilar as tendências de decomposição e desnacionalização que as imensas distancias poderiam favorecer.[107]

Para "impregnar de brasilidade" a fronteira, como dizia Campos foi criado em 1938 o Conselho de Imigração e Colonização, a fim de povoar as regiões desocupadas, promover o progresso e desenvolver de maneira homogênea e organizada todo o território. Nos dizeres de Vargas:

> No centro, a carência de transportes, o aproveitamento das vias fluviais, os meios de acesso às riquezas do subsolo, serão as preocupações dominantes, conjugadas com os esforços para acelerar o povoamento. No norte, o reagrupamento das populações [...] No Nordeste, onde já são vultosas as inversões de dinheiro público em obras de fixação da população, é preciso seguir nos rumos traçados – açudagem, irrigação, estradas e policultura. No sul onde se acham localizadas as maiores lavouras [...] persistiremos na obra de apoio aos investimentos produtivos.[108]

---

[106] SILVA, op. cit., p. 108.
[107] CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional***:* sua estructura seu conteúdo ideológico. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941. p. 121
[108] VARGAS apud FREITAG, op. cit., p. 32.

Portanto, a partir desse momento há um incentivo cada vez maior com a ocupação da fronteira Oeste através das companhias de colonização privadas, atendendo assim o interesse de vários agentes: dos gaúchos, pois havia uma pressão demográfica nas antigas colônias de imigrantes no sul que necessitavam de terras para sua expansão agrícola; do governo estadual que via nessa ocupação o aumento na arrecadação de impostos e na melhoria de infra-estrutura do estado, pois através da venda de terras devolutas, as companhias se comprometiam em fazer várias obras; e interesses do governo federal que teria a fronteira Oeste ocupada e nacionalizada, além da expansão da agricultura de gêneros alimentícios.

O artigo 165 da constituição de 1937 foi regulamentado pelo Decreto-Lei n° 1968, de 17 de janeiro de 1940, que estabelecia as concessões de terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias, na faixa da fronteira. Além disso, esse decreto-lei obrigava os proprietários de terras ou empresas a apresentarem seus papéis de domínio ou posse, regulamentavam a concessão de terras na faixa de fronteira e encarregava o Ministério da Agricultura, através da Divisão de Terras e Colonização, de organizar os planos de loteamento e colonização, bem como fiscalizá-los. Quanto à concessão de terras, uma das preocupações apontadas no decreto foi a limitação do tamanho das propriedades das famílias que não poderiam ultrapassar os 2000 hectares, impedindo assim a formação de latifúndios. Também as propriedades deveriam ser concedidas a brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 anos ou que possuíssem filhos brasileiros.[109] Mais uma vez a preocupação de que as terras na fronteira não fossem ocupadas por estrangeiros.

A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras foi criada pelo decreto-lei nº 1164/39, mas somente foi regulado por decreto de 1940, e tinha a função de rever as concessões estaduais e municipais na área de fronteira, bem como fazer um levantamento de dados referentes à densidade demográfica, instalações de empresas, vias de comunicação e meios de transportes [110]. Essa comissão estava subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, que conseqüentemente estava subordinado ao Presidente da República. Note-se que nessa situação o Presidente da República tinha conhecimento do que estava acontecendo na fronteira do país. Estas medidas acabaram impedindo o estado do Paraná de continuar controlando e direcionando os projetos de ocupação das fronteiras, pois a concessão de terras, a construção

[109] BRASIL. Decreto-Lei n° 1968, de 17 de janeiro de 1940. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.
[110] BRASIL. Decreto-lei n° 1164/39 e Decreto-lei n°1968/40. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

de estradas e pontes, a criação de indústrias passava pelo crivo do Conselho de Segurança Nacional.

Figura 4 - Áreas de Trijunção de Fronteiras no Brasil.

Fonte: SILVA, Moacir M.F. Geografia das Fronteiras no Brasil. 1942

Entre os anos de 1940 e 1941 a Comissão Especial da Faixa de Fronteira fez um levantamento de dados, como estava previsto na lei. Segundo pareceres emitidos por essa comissão o município de Foz do Iguaçu era despovoado, com uma densidade demográfica de 0,38 habitantes por quilômetro quadrado, "mas cuja cidade a desenvolver-se junto à linha divisória, compensa, em parte, esse fator desfavorável."[111] Para o governo federal, o fato de Foz do Iguaçu ser um lugar despovoado preocupava muito, pois era um local de trijunção internacional de fronteira, ou seja, ali havia o encontro de três países: Argentina, Brasil e Paraguai. O medo que estrangeiros dominassem extensas faixas de terra, principalmente na

[111] SILVA, Moacir M.F. Geografia das fronteiras no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, out/dez, 1942. p. 57

fronteira[112], era comum e que de acordo com Freitag, "a segurança adquiriu um especial relevo em relação às questões que ameaçavam o desenvolvimento econômico do país."[113] A criação dos Territórios Federais através do Decreto-Lei n° 5.812, de 13 de setembro de 1943, foi mais uma tentativa do governo de Vargas no sentido de garantir a posse e nacionalizar as fronteiras.

> A criação de território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna e externa.[114]

Ao todo foram criados seis territórios federais na fronteira Oeste. No sul foi criado o Território Federal do Iguaçu que compreendia o Oeste e Sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Na região Centro-Oeste foi criado o Território Federal de Ponta-Porã, no Norte os territórios de Guaporé, Amapá e Rio Branco. Sérgio Lopes comenta que a criação do Território do Iguaçu:

> Visava facilitar e viabilizar a ocupação dos espaços vazios do oeste e sudoeste do Paraná e Oeste catarinense, que, segundo o entendimento do governo e dos técnicos e estudiosos que lhe davam sustentação teórica, estavam sujeitos a riscos de ocupação por parte de estrangeiros. Esta situação poderia comprometer a unidade do território brasileiro, tanto sob o aspecto geográfico e territorial, quanto sob o aspecto econômico.[115]

Na prática muito pouco se fez no sentido de ocupar a fronteira Oeste do Paraná, talvez por que todas as decisões concernentes ao território eram por demais centralizadas. O Território Federal do Iguaçu vigorou até 1946, que através da constituição daquele ano foi declarado extinto e o seu território voltou a pertencer aos estados dos quais tinha sido desmembrado. Na mesma constituição a faixa de fronteira continuou de responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional.

---

[112] As disputas pela hegemonia no Cone Sul sempre ocorreram entre Brasil e Argentina, mas a partir de 1930 elas se intensificaram, fazendo com que o governo de Vargas se preocupasse com a fronteira brasileira com a Argentina. Sobre este assunto ver: SVARTAMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas políticos e militares:* As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. BEREID, José Luis Bendicho. "A grande Argentina": um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 21, n 42, p.303-322, 2001.

[113] FREITAG, op. cit., p. 30.

[114] MAYER apud LOPES, 2003, p. 26

[115] LOPES, Sérgio. *O território do Iguaçu no Contexto da "Marcha Para Oeste***".** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. p. 47

Todas as medidas implementadas até esse momento criaram as condições para que a partir de 1946 as companhias privadas de colonização aportassem na região Oeste e iniciassem um processo de ocupação baseado na exploração da madeira, na venda de terras que formassem pequenas e médias propriedades de terra e no comércio do excedente agrícola. Esse processo foi dirigido principalmente pelo governo estadual, mas quando se tratava da fronteira havia a necessidade do aval do Conselho de Segurança Nacional. As empresas de colonização que passaram a atuar na região tinham que ter pelo menos 50% de capital nacional, serem dirigidas por brasileiros e empregar 2/3 de mão-de-obra nacional. As empresas só recebiam a autorização quando registradas na Associação Comercial do Estado e tinham o aval da Comissão Especial de Faixa de Fronteira.

Em 12 de setembro de 1955 foi editada nova lei sobre a faixa de fronteira, mas esta lei só foi regulamentada no ano seguinte através do Decreto n° 29.505-B. As regiões oeste de Santa Catarina, Sudoeste e Oeste do Paraná estavam crescendo rapidamente com o surgimento de vários núcleos colonizadores. As funções da Comissão Especial da Faixa de Fronteira precisavam ficar bem definidas, para que não houvesse ingerência entre os poderes municipais, estadual e federal. Sem a prévia autorização da Comissão, era vedado:

> I – construção de pontes e estradas internacionais;
> II – instalação de meios de transmissão, tais como telegrafo, telefone, rádio e televisão;
> III – aberturas de vias de comunicação;
> IV – atividades industriais pertinentes a armas, munição e explosivos, na forma da legislação vigente, estabelecimento e exploração de meios de transporte, exploração de energia elétrica, salvo a de potencia inferior a 150KW, quando feitas pelos Estados e Municípios, os quais remeterão a Comissão Especial da Faixa de Fronteira os elementos informativos estatísticos de suas instalações, materiais elétricos e eletrônicos, pesquisas, lavras e aproveitamento das reservas minerais;
> V – outras formas de atividade, inclusive de comércio, quando disciplinadas por lei especial;
> VI – transações de terras que envolvam estrangeiros;
> VII – concessões de terras públicas.[116]

Observa-se que setores considerados estratégicos não poderiam se instalar na Faixa de Fronteira sem a previa autorização da comissão. Por esse decreto a comissão estava diretamente subordinada ao Presidente da República, tendo como presidente o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Muitas companhias colonizadoras estavam atuando na região, mas a partir de agora era necessário apresentar um plano de colonização.

[116] BRASIL. Decreto n° 29.505-B, 1956. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

Com a edição da lei a União se comprometia, através da Comissão Especial de Faixa de Fronteira a investir na infraestrutura dos municípios que iam surgindo na faixa de fronteira. De acordo com o artigo 9º, os projetos deveriam ser encaminhados a Comissão que poderiam ser solicitados tanto pelo Município quanto pelo Ministério que tivesse intenção de melhorar os setores de viação e obras públicas, ensino, educação e saúde, desenvolvimento da lavoura e pecuária. O município interessado em obter dinheiro deveria enviar um memorial descritivo da obra, a aprovação do projeto pela Câmara de Vereadores e a garantia que o município pudesse arcar com 50% do valor da obra. O governo federal desejava que os municípios que fossem surgindo ao longo da faixa de fronteira tivessem a infraestrutura necessária para atrair cada vez mais um número maior de pessoas.[117]

Com o processo colonizatório empreendido pelo governo estadual, governo federal e companhias privadas toda a fronteira Oeste do Paraná foi ocupada durante as décadas de 50 e 60. Para a região se deslocam muitas famílias oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que se estabeleceram em pequenas e médias propriedades. Essas famílias exploravam a madeira existente e produziam produtos alimentícios para os centros urbanos. Todo esse processo de (re) ocupação[118] transformou a região Oeste em fronteira viva. Se em levantamento realizado em 1941 o município de Foz do Iguaçu tinha uma densidade demográfica de 0,38 habitante por quilômetro quadrado, já em 1970 era de 40 habitantes por quilômetro quadrado. Isso mostra como o processo de (re) ocupação da região apresentou resultados significativos. Já não havia o temor que estrangeiros pudessem tomar conta do local.

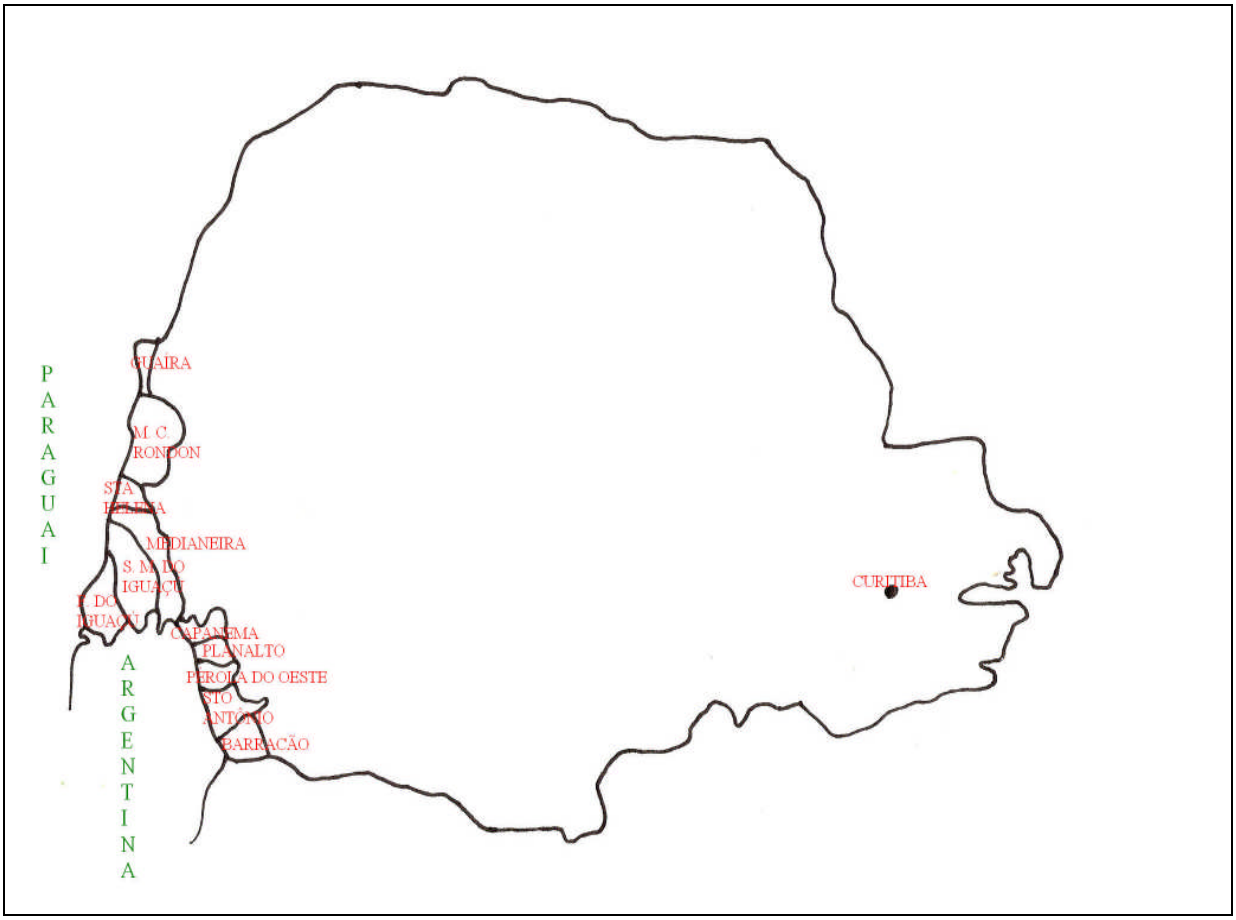
A partir desse momento a preocupação do governo federal é com outro fator. Agora havia a necessidade de proteger a fronteira para que inimigos externos – comunismo internacional – invadisse o país. Com a promulgação da Constituição de 1967 os municípios localizados na fronteira internacional, estâncias hidro-minerais e que possuíssem indústrias estratégicas foram considerados Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Nesses municípios a nomeação de prefeito era de competência do Presidente da República, que recebia uma lista tríplice encaminhada pelo Governador do Estado. Esses municípios tinham que seguir normas ditadas pelo Conselho de Segurança Nacional, quanto à concessão de terras, estabelecimento

[117] Idem.
[118] De acordo com Nelson Dacio Tomazi,se usarmos o termo ocupação para se referir ao processo de colonização empreendido no Paraná a partir dos anos de 1930, não consideramos a história do povo indígena que vivia e vive do Paraná. Portanto Tomazi usa o termo (re) ocupação para se referir a esse momento histórico. Ver: TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná*: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

de indústrias estratégicas, instalação de meios de comunicação e construção de pontes, estradas e campos de pouso.

Os municípios brasileiros considerados Áreas de Interesse da Segurança Nacional foram nominados através da Lei n° 5449 de 4 de junho de 1968. Isso significava que em 1969 quando ocorressem eleições municipais, nesses locais só aconteceriam eleições para a escolha de novos vereadores. No Paraná os municípios incluídos foram: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Perola d'Oeste, Santo Antonio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu.

Figura 5 - Localização dos Municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional no Paraná em 1971.



Fonte: Adaptado PADIZ, 1981, por Luciana Grespan Zago.

O recém-emancipado município de Santa Helena foi declarado Área de Interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto-lei n° 1170 de 10 de junho de 1971. O Rio Grande do Sul, seguido do Paraná foram os estados que tiveram o maior número de municípios enquadrados como Áreas de Interesse da Segurança Nacional.[119]

Em 1979 houve a edição de uma nova lei sobre a Faixa de Fronteira, que não altera quase nada os dispositivos da lei anterior, exceto que aumenta o limite de concessão de terra individual de 2 mil para 3 mil hectares. A lei n° 6634/79 foi regulamentada pelo decreto n° 85064 de 26 de agosto de 1980. Nesse decreto há uma especificação melhor quanto à concessão de terras públicas, atividades de mineração, dos serviços de radiodifusão, da colonização e loteamento rurais na faixa de fronteira.

Os interessados na execução das atividades citadas deveriam entrar com o pedido no respectivo órgão governamental responsável pelo setor, que encaminharia a solicitação ao Conselho de Segurança Nacional. Todas as empresas que tivessem o pedido solicitado deveriam empregar 2/3 de brasileiros, possuir capital nacional superior a 51% e ser gerenciada por brasileiro. Claramente essa lei tinha o objetivo de atingir principalmente a faixa de fronteira situada na Região Amazônica, pois essa região demandava uma grande preocupação para o governo federal. Por isso o aumento no tamanho de propriedade que pudesse ser adquirido individualmente, uma especificação melhor quanto à exploração de riquezas minerais já que a Amazônia tinha uma grande quantidade de minerais a serem explorados.

Portanto, percebe-se que as leis federais que tratam da fronteira se caracterizaram pela manutenção da ordem e do controle total. As ações empreendidas nesse período visavam fazer da fronteira um espaço de perpetuação do poder que tinha sido implantado em 1964. Nesse sentido era imprescindível que os prefeitos dos municípios fronteiriços fossem todos da ARENA, fato que pode ter levado o governo federal a decretar as Áreas de Interesse da Segurança Nacional. O município de Marechal Cândido Rondon que faz divisa com a República do Paraguai, conseqüentemente fazendo parte da faixa de fronteira foi inserido nesse sistema de nomeação de prefeitos.

[119] BRASIL. Lei n° 5449, de 4 de junho de 1968. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

3 MARECHAL CÂNDIDO RONDON E A SEGURANÇA NACIONAL

O município de Marechal Cândido Rondon está localizado no extremo oeste paranaense, as margens do Lago de Itaipu, fazendo fronteira com a República do Paraguai. Sua extensão é de 846.051 quilômetros quadrados e possui uma população atualmente estimada em 41.014 mil habitantes.[120] Foi criado no dia 25 de julho de 1960, desmembrando-se de Toledo. Até 1982, somente o leito do Rio Paraná fazia a divisa entre Brasil e Paraguai, mas, a partir dessa data há também o Lago de Itaipu[121], que pode ser visualizado no mapa abaixo.

Figura 5 – Mapa de Localização do Município de Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Sítio Oficial do Município de Marechal Cândido Rondon.

[120] Informações sobre área do município e população estimada retiradas do sitio oficial do município de Marechal Cândido Rondon. Disponível em : http://mcr.pr.gov.br Acesso em 18 dez/2006.
[121] O Lago de Itaipu se formou em função da construção da Usina Binacional de Itaipu.

O município surgiu num contexto de (re) ocupação pelo qual passou todo o Oeste do Paraná, como foi descrito capítulo anterior. Esse processo de (re) ocupação deve-se destacar a atuação da companhia colonizadora Maripá que incentivou a vinda de famílias euro-brasileiras oriundas principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com o intuito de explorar a madeira existente na região e fornecer gêneros alimentícios para os grandes centros consumidores[122]. Por isso na região predominava uma economia voltada para a agropecuária em pequenas e médias propriedades. [123]

Entre fins da década de 60, a região iniciou um processo de transformação econômica, que até então tinha sido baseado na suinocultura, na cultura do trigo e a agricultura de subsistência, tendo como principal mão-de-obra, a familiar. A implantação da cultura de soja estava sendo feita de maneira avassaladora com a injeção de recursos oriundos do governo estadual e principalmente do governo federal. Com isso a agricultura passou por um processo de mecanização, que transformou a região em grande produtora de grãos (soja e milho) e agropecuária (avicultura, suinocultura e gado leiteiro).

Nesse contexto de grande transformação econômica e social em que passava o município, foi anunciada a criação das Áreas de Interesse da Segurança Nacional. As primeiras notícias foram divulgadas em abril de 1968, quando o então Presidente da República General Costa e Silva enviou projeto de lei ao Congresso Nacional para ser votado pelos parlamentares. Na verdade, a Constituição de 1967 previa a criação dessas áreas, mas também previa que uma lei deveria ser editada para regulamentar o artigo da Constituição.

De acordo com o Programa Frente Ampla de Notícias da Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon[124], não havia dúvida que o Congresso votasse a lei e que os prefeitos eleitos em 1965 terminariam seus mandatos. A dúvida que persistia estava em saber quais eram os municípios que se enquadravam na prerrogativa da lei e se Marechal Cândido Rondon fazia parte do "listão" [125]. Esta dúvida foi sanada no mesmo dia quando chegaram à cidade os jornais da capital do Estado, confirmando que o município seria declarado Área de Interesse da Segurança Nacional, sendo então divulgado pelo programa de notícias da rádio.

---

[122] Sobre a atuação da Companhia Colonizadora Maripá, ver :NIEDERAUER, Ondy H. Toledo no Paraná: A historia de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Gafo Set/ Manz Etiquetas Adesivas, 1992. COLODEL, José Augusto. ***Obrages & Companhias Colonizadoras****:* Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal. 1988 e WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageros Mensus e Colonos***:** História do Oeste Paranaense. 2ª ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial:* migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002..

[123] Na região a medida padrão se caracteriza pela colônia, que equivale a 25 hectares ou 10 alqueires.

[124] A partir deste momento, neste texto, o Programa Frente Ampla de Notícias será identificado como FAN.

[125] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 18 de abril de 1968.

Por que a dúvida se o município seria indicado ou não? Inicialmente a lei previa que somente 68 municípios considerados estratégicos seriam enquadrados como Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Posteriormente o governo federal resolveu enquadrar todos os municípios que ficassem na fronteira, além das estâncias hidrominerais e municípios portuários. Essa ampliação aconteceu porque o governo militar objetivava que esses municípios fossem a sustentação do regime.

Mas como pouco mais de 130 municípios poderiam sustentar um regime, se o país tinha na época mais de dois mil municípios? Primeiro, porque esses municípios eram a porta de entrada/saída para outros países, controlando-os e fortalecendo-os dificultaria a comunicação dos oposicionistas internos do regime com grupos externos. Segundo, porque esses municípios seriam uma espécie de vitrine do regime militar, que através de verbas específicas, demonstrariam que o governo militar era melhor que um governo civil. E terceiro, com a nomeação de governadores de estado, prefeitos das capitais estaduais e dos municípios fronteiriços por parte do Presidente da República, o governo militar tinha uma base política forte, que aliada aos órgãos repressores, poderiam gerar toda a segurança necessária para que o país alcançasse o desenvolvimento econômico e social tão divulgado e desejado.

Até o dia 16 de maio de 1968 o projeto de lei enviado ao Congresso pelo Presidente da República ainda não tinha sido votado. Isto aconteceu porque alguns congressistas gostariam de fazer algumas modificações, algo que o governo não desejava. Estas modificações diziam respeito justamente na ampliação de municípios considerados de interesse da segurança nacional. De acordo com o FAN a aprovação das Áreas de Interesse da Segurança Nacional eram fundamentais para colocar em prática a nova política de fronteiras, no sentido de “impor uma orientação uniforme e inspirada pelos órgãos especializados.” Segundo o programa apesar das boas relações do Brasil com os países vizinhos existiam alguns problemas de limites que deveriam ser resolvidos, citando como exemplos o caso de Salto Grande e de Sete Quedas com o Paraguai e os limites indefinidos com a Bolívia, provocando invasões mútuas e involuntárias. Ao final da notícia questiona-se a validade da abolição das eleições diretas para prefeitos nos referidos municípios em relação à política de fronteiras.

> O governo está deliberado em abreviar a solução de todas essas questões, com a execução coordenada de uma nova política de fronteiras, embora não consiga explicar exatamente em que esta política é contrariada ou impedida pela eleição de prefeitos e a preservação do princípio de autonomia de fato dos municípios. Em todo caso, nós que estamos na região compreendida pela área de segurança nacional, aguardaremos solução legal para o caso aceitando o que decidir o Congresso e o Presidente da República.[126]

Apesar da crítica empreendida na notícia, ao final deixa-se claro que o que o Congresso e o Presidente da República decidir será acatado por todos. Afinal não se pode esquecer que no momento o país estava vivendo uma Ditadura Militar que aos poucos ia abolindo os direitos civis e politicos dos cidadãos brasileiros, em nome da segurança nacional.

No início de junho a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Costa e Silva, entrando em vigor a partir do dia 4 de junho de 1968. Como foi mencionado anteriormente o prefeito eleito em 1965 ficaria até o final do seu mandato, então quando através de uma lista tríplice elaborada pelo Governador do Estado, o Presidente da República nomearia o prefeito.

A indicação do município de Marechal Cândido Rondon como Área de Interesse da Segurança Nacional abarcou uma série de fatores. A mais óbvia é o fato de fazer divisa com a República do Paraguai, em toda a sua extensão oeste. Como era de interesse do governo militar proteger toda a fronteira brasileira, para impedir a atuação do comunismo internacional no país, todos os municípios localizados nessa área, foram enquadrados na situação de interesse da Segurança Nacional, mesmo o governo federal sabendo que no Paraguai também havia uma ditadura. Não fazia sentido editar uma lei sobre a fronteira e deixar uma parte dessa fronteira de fora porque nesse pedaço não haveria problema, em função do país vizinho estar numa ditadura.

Além do que, havia um problema de divisa com o Paraguai a respeito do Salto Grande de Sete Quedas, no município de Guaíra, onde o país vizinho questionava o limite traçado entre os dois países. Com as notícias e os primeiros estudos demonstrando o interesse do Brasil em construir uma usina hidroelétrica na região, o Paraguai reavivou a disputa de fronteira com o Brasil na altura de Sete Quedas. Assim, optou-se por um entendimento diplomático para a questão, culminando com a Assinatura da Ata do Iguaçu em 22 de junho de 1966, que estabelecia o regime de condomínio sobre os recursos hidráulicos do Rio Paraná. Depois de vários estudos, Brasil e Paraguai, assinaram em 1973, o Tratado de Itaipu, instrumentalizando legalmente a construção e operação de uma usina hidroelétrica no Rio

[126] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 16 de maio de 1968.

Paraná. O Lago da Usina começou a ser formado em 1982 e a inauguração aconteceu em 1984. A construção da usina acabou com o litígio fronteiriço entre os países, pois a área litigiosa seria inundada pelo reservatório.

A usina hidroelétrica de Itaipu, em si, não foi um fator determinante na indicação de Marechal Cândido Rondon como Área de Interesse da Segurança Nacional, mas o fato de que nas margens do município passava o Rio Paraná, que era uma área de interesse do governo federal para a construção de uma usina para a geração de energia elétrica.

Outro fator que pode ter colaborado na indicação do município como Área de Interesse da Segurança Nacional foi a forte presença de partidários do PTB no município.Com exceção do primeiro prefeito, que foi nomeado interinamente, tanto o segundo quanto o terceiro foram eleitos pelo PTB[127]. Esse direcionamento petebista se deu em função de Willy Barth, que era acionista da empresa colonizadora que fundou Marechal Cândido Rondon e também porque uma grande parcela dos colonos eram gaúchos, onde o PTB tinha sua principal base política. Mesmo com a filiação de Lamb e Wanderer, que eram os principais líderes petebistas, a ARENA, quando da extinção dos partidos políticos em 1965 e conseqüente bi-partidarização, havia a necessidade de controlar a atuação desses políticos.

Justamente na época de discussão para a implantação da lei surgiram notícias que o município era um reduto de nazistas, moradia de Joseph Mengelle e Martin Bormann[128]. Essa idéia surgiu a partir de um relatório feito pelo DOPS do Paraná, tendo como agente encarregado da investigação, Erich Erdstein. De acordo com Marcos Stein, pelo fato da maioria das pessoas serem descendentes de imigrantes alemães, por falar o alemão e haver moradores que viveram na Alemanha na época de Hitler, criou-se o discurso do reduto nazista.[129]

Através dos fatores relacionados anteriormente sobre o município de Marechal Cândido Rondon, percebe-se que cada município situado na fronteira tinha suas particularidades que determinaram sua inserção como Área de Interesse da Segurança Nacional. Como o governo militar necessitava de uma boa base política que o sustentasse, alegando estar situado na fronteira, 130 municípios do Brasil foram considerados uma questão de segurança nacional.

---

[127] O primeiro prefeito foi Ari Branco da Rosa, o segundo foi Arlindo Lamb e o terceiro foi Werner Wanderer. Arlindo Lamb também foi eleito vereador pelo PTB, representando o então Distrito de General Rondon junto a Câmara de Vereadores deToledo.

[128] Joseph Mengelle foi médico no campo de concentração de Auschwitz e Martin Bormann era assessor de Hitler.

[129] STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996*). Florianópolis: Dissertação de Mestrado, 2000.

Nas pesquisas realizadas em jornais da região escritos no período e na leitura das atas das sessões das Câmaras de Vereadores do Município de Marechal Cândido Rondon, não houve nenhuma manifestação contrária à lei, indicando que o medo de alguma retaliação seja aos meios de comunicação, ou aos políticos, acabou calando todos que aceitaram pacificamente a decisão tomada em instâncias superiores.

3.1 Os prefeitos nomeados

Quando foi aprovada a lei que determinou que Marechal Cândido Rondon fosse Área de Interesse da Segurança Nacional, o prefeito que administrava o município era Werner Wanderer, eleito pelo voto direto em 1965 e permaneceria no cargo até 2 de dezembro de 1969 quando seu sucessor assumiria. Através de Decreto lei o Presidente da República prorrogou, até o dia 31 de janeiro de 1970, o mandato dos prefeitos dos municípios em que ainda não haviam sido nomeados os novos prefeitos. Foi o caso de Marechal Cândido Rondon.

Este fato acabou gerando uma ansiedade na população, que se fazia várias perguntas e geralmente não tinham respostas. Quem seria o novo prefeito? Será que Werner Wanderer continuaria? Até quando essa indefinição? As dúvidas pipocavam entre as pessoas e o FAN contribuía para ampliar essa ansiedade.

> O início do ano de 1970 vem semeando uma ansiedade irrepreensível entre todo o povo que espera nervosamente sobre notícias que digam respeito ao nosso município, na sucessão da chefia do executivo.[...] Faltam agora 29 dias para que se fique sabendo quem tomará as rédeas para guiar nosso tão querido município.[...] Indefinido quem sucederá Werner Wanderer. [...] Nas rodinhas populares de cafés ouve-se o pronunciar de tantos nomes. [...] Werner Wanderer continuará no cargo por tempo indeterminado.[130]

Como se percebe a indefinição do que aconteceria com relação ao cargo máximo do executivo municipal gerava uma grande polêmica. Essa polêmica aumentou quando se ficou sabendo que o prefeito Werner Wanderer ficaria no cargo por tempo indeterminado, até que se fosse nomeado outro prefeito. Na verdade Wanderer desejava candidatar-se a deputado estadual, mas queria uma garantia que se caso não fosse eleito, voltaria a assumir a prefeitura

[130] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, de 2 de janeiro a 20 de janeiro de 1970. v.8

do município. No início de fevereiro de 1970 surgiram os boatos que o então vice-prefeito Dealmo Poersch seria nomeado o novo prefeito, o que definitivamente aconteceu no dia 18 de fevereiro, através do Decreto n° 18.275, assinado pelo governador Paulo Pimentel. Com isso, caíram por terra os planos de Wanderer, restando-lhe ser eleito a deputado estadual. Além disso, ele não concordava com a nomeação de Poersch, mesmo sendo seu vice-prefeito, pois este tinha sido eleito representando a UDN[131].

A principal meta de trabalho de Poersch foi a educação com a construção de salas de aula e aparelhamento das escolas, como atesta a notícia veiculada no jornal Fronteira do Iguaçú de 1° de agosto de 1971, em que o prefeito mencionava o seguinte:

> Construímos e entregamos para o uso das crianças do município, 21 salas de aula, havendo outras 13 em construção. Está no plano entregarmos até o final do ano, mais 14, perfazendo um total de 48 salas de aula. [...] Estamos aparelhando as escolas com a compra de carteiras e armários.[132]

Além disso, anunciava com grande destaque a obtenção de uma verba oriunda dos governos federal e estadual para a construção do ginásio[133], totalizando 1250 metros quadrados de área construída. No ano de 1971, cerca de 39 mil pessoas moravam no interior do município, de um total de 44 mil habitantes, sendo que uma grande parcela das salas de aula eram construídas para atender a essas pessoas. Geralmente as construções eram de madeira, em que a comunidade local colaborava, ora com material de construção, ora com mão-de-obra.

Dealmo Poersch ficou no cargo de prefeito até 9 de agosto de 1972, quando enviou pedido de renúncia ao governador do Estado Pedro Viriato Parigot de Souza. Os motivos que levaram Poersch a renunciar foram as divergências políticas entre o seu grupo político e o de Werner Wanderer.

Isto aconteceu porque o governo federal extinguiu os vários partidos políticos e criou somente dois: ARENA, que fazia o papel da situação e MDB, como oposição. Mas para acomodar os diversos grupos, autorizou a criação de sublegendas dentro dos partidos. Em Marechal Cândido Rondon, além da ARENA, foi autorizado a ARENA 1 e ARENA 2, que acomodaram os diversos grupos, que já eram oposição entre si antes do novo regime. Na

---

[131] Pela Constituição brasileira de 1946 o candidato a prefeito e o vice mais votado eram eleitos, não necessariamente do mesmo partido.
[132] Jornal *Fronteira do Iguaçu***,** Cascavel, 1° de agosto de 1971.
[133] Em 1971 o Ensino Fundamental era divido em primário da 1ª a 4ª séries e ginásio da 5ª a 8ª séries. Atualmente no prédio do antigo ginásio funciona o Colégio Estadual Eron Domingues.

ARENA 1 ficaram os antigos petebistas, aliados de Wanderer e Lamb. Na ARENA 2 ficaram os antigos udenistas, aliados de Poersch."O fato dificultou a formação e estruturação do MDB no município, porque os que não concordavam com a política do governo local, podiam participar da sublegenda alternativa, dentro do próprio partido de apoio ao governo."[134] Em função da disputa que ocorria entre partidários da ARENA 1 e ARENA 2, iniciou-se um processo de filiação maciça a ARENA, tornando o município o mais arenista do Brasil, pelo elevado número de eleitores filiados.

Na Câmara de Vereadores havia sido eleito em 1969 sete vereadores que apoiavam Poersh e dois que apoiavam Wanderer, de um total de nove vereadores. Estes alegavam que Poersch não estava realizando um bom trabalho como prefeito, que necessitava de mais empenho na obtenção de verbas junto aos governos federal e estadual. Também alegavam que o prefeito estava mais preocupado em administrar seus negócios do que o município. [135]

Já Poersch contrapunha dizendo que buscava verbas junto aos governos mencionados, mas que nem sempre era atendido em todas as suas reivindicações. Com relação ao fato da administração de seus negócios, Poersch alegava que ele não poderia simplesmente abandoná-los, pois era através de suas atividades econômicas que sustentava a família.[136] Estas divergências se avolumaram mais porque Poersch não apoiou Wanderer na campanha para deputado estadual, preferindo apoiar outro candidato da ARENA. Ao final de um período de discussões entre o prefeito e vereadores, Poersch preferiu renunciar ao cargo de prefeito.

No lugar de Dealmo S. Poersch foi indicado Almiro Bauerman, nomeado pelo Decreto n° 2402 de 11 de agosto de 1972, sendo empossado no dia 17 de agosto. De acordo com o próprio Bauerman em entrevista concedida ao jornal O Presente, sua indicação ao cargo de prefeito foi uma surpresa, pois fez sua filiação a ARENA e pouco tempo depois foi chamado para administrar o município.[137] Realmente a sua nomeação foi uma surpresa, mas Bauerman não era um desconhecido da população rondonense, nem dos políticos que atuavam na região, pois tinha participado da fundação do Sindicato Rural Patronal do município em 1969 e da COOPAGRIL em 1970.

---

[134] URNAU, Iraci M.W. *Autoritarismo, Rádio e Idéia de Nação*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. Dissertação. p. 73.
[135] Atas de Sessões da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, 12 de março de 1972; 18 de abril de 1972; 26 de maio de 1972; 14 de junho de 1972.
[136] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 22 de abril de 1972; 19 de junho de 1972.
[137] Jornal *O Presente*, Marechal Cândido Rondon, 31 de março de 2004.

> Trocar o prefeito agora? Vai colocar quem? Alguém do prefeito que estava sendo destituído? Alguém do grupo que estava brigando pelo cargo? Então a medida encontrada naquela ocasião foi colocar alguém neutro, que não tinha ligação com um, nem com outro grupo, mas que fosse fiel, digamos assim, ao princípio da indicação do governo, já que era feito via governo de Estado.[138]

As nomeações dos prefeitos das Áreas de Interesse da Segurança Nacional eram de responsabilidade do Presidente da República. Mas como esse não teria condições de fazê-lo porque não tinha um conhecimento prévio da situação política de cada município. Por isso delegava esse trabalho ao governador do Estado, que juntamente com deputados estaduais e federais que representavam o município, indicavam um nome e encaminhavam ao Presidente da República que nomeava então o prefeito.

No caso de Marechal Cândido Rondon os políticos de maior influência eram o deputado federal Norton Macedo e o ex-prefeito Werner Wanderer, que apesar de não possuir nenhum cargo político estava divulgando seu nome para se candidatar a deputado estadual nas eleições de 1974. [139] Como a saída de Poersch foi motivada por divergências com o grupo de Werner Wanderer, os mandatários políticos preferiram indicar um nome que ainda não tivesse ocupado nenhum cargo político. Almiro Bauerman era economista, contador e professor, que lhe dava as condições, segundo os políticos, para que pudesse administrar com eficiência o município.[140]

Em seu discurso de posse na Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, Bauermam assumiu que sua preocupação era o desenvolvimento do município. [141] Em sua gestão foram asfaltadas 180 quadras, um grande salto, pois ao assumir havia somente 9 quadras asfaltadas. Nesse setor a preocupação foi a tal ponto que se criou à autarquia de Serviço Autônomo de Pavimentação – SAPAM, com o objetivo de asfaltar as ruas da cidade, construir e recuperar as estradas do interior do município, além de outros serviços ligados a pavimentação. Foram construídas 71 pontes, 111 salas de aula, seja de madeira, seja de alvenaria e também dependências administrativas das escolas.[142] Em convênio com o governo do Estado foi construído prédio próprio para a Delegacia de Polícia e Agência dos Correios. Em 1976 foi instalado a Agência do Banco do Brasil, reivindicação antiga dos agricultores do

---

[138] PRIESNITZ apud URNAU, p. 78.
[139] Werner Wanderer tinha sido candidato a deputado estadual nas eleições de 1970, mas não foi eleito.
[140] Ata da Sessão da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, 17 de agosto de 1972.
[141] Arquivo do FAN, Rádio Difusora Marechal Cândido Rondon, 18 de agosto de 1972. V. 12
[142] Comunicado da Prefeitura Municipal. Arquivo do FAN, Rádio Difusora Marechal Cândido Rondon, 1º de fevereiro de 1978. v.42.

município que necessitavam ir a Toledo[143] para realizar financiamentos, empréstimos e pagamentos agrícolas.

Enfim foram realizadas inúmeras obras de infra-estrutura, como instalação de linhas telefônicas, ampliação de rede de energia elétrica e aumento de estradas. Essa política de estruturar o município era um reflexo da política aplicada pelo governo federal e estadual que incentivavam e financiavam muitas obras de infra-estrutura no país.

A partir de meados de 1977 começaram a surgir algumas críticas a administração de Bauerman, oriundas na sua totalidade da Câmara de Vereadores, que com as eleições municipais ocorridas em 1976, passou a ter dois representantes do MDB de um total de nove, ou seja, na Câmara de Vereadores passou a ter oposição. Algo inédito porque até aquele momento haviam sido eleitos somente vereadores da ARENA.

No início de 1978 começaram a veicular alguns boatos que o prefeito Almiro Bauerman iria deixar o cargo de prefeito e em seu lugar assumiria o Presidente Municipal da ARENA Guido Port. [144] Passados alguns dias foi anunciado que Bauerman comporia a chapa para concorrer à administração da Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon – COOPAGRIL. Em declaração a Rádio Difusora, Bauerman disse que não gostava de acumular cargos e caso a sua chapa vencesse as eleições, ele comunicaria o fato ao governador Jaime Canet e esse poderia decidir o que fazer.[145]

Em 9 de março de 1978, Bauerman colocou o seu cargo de prefeito a disposição do governador, declarando que por estar a cinco anos como chefe do executivo municipal seu tempo já havia ultrapassado os limites de ocupar essa função.[146] Assim após alguns encontros com o governador, sempre acompanhado do deputado estadual Werner Wanderer, no dia 13 de abril Bauerman foi exonerado do cargo de prefeito.

Em virtude de a sucessão ser mais demorada que em anos anteriores, pois naquele momento o diretório municipal da ARENA deveria aprovar o nome do novo prefeito e como o município não poderia ficar sem prefeito, acabou assumindo a função o Presidente da Câmara de Vereadores, Werno Scherer, que tomou posse no dia 17 de abril.

Werno Scherer assumiu a função de prefeito provisoriamente até que fosse nomeado outro nome. Mas em 2 de março de 1979, acabou sendo efetivado na função através do decreto n° 6376. A sua gestão frente à prefeitura municipal foi marcada pelas dificuldades

[143] O município de Toledo fica a aproximadamente 45 Km de Marechal Cândido Rondon. Até 1978 a ligação entre os dois municípios era por estrada de terra, dificultando muito o acesso dos agricultores que necessitavam dos serviços do Banco do Brasil.
[144] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 1º de fevereiro de 1978. V.41.
[145] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 15 de fevereiro de 1978. V.41.
[146] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 9 de março de 1978. V.42.

econômicas que os municípios começaram a passar a partir de 1978, quando os recursos oriundos do governo federal diminuíram sensivelmente. A crise econômica que o país estava passando afetou diretamente os municípios, pois os governos militares tinham diminuído sobremaneira a autonomia deles, centralizando todas as decisões em Brasília.

Outra marca do governo de Scherer foi a instalação da sede da administração municipal nos vários distritos do município, as chamadas interiorizações, onde juntamente com os secretários municipais o prefeito trabalhava naquele lugar num dia pré-determinado. Primeiramente se fazia uma reunião com a população para saber quais eram as necessidades do lugar. Depois essas reivindicações eram analisadas pelo prefeito e seus auxiliares. Em seguida todos iam até o distrito e realizavam as obras que pudessem ser atendidas, de acordo com os recursos existentes. Geralmente as obras eram: colocação de bueiros, reforma de galerias pluviais, construção e reformas de pontes, instalação de placas de sinalização, plantio de mudas de arvores, recolhimento de detritos, ensaibramento de ruas, avenidas e estradas rurais. Enfim obras que não demandavam muitos recursos, que poderiam ser realizados pelos funcionários da prefeitura e que de uma maneira contentavam as populações das localidades atendidas. De acordo com Dilmo Bedin , Verno Scherer,

> [...] descentralizou a administração, fazendo as famosas interiorizações. Nas interiorizações ia gente, ia todo mundo, principalmente o deputado. Só saia interiorização se o deputado pudesse estar presente. Não só o deputado estadual, mas, também o deputado federal, porque no dia da interiorização, toda a administração, não ficava ninguém em casa. Todos os colonos, praticamente vinham, porque era um dia de fazer título de eleitor, era o dia de fazer identidade, fazer uma consulta. Se tivesse um problema de bueiro, de estrada, era naquele dia que se resolveria.[147]

O período em que Scherer foi prefeito aumentou a oposição ao governo militar e Marechal Cândido Rondon sendo um município da Área de Interesse da Segurança Nacional, enfrentava uma oposição ainda mais acirrada, pois para os políticos opositores os problemas econômicos que os municípios enfrentavam, era maior ainda nesses locais, em virtude dos prefeitos serem nomeados pelo Presidente da República. Quando em 1983 o governador eleito pelo PMDB José Richa tomou posse, as reclamações dos prefeitos dessas localidades aumentaram, argumentando que por serem de partidos oposicionistas o governo estadual abandonou esses municípios.

Mesmo assim, Scherer permaneceu como prefeito nomeado até 31 de maio de 1985, quando passou o cargo ao então Presidente da Câmara de Vereadores Dieter Seiboth. Isso se

[147] BEDIN apud URNAU, op. cit., p.82.

sucedeu por determinação do Presidente da República, quando da extinção das Áreas de Interesse da Segurança Nacional e conseqüentemente com o fim da nomeação de prefeitos.

3.2 A relação do município com o Conselho de Segurança Nacional

Além da nomeação dos prefeitos, o controle do governo militar sobre os municípios federalizados ocorria através de órgãos ligados diretamente ao Presidente da República. Esse relacionamento entre município e Conselho de Segurança Nacional - CSN se dava através da Comissão Especial de Faixa de Fronteira - CEFF, que era chefiado por um secretário, geralmente militar. A relação poderia acontecer de várias formas: através do envio de dinheiro, de visitas de representantes do órgão ou através de instruções.

A primeira vez que o município recebeu dinheiro do CSN foi para a pavimentação das avenidas principais da cidade, a Avenida Rio Grande do Sul e Avenida Maripá. Esse dinheiro foi liberado em novembro de 1968, sendo que o prefeito municipal recebeu um telegrama da CEFF informando o auxílio na ordem de 100 milhões de cruzeiros. No arquivo da Prefeitura Municipal não há nenhum documento arquivado de solicitação e recebimento desse dinheiro, como também não há nenhuma lei aprovada na Câmara de Vereadores para que a obra fosse executada, de acordo com a legislação vigente. Essa notícia foi divulgada pelo programa FAN com grande ênfase e destacando o trabalho do referido órgão. O dinheiro recebido foi considerado um presente de Natal, pois a partir dessa obra o município ia contar com ruas pavimentadas.

O primeiro passo para requisitar verbas junto ao Conselho de Segurança Nacional era o envio de um ofício expedido pela Prefeitura Municipal especificando quais obras deseja realizar e um orçamento prévio. Foi o que aconteceu em oficio enviado pelo prefeito Werner Wanderer datado de 5 de dezembro de 1969, requisitando auxílio na ampliação da rede primária, rede de esgoto, construção de galerias pluviais, no abastecimento de água e reaparelhamento de escolas. Em resposta enviada pelo CSN, datada de 25 de junho de 1970, seria assinado um convênio através da Diretoria de Ensino dos Territórios e Fronteiras, do Ministério da Educação e Cultura, para a construção de uma escola com seis salas de aula e que os demais pedidos seriam atendidos em 1971.[148]

Um dos passos para a liberação de verbas através da CEFF e CSN, era a aprovação de uma lei na Câmara de Vereadores que autorizava o Poder Executivo Municipal firmar

[148] Oficio 238/70. Arquivo da Prefeitura Municipal, caixa de documentos do Conselho de Segurança Nacional.

convênio com os referidos órgãos, bem como autorizar os gastos no valor de 50% do valor total das obras. Em 20 de março de 1970, através da Lei n° 601, a Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon autorizou o prefeito a firmar convênio com a CEFF e CSN para a construção de 12 salas de aula de madeira e 8 salas de aula em alvenaria nos distritos; e da Lei n° 602, para a construção de uma unidade de alvenaria com quatros salas de aula na sede do município, extensão da rede de esgoto da cidade e construção de 3 pontes ligando vários distritos do interior do município.[149]

Em 1970 foi recebida uma verba destinada à construção da rede de esgoto da cidade, construção de galerias pluviais e abastecimento de água, mas a verba foi utilizada exclusivamente na ampliação do abastecimento de água. Como justificativa enviada ao CEFF em 15 de junho de 1970, através do oficio 238/70, usou-se o argumento que a comunidade desejava a realização dessa obra, sendo que foram feitas 432 ligações residenciais e que para a construção de uma rede de esgotos eram necessários valores altíssimos de investimento que a prefeitura não poderia arcar, mesmo que fosse somente 50% como exigia a legislação vigente à época, para convênios com a CEFF. Mas em oficio encaminhado pela CEFF, comunicou-se à prefeitura que o órgão faria uma diligência para averiguar de que forma a verba tinha sido utilizada. Novamente, o prefeito encaminha um oficio explicando como a verba foi gasta e se colocando a disposição para maiores explicações, inclusive se a Comissão desejasse fazer uma vistoria *in loco*.[150]

Em 1971, quando da realização do ACISO – 71, o Departamento de Fronteiras e Territórios, órgão vinculado ao CEFF, liberou dinheiro para o 3º Exército, que por sua vez encaminhou a 5ª Companhia de Fronteiras de Guaíra[151], para que fosse utilizado em toda a região da fronteira Oeste do Estado do Paraná, compreendida entre os municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu. O dinheiro destinado a Marechal Cândido Rondon foi utilizado na pintura e reforma de escolas, construção de sanitários e a construção do grupo escolar no distrito de Entre Rios. Em oficio encaminhado ao secretario da CEFF, em setembro de 1971, pelo prefeito municipal Dealmo Poersh, este o comunicava da construção de várias salas de aula por todo o município. Também agradecia a participação da 5ª Companhia de Fronteiras na construção e reformas de escolas do município. Enfim destacava a importância que a

[149] Leis, decretos e portarias de 1970, no Arquivo da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon.
[150] Arquivo da Prefeitura Municipal, caixa de documentos do Conselho de Segurança Nacional.
[151] A 5ª Companhia de Fronteiras está localizada na cidade de Guaíra, aproximadamente 60 km de distância de Marechal Cândido Rondon e até 1982, a ligação entre os dois municípios era feito por estrada de terra.

administração municipal estava concedendo a educação, de acordo com o propósito do governo federal.[152]

Algumas vezes o projeto original enviado pela prefeitura municipal voltava com sugestões de reformulação. Foi o que aconteceu quando da construção da ponte sobre o Rio São Francisco Falso, que deságua no Rio Paraná, em 1973. De acordo com o projeto enviado pela Prefeitura Municipal a ponte seria construída de madeira, já que na região havia grande disponibilidade desse material. O secretário da CEFF sugeriu que a ponte fosse construída de alvenaria e que o projeto deveria ser reformulado. A prefeitura fez as mudanças sugeridas, incluindo o aumento no orçamento inicial. A CEFF autorizou a realização da obra, mas enviou somente a verba orçada do projeto original. Em virtude das indas e vindas do projeto e da elevação do preço dos materiais de construção, para realizar a obra era preciso dobrar os valores. O prefeito municipal enviou oficio requisitando uma verba adicional e expondo os argumentos para que o dinheiro fosse liberado, caso isso não acontecesse manifestara que não haveria condições de realizar a obra. Como o dinheiro adicional não veio, novamente o prefeito pediu instruções, sendo que sugeria a utilização dessa verba na construção de outra ponte com extensão menor ou a devolução do dinheiro. Esta última opção foi a tomada pela plenária da CEFF. [153]

A primeira visita realizada por um representante da CEFF a Marechal Cândido Rondon e que foi noticiada, foi à vinda do Coronel Otavio Tosta[154], em 20 de janeiro de 1969, que foi recebido com muita pompa, como uma forma de agradecimento pelo dinheiro liberado para a pavimentação das avenidas Rio Grande do Sul e Maripá. Além de vistoriar a referida obra, o Secretário da CEFF e Secretário Executivo do Serviço Nacional de Informações visitou várias granjas e propriedades agrícolas do município, que segundo o FAN para "sentir de perto o pulsar do progresso especialmente no setor de agricultura, que sinta o amor ao trabalho e espírito de progresso de nosso povo, dando nos condições para progredir mais ainda com a colaboração do Governo Federal." [155] Ou seja, não se preocupem que nesse lugar só há pessoas interessadas em trabalhar e progredir, que apóiam o governo federal. Portanto, não existe nenhum subversivo. Ainda em agosto de 1969, outro representante do CEFF se fez presente no município para fiscalizar as obras de pavimentação. [156]

---

[152] Oficio 389/71.Arquivo da Prefeitura Municipal, caixa de documentos do Conselho de Segurança Nacional.
[153] Ofícios 381/73; 530/74; Memorando do Prefeito Municipal. Arquivo da Prefeitura Municipal, caixa de documentos do Conselho de Segurança Nacional.
[154] Estudioso da Geopolítica; autor de várias obras sobre conhecimento e teoria geopolítica.
[155] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 20 de janeiro de 1969. V.5.
[156] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 14 de agosto de 1969. V.6.

Outra visita recebida pelo prefeito Almiro Bauerman da CEFF, foi em outubro de 1974, que "colheu informações com o objetivo de conhecer os problemas sócio-econômico-administrativos vividos pelo município de Marechal Cândido Rondon, visando instruir a política governamental de desenvolvimento. Em seguida a comissão composta por três militares e um engenheiro foi visitar as instalações da COOPAGRIL."[157]

Em abril de 1980, novamente uma comissão do Conselho de Segurança Nacional, formada exclusivamente por militares, visitou o município com o objetivo de avaliar a situação do município quanto às questões de infraestrutura. Vários locais foram visitados como o Módulo Desportivo, as obras de construção do Centro Social Urbano, as obras de galerias pluviais no bairro próximo a COOPAGRIL e a Câmara de Vereadores.[158]

Em março de 1984 veio a região oeste do estado uma Comissão do Conselho de Segurança Nacional, com o objetivo de visitar todos os municípios integrantes da faixa de fronteira e analisar os problemas específicos de cada município, fazendo um levantamento das necessidades prioritárias e posterior relatório que seriam enviados as prefeituras para que então se fizesse o pedido de verbas para o ano de 1985. [159]

Além de enviar dinheiro e fazer visitas, outra forma de relacionamento eram as palestras de instrução sobre a CEFF e sua atuação na fronteira. Em julho de 1971, os prefeitos e cartorários da região foram convocados para irem até a cidade de Guaíra para receber informações legais quanto à aquisição de terras por parte de estrangeiros na faixa de fronteira e sobre os procedimentos para a solicitação de verbas por parte das prefeituras junto a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. [160] De acordo com a legislação vigente na época, estrangeiros não poderiam possuir terras numa faixa de 30 quilômetros da fronteira e no restante da faixa somente com autorização do Conselho de Segurança Nacional. Quanto à solicitação de verbas os municípios deveriam enviar um memorial descritivo da obra, a aprovação do projeto pela Câmara de Vereadores e a garantia que o município pudesse arcar com 50% do valor da obra. [161]

Essas formas de relacionamento do Conselho de Segurança Nacional com o município de Marechal Cândido Rondon e outros do país eram somente um modo de controle

---

[157] Nota à Imprensa divulgada pela Prefeitura Municipal de 2 de outubro de 1974. Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon

[158] Nota à Imprensa divulgada pela Prefeitura Municipal de 16 de abril de 1980. Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon.

[159] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 23 e 27 de março de 1984. V.108.

[160] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 02 de julho de 1971. V.12

[161] BRASIL. Decreto n°29505 – B, de 16 de julho de 1956. *Lex:* Coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo.

político que ocorria, principalmente através das verbas. Muitos municípios se sentiam prejudicados porque em muitas situações o governo estadual empurrava o problema para o governo federal e vice-versa. Com isso a população era a mais prejudicada, pois não tinha como reclamar, pois o país vivia numa ditadura.

3.3 A visita do Presidente Ernesto Geisel à Marechal Cândido Rondon

Quando Marechal Cândido Rondon receberá novamente um chefe da nação??? Difícil estabelecer uma previsão, portanto é uma oportunidade que deve ser muito bem aproveitada. Com essas duas frases inicia-se o noticiário Frente Ampla de Notícias transmitida pela Rádio Difusora, no dia 06 de março de 1976. A vinda do então Presidente da República, General Ernesto Geisel, para Marechal Cândido Rondon, foi um acontecimento de grandes proporções, tanto para o município quanto para a região, afinal era a primeira e foi a única vez que um Presidente da República esteve no município.

Nesse sentido, é interessante observar como foram os preparativos da população para receber visita tão ilustre, bem como acompanhar como esse processo aconteceu através de um programa de rádio. Também é importante destacar que por ser um ano eleitoral e com receio que o MDB conquistasse vitórias como ocorreu na eleição de 1974, o Presidente Ernesto Geisel se lançou na campanha, principalmente fazendo visitas a pequenos municípios onde a ARENA sempre teve ampla vantagem e onde o MDB demorou em se estruturar.

A narrativa de todo o processo da visita é minuciosa, objetivando evidenciar a importância de tal ato para uma cidade pequena do interior do Brasil, bem como demonstrar que a ARENA juntamente com os presidentes militares, necessitavam naquele período, de toda e qualquer artimanha para manutenção do poder. As artimanhas usadas foram o envolvimento de toda a população do município e região nos preparativos da visita, o uso de propaganda através dos meios de comunicação tanto da região quanto da imprensa nacional para divulgar as benfeitorias do regime militar.

A partir do momento que foi confirmada à vinda do Presidente Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon, o FAN passou a noticiar diariamente todos preparativos referentes à visita. O programa conclamava a participação de todos e também se colocou a disposição no sentido de colaborar com os preparativos para que a visita fosse um sucesso:

> Tudo deverá ser minuciosamente estudado para evitar transtornos de última hora e é importante que se conscientize cada um da tarefa que terá que ser desempenhado, todos estão sendo chamados para colaborar. Chamamos a atenção para este sinal (rodar o Guarani). Fora de nosso noticiário normal, informações ou convocação de elementos das comissões, utilidade pública que se relacione exclusivamente com a festa, com a visita do Presidente Ernesto Geisel no dia 19, precederá a abertura do chamamento com a introdução da sinfonia de O Guarani. [162]

Percebe-se que não só o programa, mas toda a programação da rádio dava uma ampla divulgação dos preparativos da visita ou festa, utilizando "O guarani" para anunciar que a notícia que entrava no ar se referia à visita do presidente, que por coincidência ou não era a mesma música utilizada no noticiário "A hora do Brasil".

Por parte da municipalidade e do governo estadual houve uma preocupação em organizar tudo para que a recepção fosse um sucesso. Organizaram-se comissões que seriam responsáveis por arrumar tudo que fosse necessário, recepção, alimentação, faixas e cartazes de boas vindas, mostra de maquinários agrícolas, som e palanque, limpeza e arrumação da cidade. Todos os preparativos eram acompanhados e divulgados minuciosamente pelo programa, como pode ser comprovado por algumas manchetes das notícias: "Almiro, Canet e Paulinelli falarão; nem todos têm bandeira; trator para a limpeza da cidade; aeroporto um preparo especial; aumenta o ritmo dos trabalhos; contratado o buffet para servir o presidente; poucas máquinas inscritas para mostrar ao presidente."[163]

A preocupação era tanta que no dia 10 de março foi lido uma orientação de um professor de Educação Moral e Cívica de como usar a bandeira do Brasil e símbolos pátrios. Em outro momento, fala-se da necessidade de todos os estabelecimentos comerciais e industriais fazerem o hasteamento da bandeira nacional, e a pedido da Prefeitura Municipal, orientaram a todos os comerciantes e industriais que a municipalidade estava se colocando a disposição para fazer a encomenda de bandeiras, pois no entender do programa da prefeitura e da emissora "No dia da visita do presidente um ilimitado número de bandeiras deveria estar tremulando a porta de cada estabelecimento." [164] Ou seja, era necessário demonstrar o amor ao país, através do uso de símbolos e que melhor exemplo do que a bandeira tremulando no dia da visita do presidente.

O evento era visto por todos como uma grande festa, por isso foi criada uma comissão de alimentação que seria responsável por alimentar gratuitamente toda a população

[162] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 06/03/1976. V.25
[163] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Candido Rondon, de 08 de março de 1976 a 16 de março de 1976. V. 25 e 26.
[164] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 08 e 10 de março de 1976. V. 25.

que viesse prestigiar o presidente. Nesse sentido, houve a colaboração das prefeituras, das cooperativas, casas comerciais, agricultores e pecuaristas da região que fizeram a doação de carne para fazer o churrasco que foi servido a aproximadamente 40 mil pessoas. Em vários momentos o programa falava de quem estava colaborando, como estava colaborando e agradecendo a ajuda de todos. Também orientou todos como proceder na retirada das fichas para o almoço, inclusive para as pessoas que viessem de outros municípios da região.

Outra notícia interessante trata da inscrição de máquinas agrícolas para mostrar ao presidente, pois era necessário demonstrar o grande desenvolvimento agrícola da região:

> Mesmo sabendo que estamos em plena safra de soja e a ocupação do maquinário das lavouras é imprescindível, [...] A finalidade é mostrar ao presidente o poderio agrícola regional cuja imagem não seja apagada nunca da mente do eminente homem público.[...] Os agricultores proprietários de máquinas agrícolas deverão procurar urgentemente os encarregados junto à Coopagril (sic) providenciando a inscrição do seu maquinário, ainda concorrendo aos prêmios estabelecidos pela entidade de classe. [165]

Mesmo sabendo da dificuldade que era aos agricultores para exporem suas máquinas, devido à safra, o jornalista do programa conclamou a todos para participarem, tendo como incentivo o sorteio de prêmios aos inscritos. Prêmios esses, que foram doados pelas empresas que comercializavam produtos e maquinários agrícolas. Ao todo foram colocadas 90 máquinas agrícolas, como tratores e colheitadeiras, para desfile e exposição no dia da visita. E no dia 22 de março foi feito o sorteio dos prêmios aos participantes do desfile.

No dia 17 de março, um alerta foi dado a todos que viessem participar do evento, para que não portassem armas, inclusive facas de médio e grande porte, pois seriam apreendidos pelo exército que estava patrulhando todo o município inclusive fazendo revista em todas as entradas e saídas da cidade, nos carros, caminhões e ônibus. O jornalista do programa disse que "Esta revista se faz necessária, ao momento em que encaminhamos o alerta para que ninguém porte arma ou ande sem documento por aí." [166] O momento a que se refere à notícia é a visita do presidente. Alertar para que ninguém porte arma de qualquer espécie, dá indícios que, andar armado era um costume na região. Portanto, a presença do exército observando e vistoriando tudo, deveria ser considerada uma normalidade.

O dia da visita foi marcado por grandes festividades. Exposição de máquinas agrícolas, visitas a stands de cooperativas da região que mostravam seus produtos, almoço,

[165] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 16/03/1976. V.26
[166] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 17/03/1976. V.26

discursos, reuniões. Enfim um grande evento para mostrar ao presidente o que o município produzia e como estava colaborando no desenvolvimento do país.

A Rádio Difusora acompanhou tudo ao vivo, noticiando tudo em detalhes. Durante a programação foi lida várias vezes uma biografia do presidente Ernesto Geisel. A biografia chama a atenção em dois pontos: primeiro, o fato de o presidente pertencer à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pois em Marechal Cândido Rondon há um grande número de praticantes dessa religião; segundo a existência de uma prima irmã da D. Luci Marcus Geisel, esposa do presidente, que residia em Marechal Cândido Rondon.[167] Essas informações permitiam ao povo rondonense se sentirem próximos do presidente, pois possuíam afinidades como a religião praticada e a presença de um parente dando a entender que era mais uma visita de cordialidade do que de cunho político.

Segundo o FAN e o Jornal Fronteira do Iguaçu, a visita do presidente Ernesto Geisel objetivava a entrega de títulos de terra a agricultores da várias regiões do Paraná, a inauguração da segunda etapa de eletrificação rural da maior cooperativa do setor na América Latina, o início oficial da safra de soja no Brasil, apesar de já estar ocorrendo e assinatura de vários acordos agropecuários. [168]

Em seu discurso, após a entrega dos títulos de terras a alguns agricultores, o Presidente Ernesto Geisel disse que "O Brasil precisa produzir mais e precisa produzir melhor", dando indícios de que continuaria a sua política econômica baseada no desenvolvimentismo autoritário. Mais adiante dizia que o desenvolvimento no setor agropecuário era importante a nível nacional, pois para ele o desenvolvimento da nação só era possível a partir de uma grande produção agropecuária. [169]

Outro fator de preocupação do presidente era o avanço que o MDB estava tendo na política nacional. Em seu discurso, o presidente também deixou a entender que os seus aliados políticos devem ser bem conhecidos:

> [...] tem para mim um valor ainda maior, que é a oportunidade de que vocês também me conheçam e aos meus ministros e assim estabelecendo um vínculo mais íntimo entre o povo e governo, fator essencial para que o nosso trabalho – o de vocês e o meu – tenham melhor rendimento no interesse do grande país.[170]

[167] Arquico do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 19/03/1976. V.26. Jornal *Fronteira do Iguaçu*, Cascavel, 20/03/1976.
[168] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 20/03/1976. V.26
[169] Jornal *Fronteira do Iguaçu*, Cascavel, 20/03/1976.
[170] Idem.

O presidente estava acompanhado de alguns ministros e fez uma reunião com várias lideranças arenistas da região. No discurso deixa claro que o desenvolvimento econômico que o país estava tendo só era possível se a ARENA continuasse no poder, mas em nenhum momento deixa transparecer que dali poucos meses editaria a "Lei Falcão". [171]

Figura 6 – Foto da Visita de Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon.

Presidente Ernesto Geisel acompanhado de autoridades durante visita à Marechal Cândido Rondon.
Fonte: Acervo Particular de Udilma Lins Weirich.

Para o jornalista do programa FAN a visita do presidente poderia ser destacada por dois momentos principais. O primeiro, quando o presidente ao subir o palanque saiu do cordão de isolamento e foi cumprimentar as crianças e agricultoras. O segundo, quando discursou a multidão que estava presente. Esses dois momentos foram destaques, pois, o presidente se dirigiu a população presente no evento.[172] Outro fator de destaque é a emoção do presidente, que em vários momentos da notícia são repetidos. "A comitiva presidencial dirigiu-se ao centro da cidade, na Praça Willy Barth, durante todo o percurso, um grande número de pessoas até então incalculável acenou ao presidente que respondeu aos acenos sorridente e emocionado."[173] Em outro momento da notícia, quando o presidente estava indo embora:

[171] A Lei Falcão proibia os uso de rádio e televisão nas campanhas eleitorais, onde só apareceria a imagem e uma biografia do candidato. Uma retaliação ao MDB que tinha obtido algumas vitórias importantes nas eleições de 1974. Ver em: GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
[172] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 20/03/1976. V.26
[173] Idem.

> Centenas e centenas de pessoas seguiram todo o percurso do presidente sempre acenando e aplaudindo e milhares de pessoas foram ao aeroporto mesmo a pé, levar suas despedidas ao eminente chefe da nação brasileira, sempre recebendo o aceno do presidente visivelmente emocionado. [174]

Passados alguns dias da visita, o FAN noticiava os resultados que ela proporcionou, ressaltando o agradecimento que as prefeituras, empresas, jornalistas e a população da região faziam a organização do evento e a transmissão feita pelo programa.

> Desde o final do dia 19 vimos recebendo palavras elogiosas e carinhosas que fazem da organização dos festejos, pela maneira que passamos as informações ao público durante os dias que antecederam a visita do presidente e especialmente da data em si. [...] Agradecemos mais uma vez, creditamos nosso êxito, a colaboração do povo rondonense.[175]

Em momento algum das notícias divulgadas pelo FAN e pelo Jornal Fronteira do Iguaçú, encontraram-se críticas ou desagravos ao presidente e ao regime militar. Ao contrário, todas as notícias divulgadas elogiavam o governo militar e as atitudes do presidente. Isso se justificava porque as concessões de emissoras de rádio e TV eram de exclusividade do Presidente da República. “A renovação das concessões ou a concessão de novas emissoras de rádio sofriam fortes pressões políticas e eram submetidas à apreciação do Serviço Nacional de Informação (SNI) e, algumas vezes, do Ministério da Justiça.” [176] Essas apreciações levavam em conta basicamente as críticas e/ou elogios que eram feitos ao governo. Portanto se nos programas das emissoras de rádio e TV houvesse críticas ao governo, os seus proprietários corriam o risco de não conseguirem a renovação de seus contratos. Mas, ao contrário, se houvessem elogios as renovações certamente ocorreriam sem problemas. Mesmo assim é importante salientar que foi durante o governo de Ernesto Geisel que a censura aos meios de comunicação foi gradativamente sendo diminuída, num processo em que o próprio Geisel chamou de abertura “lenta e gradual”.

A abertura iniciada durante o governo de Geisel possibilitou que os grupos descontentes com a ordem vigente começassem a se articular para “minar” aos poucos a ordem imposta. A OAB, sindicatos, grupos da Igreja Católica e políticos do MDB perceberam

---

[174] Idem.
[175] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 22/03/1976. V.26
[176] ABREU, Alzira Alves. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. IN: CASTRO, Celso; D’ ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

que o caminho para acabar com a Ditadura Militar não era derrubá-lo de uma vez, algo difícil de acontecer, mas sim lutar por concessões que por hora pareceriam pequenas, como a anistia, mas que no conjunto foram importantes para o fim do regime militar. Nesse contexto, na região Oeste e Sudoeste do Paraná, os políticos descontentes iniciam um período de luta para que as Áreas de Interesse da Segurança Nacional fossem extintas. No próximo capítulo, aborda-se todo o processo para que a autonomia dos municípios da fronteira fosse restaurada.

4 A LUTA PELO FIM DAS ÁREAS DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL

A partir de 1974 ocorreram algumas mudanças que refletiram diretamente nos municípios. A primeira delas de ordem econômica. Em 1973 houve a crise do petróleo que elevou muito o seu preço. O Brasil importava 80% do petróleo que consumia, a industrialização e o milagre econômico tinham se baseados na indústria automobilística e da energia do petróleo. Isso foi um golpe no crescimento econômico brasileiro, pois o país acabou gastando boa parte das reservas cambiais para pagar a importação do petróleo. Os preços de outros produtos subiram muito, fazendo com que a inflação também subisse. Os salários não acompanharam essas elevações de preços, aumentando ainda mais o arrocho salarial. Para piorar a situação dos trabalhadores ficou cada vez mais difícil arrumar um emprego, ou seja, o desemprego estava batendo a porta de muitas famílias.

A fim de contornar esse problema, o presidente Ernesto Geisel começou a captar recursos no exterior para tentar manter o crescimento econômico acelerado do país. Não foi suficiente porque a inflação continuou subindo, os salários continuaram arrochados e o desemprego aumentando cada vez mais. Em função dos vários empréstimos para manter o "milagre" a dívida externa brasileira aumentou muito.

Essa crise econômica que se abateu sobre o país trouxe reflexos imediato nas prefeituras, pois diminuiu a arrecadação de impostos e o governo também passou a enviar menos recursos aos municípios seja em forma de dinheiro seja em forma de obras. Isso aos poucos gerou uma insatisfação, porque além de não poder escolher o prefeito através do voto direto, o que era indicado não fazia nada porque estava atrelado ao modo como tinha sido indicado ao cargo de administrador municipal.

Outro fato que provocou mudanças foi de ordem política. O General Ernesto Geisel assumiu em 1974 prometendo fazer uma "distensão lenta e gradual", ou seja, iniciar o

processo de abertura política. Essa promessa não foi fácil de ser cumprida. Primeiro porque o governo não queria perder o controle do processo que deveria ocorrer conforme as suas pretensões, por isso nas palavras de Golbery eram necessários “os avanços e recuos, fluxos e refluxos”. Segundo, dentro das Forças Armadas haviam aqueles que não concordavam com esse processo e fizeram de tudo para impedir. Mas aos poucos se acabou com a censura prévia dos grandes jornais e quase no fim de seu mandato aboliu o AI-5 que tinha limitado em demasia os direitos individuais dos brasileiros e dado amplos poderes ao presidente. É importante lembrar que em nenhum momento Geisel se furtou de usar todos os poderes a que tinha direito para valer sua vontade.

Em função da crescente crise econômica aliada a um governo extremamente autoritário a oposição centrada no MDB começou a ganhar espaço no cenário político. A primeira grande vitória ocorreu nas eleições de 1974, quando o MDB aumentou consideravelmente o número de deputados federais e senadores. Em 1978, novamente o MDB saiu vitorioso aumentando ainda mais sua representatividade tanto a nível federal quanto nos estados, apesar do “Pacote de Abril” que criou o “senador biônico” e alterou a forma de representação dos deputados federais.

Mas foi no governo de João Batista Figueiredo que a abertura foi levada adiante. Já em 1979 foi aprovada a anistia que beneficiava os exilados ou os presos por crimes políticos, mas também os torturadores deixaram de ser punidos pelo desaparecimento de várias pessoas durante a Ditadura militar. A luta pela anistia foi um grande movimento popular que ganhou as ruas. O povo exigindo mudanças na política foi o primeiro indício de que as coisas não seriam mais as mesmas.

Também foi no governo de Figueiredo que se acabou com a bi-partidarização e permitiu-se novamente a existência de vários partidos políticos. A ARENA se transformou em PDS, o MDB em PMDB e houve o retorno do PTB, mas sem a força de antes e novas legendas como PDT e PT. Claro que com isso o governo pretendia dividir a oposição já que nas eleições de 1978 a ARENA tinha perdido a maioria absoluta do Congresso, apesar das tentativas engendradas pelo Presidente Ernesto Geisel e Golbery de Couto e Silva.

As eleições municipais de 1976 acabaram tornando-se um reflexo das eleições de 1974, onde o MDB teve expressiva votação para as prefeituras e câmaras de vereadores. Em Marechal Cândido Rondon, pela primeira vez, houve a eleição de dois vereadores da oposição, de um total de nove. A abertura política iniciada no Governo de Ernesto Geisel aliada a um aumento de oposição nas câmaras de vereadores fez com que houvesse as primeiras tentativas de se opor às Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Muitos políticos

ligados ao MDB como edis, deputados estaduais, deputados federais e senadores foram aqueles que tomaram a frente no sentido de formar associações e comitês para que se retomasse as eleições diretas nos municípios de faixa de fronteira.

Essas associações e comissões foram importantes focos de luta para o retorno da democracia no Brasil, evidenciado claramente através da escolha de representantes tanto a nível municipal, quanto a estadual e federal.

4.1 A Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira – AFRONT

A primeira tentativa de formar um grupo coeso com o objetivo de lutar por eleições diretas nos municípios considerados de Área de Interesse da Segurança Nacional deu-se no II Encontro Regional de Vereadores que ocorreu no dia 08 de julho de 1978, realizado na cidade de Capanema, Sudoeste do Paraná, onde foi colocada em proposição a criação da Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira – AFRONT, que foi aprovada por unanimidade pelos presentes.[177] Essa associação foi uma iniciativa de alguns vereadores de Capanema e de Santa Helena, pois não aceitavam a nomeação de prefeitos pelo Presidente da República. Acreditavam que os referidos municípios estavam sofrendo com problemas econômicos e sociais, reflexo da indicação de prefeitos a revelia da vontade do povo. Às vezes o prefeito indicado não morava no município, como acontecia em Capanema, gerando revolta entre os vereadores, pois diziam que o prefeito nomeado não estava realmente a par da situação dos municípios aos quais passavam a administrar.

Então os vereadores desses municípios tomando a frente convocaram todos os presidentes das Câmaras de Vereadores e mais dois representantes para se fazerem presente nesse encontro, quando se daria a fundação da associação. Conforme Estatutos, a AFRONT tinha por finalidade:

[177] Certidão da Ata do II Encontro Regional de Vereadores. Correspondência recebida da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. 19 de julho de 1978.

> Congregar todas as Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira, no Estado do Paraná, de Barracão até Guaíra, visando, principalmente, desenvolver o espírito associativo entre as representações populares que militam nas Câmaras Municipais dessa área; realizar, permanentemente, estudos dos problemas sociais e econômicos da Faixa de Fronteira; promover junto a quem de direito, as reivindicações feitas pelos senhores vereadores em Congressos, reuniões ou encontros de associações; difundir os princípios da doutrina municipalista, os problemas gerais dos municípios de sua área e ajudar a encontrar as soluções mais adequadas; promover o intercâmbio entre as câmaras em si ou com outros órgãos do Poder Público, para lhes proporcionar melhor desenvolvimento econômico, administrativo, social e cultural; cooperar objetivamente e segundo as normas aprovadas, com comissões, congressos, associações congêneres estaduais, nacionais e ou internacionais, podendo por deliberação da Assembléia Geral, desenvolver atividades na Secção Regional da Associação de Vereadores do Brasil e da Associação de Câmaras Municipais do Paraná.[178]

Percebe-se que na finalidade da AFRONT não há alguma referência explícita de cunho político, mas fica subtendido quando descreve que se deve "difundir os princípios da doutrina municipalista", ou seja, os municípios devem ter autonomia para resolver seus problemas e encontrar os meios para solucioná-los. Para os vereadores que se faziam presente no encontro uma das soluções era a retomada de eleições diretas para prefeito nas faixas de fronteira, afinal todas as Câmaras que faziam parte da associação ficavam em Áreas de Interesse da Segurança Nacional e tinham seus prefeitos nomeados pelo Presidente da República.

> [...] quando as ditaduras militares completam a sua fase de implantação elas, freqüentemente, chegam também, ao seu momento de verdade: a negação da democracia, o "encapsulamento" da sociedade civil e a burocratização dos conflitos serve para despolitizar a sociedade; mas serve para implantar os conflitos e antagonismos onde antes eles não estavam. [...] Só que, agora, a política não renasce apenas como mediação entre sociedade civil e Estado, ela emerge como expressão de uma linguagem nova: a linguagem do antagonismo entre a luta por direitos e os procedimentos do autoritarismo que negam, frontalmente, esses direitos. [179]

Até aquele momento todos os políticos dos municípios da fronteira aceitavam as decisões tomadas pelo governo federal. Mas, a partir do momento que as reivindicações não são mais atendidas, a única forma encontrada pela sociedade civil lutar contra o estado é exigir os seus direitos e não contestar o regime ditatorial. A associação queria formar um grupo forte e coeso para assim terem mais força política para conseguir junto ao governo estadual e federal possíveis alternativas para resolver os problemas enfrentados nos

---

[178] Estatuto da AFRONT. Correspondência recebida na Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. 18 de agosto de 1978.

[179] MOISÉS, José Álvaro. Brasil, a Transição sem ruptura. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). *Militares:* Pensamento e Ação Política. Campinas: Papirus, 1987. p.34

municípios de fronteira. Os vereadores acreditavam que todos os municípios da fronteira enfrentavam as mesmas dificuldades e sofriam pelo descaso por parte do governo. Por isso pretendiam unir forças para que o governo olhasse para os municípios localizados na fronteira. Os vereadores iniciaram um processo pelo qual estavam exigindo um direito considerado básico para todo o cidadão: o voto.

Obviamente que a AFRONT não tinha exclusivamente a finalidade de lutar pela retomada de eleições diretas para prefeitos em faixa de fronteira. Isso fica claro quando ocorre a I Assembléia Regional da AFRONT realizada no dia 16 de setembro de 1978 em Medianeira. Dentre as várias proposições apresentadas pelos presentes que a associação deveria apoiar, destacam-se: a ampliação do asfaltamento da BR-163, principalmente o trecho que liga a cidade de Capanema a Medianeira, mais conhecida como Estrada do Colono, que traria um grande desenvolvimento econômico e social para a região; a garantia do preço mínimo da saca de soja e do quilo do suíno, pois na região havia uma grande produção dos dois produtos, e se não houvesse garantia do preço mínimo, podia-se acabar desestimulando a produção dos mesmos por parte dos produtores, haja visto os grandes prejuízos; a questão da formação do Lago de Itaipu, que traria prejuízos na arrecadação dos municípios em vista do alagamento de vastas áreas de terra produtiva, em que deveria haver retorno de alíquotas como forma de ressarcimento dos prejuízos, justa indenização aos proprietários de terra, cuja avaliação deveria acompanhar a inflação e a valorização das terras e um estudo para a recolocação de todos os expropriados em locais adequados, para que no futuro não agravasse os problemas sociais nos municípios. [180]

Além disso, houve a representação para que o governador eleito[181] Ney Braga comparecesse na próxima assembléia da entidade para que estivesse a par dos anseios dos municípios e se sensibilizasse com os problemas econômicos e sociais que, principalmente os da fronteira, vinham enfrentando.

Nessa reunião também estiveram presentes representantes da sociedade civil de Medianeira e do Deputado Federal Sebastião Rodrigues Junior, que salientou a importância da referida associação, pois os vereadores eram os "legítimos representantes do povo, com tarefa dobrada em virtude da nomeação de prefeitos, muitas vezes não representando a vontade do povo"[182]. A participação de pessoas de fora da Câmara de Vereadores demonstrava o interesse

[180] Ata da I Assembléia Regional da AFRONT. Correspondência recebida da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. 26 de setembro de 1978.
[181] Ney Braga foi eleito pelo voto indireto.
[182] Ata da I Assembléia Regional da AFRONT. Correspondência recebida da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. 26 de setembro de 1978.

da sociedade com entidades que pudessem encontrar alternativas para os problemas enfrentados pelos municípios e que não estavam sendo resolvidos.

Na II Assembléia Regional da AFRONT realizada no dia 07 de abril de 1979, na cidade de Santa Helena, houve uma participação maior de vereadores, de deputados estaduais e federais, tendo como principal ordem do dia à discussão da autonomia política dos Municípios da Faixa de Fronteira e a eleição para prefeitos da Faixa de Fronteira.[183] Nesse encontro foi elaborado um documento denominado de "Carta de Santa Helena", com a finalidade de pedir ao governo federal e lideranças partidárias eleições diretas e imediatas para os onze municípios do Paraná que eram denominados Áreas de Interesse da Segurança Nacional.

O documento elaborado por uma comissão de vereadores e aprovado pelo plenário salientou alguns pontos importantes, como afirmações de que o Presidente da República desejava restabelecer a democracia plena no país, de que a sociedade brasileira estava exigindo a redemocratização do país e que eleição para prefeito não atentava contra a Segurança Nacional. Também se afirmou "que os prefeitos nomeados vem se constituindo em frustração e empecilho ao desenvolvimento cívico, econômico, político e social das respectivas comunas que governam" e "que o povo brasileiro, ao longo de sua história tem sido o guardião avançado de uma fronteira de mais de 15.700 quilômetros, aí promovendo o progresso e o desenvolvimento, recolhendo tributos e financiando a promoção de municípios e cidade que lhe assegura o direito de eleger seus prefeitos."[184] Para o grupo presente no encontro democracia se caracterizava por eleições diretas em todos os municípios, como ficou decidido nas resoluções apresentadas no sentido de

> Reivindicar autonomia plena dos municípios situados na chamada Área de Segurança Nacional, restabelecendo eleições diretas para seus prefeitos, o mais breve possível; conclamar todas as força vivas da Nação, para que integrem a luta pela reconquista do estado de direito democrático; condenar toda e qualquer manobra que implique em continuísmo, prorrogação de mandatos, e outras medidas casuísticas decorrentes do Pacote de abril de 1977.[185]

Essa reunião teve repercussão na região, pois os vereadores tinham ameaçado entrar em greve e até renunciar seu mandato, caso não surgisse alguma alternativa para pressionar o

---

[183] Ata da II Assembléia Regional da AFRONT. Ccorrespondência recebida da Câmara de Vereadores de Marechal Candido Rondon. 19 de abril de 1979.
[184] Carta de Santa Helena. Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon. 07 de abril de 1979. V. 52
[185] Idem.

governo federal. Jornais que circulavam na região e emissoras de rádios deram ampla cobertura ao encontro, inclusive com a divulgação da carta em seus meios de comunicação. Após o encontro, o próprio governador do Estado do Paraná, Ney Braga, em reunião com líderes arenistas, acabou falando sobre eleições diretas nos municípios de fronteira. Segundo a notícia divulgada no FAN pela Rádio Difusora "a expressão do governador baseou-se nas vitórias paulistas da ARENA quando das eleições para prefeitos de estâncias hidrominerais. Por outro lado argumentou o governador que a coincidência de mandatos prefeitos/governador causaria um melhor e maior entrosamento administrativo."[186]

Mesmo após essa declaração do governador, na III Assembléia Regional da AFRONT realizada em Guaíra, no dia 26 de maio de 1979, novamente discute-se a eleição imediata para prefeito das Áreas de Segurança Nacional, frisando que é um anseio popular, inclusive com apoio de alguns representantes da ARENA. Essa reunião destaca-se pelo comparecimento de quatro deputados federais, sendo um de Minas Gerais, outro da Bahia e dois do Paraná, deputados estaduais, todos representando o MDB, e representantes da sociedade civil da região. Como esse tipo de associação era o único no país, acabou atraindo a atenção de políticos de outros estados com a finalidade de conhecer seus objetivos e propósitos. Nesse encontro relatou-se a repercussão da "Carta de Santa Helena" e a preocupação com as famílias que viviam em condições subumanas do outro lado da fronteira, no Paraguai. No entender dos presentes o governo brasileiro deveria tomar algumas providências para evitar essa situação, afinal o Brasil tem um território imenso que poderia ser aproveitado por essas famílias.[187]

A IV Assembléia Regional da AFRONT realizada em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 30 de junho de 1979, tinha como pauta da reunião a reivindicação do asfaltamento da BR-163 de Barracão à Medianeira, que poderia se estender até Guaíra. Esta rodovia era um anseio de toda a população da região e da mesma forma como ocorreu em Santa Helena faz-se um documento denominado "Carta de Santo Antônio do Sudoeste" expondo os motivos para a necessidade de construção da referida rodovia.[188]

Após essa reunião a AFRONT perde força, pois os vereadores perceberam que as reivindicações pedidas não eram atendidas pelos governos estadual e federal. Como os municípios estavam em situação financeira delicada, as Câmaras de Vereadores necessitaram

---

[186] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 24 de abril de 1979. V. 52

[187] Ata da III Assembléia da AFRONT, 26 de maio de 1979. Arquivo da Câmara de Vereadores de Marechal Candido Rondon.

[188] Ata da IV Assembléia da AFRONT, 30 de junho de 1979. Arquivo da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Esta rodovia nunca foi construída, pois um trecho que liga os municípios de Capanema à Medianeira atravessa o Parque Nacional do Iguaçú e que ficou conhecida como "Estrada do Colono".

reduzir despesas, dificultando assim a manutenção financeira da associação que recebia contribuição mensal das câmaras afiliadas. Outro fator que colaborou para a dissolução da AFRONT foi à ampliação das discussões sobre eleições diretas em todos os níveis, a prorrogação dos mandatos dos prefeitos para que se coincidissem com o de governador e outros cargos eletivos.

Mas não se pode deixar de lembrar que esse tipo de associação foi importante para a região perceber a importância da luta em conjunto, para que os problemas semelhantes tivessem a mesma solução e que a força de um grupo seria mais bem aproveitado do que reivindicações isoladas. Outro ponto a ser levantado, refere-se à união de setores políticos divergentes, mas que tinham um objetivo em comum.

> A estrutura ideológica dominante na sociedade brasileira, como todos sabem, é extremamente conservadora, mas não é irrelevante recordar que, a sua consolidação e a sua manutenção sempre se apoiou na velha tradição de conciliação das elites. Essa tradição se refere à reedição entre nós, da velha prática dos grupos dominantes, mesmo quando perseguem projetos e pontos de vista diferentes ou díspares, buscarem o entendimento entre si nos momentos de crise que ameaçam com a possibilidade da entrada das massas no processo.[189]

Para José Álvaro Moisés essa união faz parte de uma conciliação para que a elite não perca o poder. A luta da AFRONT foi conduzida por uma elite municipal que estava no poder ou flertando com ele, que precisava do apoio da massa, mas não desejava que essa massa conduzisse o processo. Por isso mesmo que as ações dessa associação foram encontros, reuniões e divulgação de manifestos em meios de comunicação e tribunas legislativas, onde a participação popular ficou restrita.

4.2 Comitê Nacional pela Autonomia Municipal – CONAM

A autonomia municipal foi um assunto amplamente discutido em 1979 tanto a nível estadual quanto federal, a ponto do próprio Presidente da República João Batista Figueiredo fazer declarações favoráveis ao processo eletivo direto para as prefeituras municipais[190]. Esta declaração do Presidente da República fez com que muitos políticos acreditassem que as

[189] MOISÉS, op. cit., p.31
[190] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 12 de maio de 1979. V. 53

eleições para prefeito nas Áreas de Interesse da Segurança Nacional aconteceriam naquele ano ou no máximo em 1980. Houve a liberação para a criação de partidos políticos e a prorrogação de mandato dos prefeitos através da Emenda Anízio de Souza[191] que determinou que as eleições ocorressem somente em 1982 concomitantemente com a de governador e demais cargos eletivos. Apesar das várias tentativas através de votações no Congresso Nacional nada havia se efetivado até meados de 1981.

Para ampliar a luta por eleições diretas em todos os municípios no dia 23 de junho de 1981 realizou-se em Brasília, a primeira reunião do Comitê Nacional pela Autonomia Municipal – CONAM, presidido pelo deputado federal Maurício Fruet, do Paraná. O objetivo fundamental do órgão era o de estabelecer uma ação conjunta em todo o país, visando acabar com essa deficiência política que prejudicava milhares de pessoa em todo o país, ou seja, a nomeação de prefeitos para os municípios da fronteira federal, estâncias hidrominerais, cidades portuárias e capitais dos estados. Segundo Maurício Fruet.

> Não há mais razão para persistir a injusta discriminação, no momento em que se apregoa a redemocratização do país. É inadmissível que os moradores de uma cidade continuem sendo impedidos de dirigir seus próprios destinos, sendo obrigados a aceitarem a imaginação dos gerentes nomeados, cujas decisões atendem mais a interesses do grupo que os cerca ou que os nomeia que as da comunidade.[...] o Conam é um organismo suprapartidário e que sua atividade além da luta pela autonomia política, deverá se estender a médio e longo prazo também pela autonomia financeira, mediante a proposição de uma ampla e substancial reforma no concentrador Código Tributário Nacional.[192]

Após o encontro realizado em Brasília para a formação do CONAM, na sessão da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, o vereador Ariovaldo Bier que se fez presente ao encontro leu o estatuto do comitê aos companheiros do Legislativo e salientou que a autonomia municipal era uma luta que o PMDB estava desenvolvendo. Criticou a não representatividade do governo no encontro e que na concepção de Bier "é a prova de que está com medo de eleições diretas tal como acontece também em nosso Município, visto que, os vereadores do PDS também não aprovaram voto de solidariedade a este movimento" Mais adiante afirma que "o CONAM é que dissolverá esta ditadura que temos no País, devolvendo o direito de voto ao povo." A seguir houveram vários apartes de outros edis contrapondo os argumentos de Bier, dizendo que era uma promessa do Presidente restabelecer eleições diretas a nível municipal, que "era graças a esse Governo tão criticado pela oposição que hoje temos

[191] Diário Oficial da União, de 04 de setembro de 1980.
[192] Jornal *O Paraná*, Cascavel, 27 de maio de 1981.

aqui no interior asfalto, telefone, eletrificação rural, e outras tantos benefícios os quais obtemos à partir de 1964." Os vereadores do PDS esclareceram que também querem eleições diretas e não tem medo de perdê-las. Para contrapor as argumentações dos vereadores, Bier disse que as obras que o Governo faz são muito caras e cobradas. Após essa fala, não foi dada mais a palavra para Bier argumentar e o assunto ficou por isso mesmo.[193]

A partir da formação do CONAM a nível nacional, ocorreram reuniões em todo o país para expor os objetivos do comitê e arregimentar o maior número possível de representantes. Num encontro realizado na cidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, dois vereadores manifestaram-se que para ocorrer efetivamente autonomia municipal haveria a necessidade de mudanças na lei, pois somente assim as comunas conseguiriam tão desejável desenvolvimento socioeconômico. Os edis salientaram que "a manutenção da segurança nacional em determinadas áreas há de ser feita usando instrumentos mais adequados que não faltam ao Governo Federal. Não acreditamos que a nomeação de prefeitos seja fato eficiente de manutenção da ordem, ao contrário, gera o descontentamento público."[194]

Outro ponto levantado no manifesto diz respeito aos mandos e desmandos cometidos pelos prefeitos nomeados, pois como eram indicados pelo governador do estado com o aval do Presidente da República, "ocupam cargos de confiança e a sua destituição somente poderá ser feita pela autoridade que os nomeou." Assim:

> A sociedade política vê, dessa forma, frustradas as suas pretensões de exercício de uma fiscalização sobre os atos do Executivo Municipal quando lhes foge das mãos, os instrumentos punitivos. O prefeito nomeado pode ser dispensado de seu cargo quando decair da confiança do Governador ou do Presidente da República. Quando, perguntamos, isso acontece? Quem aponta os desacertos administrativos, a corrupção velada e os abusos de um poder que crêem inatingível? [195]

A partir das manifestações apresentadas pelos vereadores e amplas discussões entre os presentes, elaborou-se um documento denominado de "Carta de Foz do Iguaçú", que concluiu pela intensificação da luta pela autonomia política e econômica-financeira dos municípios, apoio às emendas constitucionais que visavam a autonomia municipal através de eleições diretas e que deviam ser realizadas junto com as demais cidades em 1982, pela reforma tributária que contemple a União, Estados e Municípios e pela não criação de novos territórios, em razão da perpetuação do problema da redução política dos municípios.[196]

---

[193] Ata da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, 26 de junho de 1981, n° 24.
[194] Jornal *O Paraná*, Cascavel 29 de agosto de 1981.
[195] Idem.
[196] Jornal *O Paraná*, Cascavel, 30 de agosto de 1981.

Em abril de 1982 instalou-se um comitê a nível estadual e um comitê a nível regional coordenado pelo deputado estadual rondonense Gernote Kirinus e pelo vereador rondonense Ariovaldo Bier, respectivamente. Esses comitês descentralizados tinham o objetivo de coordenar melhor a campanha para o restabelecimento de eleições diretas nos municípios considerados de Área de Interesse da Segurança Nacional e de que forma as mobilizações aconteceriam.

Enquanto que muitas Câmaras de Vereadores aprovavam documentos em que apoiavam a luta do CONAM enviando aos deputados estaduais e federais e aos meios de comunicação, a Casa Legislativa de Marechal Cândido Rondon não apoiou essa medida, recebendo muitas críticas no noticiário Frente Ampla de Notícia da Rádio Difusora.[197]

O deputado federal Maurício Fruet apresentou um projeto de lei em que propunha uma emenda a Constituição Federal. Essa emenda restabeleceria eleições diretas nos municípios de Área de Interesse da Segurança Nacional, nas estâncias hidro-minerais e nas capitais federais já em 15 de novembro de 1982. O projeto foi a votação no dia 26 de maio de 1982 e foi arquivado por falta de quorum, pois os deputados federais do PDS se retiraram do plenário. Justamente esse fato preocupava o autor do projeto e demais deputados da oposição. De acordo com o noticiário Frente Ampla de Notícia este acontecimento viria em prejuízo ao PDS nas eleições de 1982, em função da vinculação do voto, pois muitos eleitores votariam na oposição como uma forma de retaliação.[198]

O Vereador Francisco Foltrani Freire, de Foz do Iguaçu, enviou a Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon um ofício solicitando em ata um voto de repúdio e declaração de personas-non-gratas aos Deputados Federais do Paraná, que não compareceram a sessão do Congresso para votar a Emenda Constitucional n° 83/81 que visava a restituição da autonomia municipal a todos os municípios do país.[199] O oficio foi lido em sessão da Câmara, mas não foi aprovado ato de repúdio aos citados deputados federais, visto que havia ampla maioria de vereadores do PDS compondo a Câmara.[200]

O CONAM continuou realizando reuniões para que a mobilização entre políticos e a população continuasse no mesmo ritmo, para que não diminuísse ou acabasse diante as derrotas. Durante a campanha eleitoral de 1982 muitos candidatos se declararam favoráveis à

[197] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 12 de maio de 1982. V. 86
[198] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 31 de maio de 1982. V. 86
[199] Oficio n. 247/82, de 29 de junho de 1982. Correspondência recebida do Arquivo da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon.
[200] Ata da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon , 04 de agosto de 1982.

autonomia municipal, isso incluindo candidatos do próprio PDS. Em campanha para reeleição a deputado federal, Maurício Fruet disse em entrevista a Rádio Difusora que:

> Entende que o povo de Marechal Cândido Rondon, bem como de outros municípios considerados da área de segurança nacional estão sendo colocados à margem do processo político de abertura apregoado pelo governo federal, uma vez que não poderão escolher seus dirigentes municipais. Não é uma medida de boa vontade do governo, mas sim, nascida pela pressão popular desacreditada no atual governo e ansiosa em mudar tal situação através de seu direito: o voto livre e democrático.[201]

Para muitos políticos e parcela da sociedade civil a abertura só aconteceria de fato quando o povo pudesse exercer um direito de cidadania aceito por todos: votar para escolher o administrador do seu município.

Em dezembro de 1982 o General Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e o Ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel deram declarações que o próprio governo federal enviaria um projeto para ao Congresso Nacional para aprovação, logo na reabertura do período legislativo, já incluindo os novos deputados e senadores eleitos. O projeto previa a liberação de cerca de 70% dos municípios considerados de Área de Interesse da Segurança Nacional, só permanecendo aqueles que possuíssem instalações militares ou bélicas que eram considerados estratégicos e importantes no caso de uma agressão externa. No caso do Paraná permaneceriam os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, enquanto que os demais municípios acabariam as nomeações de prefeitos. Essa notícia acabou gerando expectativas tanto para a população, quanto para os políticos que começaram a especular quem seriam os possíveis candidatos. No final essa medida que poderia ter sido tomada pelo governo federal acabou não se concretizando.

Em fevereiro de 1983 o CONAM realizou uma reunião na cidade de São Miguel do Iguaçú com a finalidade de discutir a forma de realização dos movimentos pró-eleições municipais em todos os municípios considerados de interesse da segurança nacional, indicação oficial dos coordenadores municipais e demais membros, participação efetiva dos deputados estaduais e federais eleitos como representantes desses municípios nos movimentos de autonomia municipal. Outra decisão tomada foi à criação de uma Comissão de Propaganda e Redação no qual faria a divulgação de ações do CONAM pelos meios de comunicação da região e esclarecimento à população do movimento. A idéia era que houvesse uma grande

[201] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 16 de agosto de 1982. V. 89

mobilização popular em prol das eleições diretas municipais. Para tanto haveria uma reunião com todos os Presidentes das Câmaras de Vereadores da região e coordenadores municipais do CONAM para que o movimento tivesse amplo apoio político e popular.

Após essa reunião, os comitês municipais com apoio do regional organizaram manifestações em todas as cidades onde não ocorriam eleições para a escolha de prefeito desde 1965. Esses atos públicos ocorridos em abril contavam com a presença de políticos tanto do legislativo municipal quanto do estadual, representantes de classe dos municípios e a população em geral. Em cada ato ocorriam pronunciamentos a favor de eleições diretas para prefeito nos referidos municípios.

De todas as cidades da região oeste e sudoeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon foi o único que o evento não ocorreu. As divergências entre os políticos de PMDB e PDS eram muito grandes para que pudessem se unir em prol da mesma causa. Havia declarações de ambos os lados favoráveis a eleições diretas para prefeito, mas não conseguiram superar as divergências existentes para fazer um ato público em conjunto.

Nesse contexto de manifestações e atos públicos que ocorria em vários municípios, Elio Winter, diretor de jornalismo da Rádio Difusora, faz um pronunciamento destacando a atuação do CONAM em favor da autonomia dos municípios de interesse da Área de Interesse da Segurança Nacional. De acordo com Elio Winter, dono da Rádio Difusora e um dos possíveis candidatos a prefeito pelo PMDB, em editorial disse que,

> [...] o CONAM já existe há muitos anos e nunca foi tão criticado pelos prefeitos nomeados no tempo de Ney Braga e pelos respectivos deputados do PDS; se antes ninguém se importava e agora o CONAM vem sendo criticado, é porque de fato está conquistando os resultados a que se propõe. Prova de que o CONAM tem muito mais força do que os próprios organizadores pensavam.[202]

A opinião favorável de Winter sobre o CONAM foi uma crítica contumaz contra a ação do PDS em Marechal Cândido Rondon, porque desde a bi-partidarização implantada pela Ditadura Militar e mesmo após a pluri-partidarização o cenário político no município sempre se polarizou entre os partidários da ARENA e MDB, conseqüentemente do PDS e PMDB. Nesse sentido unir forças para lutar por um mesmo objetivo estava fora de cogitação.

Quando parecia que o movimento do CONAM estava ganhando força tanto entre políticos quanto na sociedade civil, aos poucos sua atuação foi enfraquecendo. Por que isso ocorreu? Primeiro, o presidente do órgão Maurício Fruet foi nomeado prefeito de Curitiba

[202] WINTER, Elio. Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 07 de maio de 1983. V. 98

através da escolha dos deputados estaduais do Paraná. Isso foi visto por vários segmentos como uma traição, pois se a luta era por eleições diretas em todos os municípios, inclusive capitais de estado, como o principal líder do movimento aceitar a nomeação para prefeito. Segundo, a partir da metade de 1983, os políticos começaram a direcionar seus esforços para que ocorressem eleições diretas para presidente da República, já em 1985, ao invés de eleições indiretas como estava previsto em lei. Então todos os encontros, reuniões e manifestações tinham esse objetivo como atesta o encontro de lideranças peemedebistas e correligionários da região ocorrido em outubro de 1983 no município de Toledo, oeste do Paraná, para discutir os rumos que o partido tomaria frente à campanha pelas eleições diretas lançada por Ulisses Guimarães, em Curitiba.

4.3 À volta das eleições diretas nas Áreas de Segurança Nacional

Em 1982 aconteceram eleições diretas para governador depois de mais de 20 anos. Também aconteceram eleições para senadores, deputados estaduais, deputados federais, vereadores e prefeitos, não incluindo os que eram considerados Áreas de Interesse da Segurança Nacional. O Paraná foi um dos estados do país onde o PMDB elegeu muitos representantes incluindo o Governador do Estado José Richa. A partir desse momento cria-se uma expectativa que houvesse novas nomeações quando o novo governador assumisse o seu cargo. Essa expectativa foi reforçada por declarações do próprio Richa que desejava nomear novos prefeitos para as Áreas de Interesse da Segurança Nacional e para a capital do Estado, em caráter provisório até que ocorressem eleições nesses municípios.

Em Marechal Cândido Rondon já se divulgava quem poderia ser o possível prefeito do município. Como haveria uma lista tríplice, da qual o governador escolheria um nome, os cogitados foram Ariovaldo Bier, vereador reeleito mais votado, o vereador recém-eleito Ilmar Prieznitz e o comerciante Valter Schneider.[203] Mas, as divergências eram grandes quanto à troca de prefeitos, pois se para os partidários do PMBD a troca aconteceria efetivamente quando o novo governador assumisse seu cargo, para os partidários do PDS isso não aconteceria, argumentando que somente o Presidente da República tinha poder para nomear prefeitos.[204]

Essa argumentação foi reforçada pelo então governador Ney Braga, em reunião realizada em fevereiro de 1983, com prefeitos nomeados e deputados eleitos em 15 de

[203] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 09 de dezembro de 1982. V. 92
[204] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 25 de novembro de 1982. V. 91

novembro. Segundo Braga "os administradores municipais que foram nomeados para esse cargo e não tem prazo determinado para encerrar seus mandatos, permanecerão à frente dos municípios quer o governo estadual queira ou não." Salientou ainda "que o governo federal dará respaldo a tudo aquilo que o governo estadual por ventura, se recusar a fazê-lo." Logo após a eleição Richa dizia que faria as nomeações de novos prefeitos, mas aos poucos as declarações foram mudando, declarando que enviaria uma lista tríplice ao Presidente da República com o nome dos futuros prefeitos a qual poderia ser aceita ou não e afirmava ainda que respeitaria a lei.[205] Além disso, cogitou-se que todos os prefeitos nomeados da região deveriam colocar seus cargos a disposição no momento em que o futuro governador assumisse o Estado do Paraná. A reunião realizada com o governador Ney Braga tinha o objetivo claro de orientar os prefeitos nomeados quanto às atitudes a tomar frente ao novo governador e de que forma os deputados poderiam colaborar para que, os prefeitos e municípios não ficassem desamparados pelo governo federal caso o novo governo estadual os abandonasse.

Antes da reunião com o Governador Ney Braga, vários representantes políticos das Áreas de Interesse da Segurança Nacional do oeste do Paraná, se encontraram na cidade de Medianeira, no dia 23 de janeiro, para discutir a estratégia que tomariam para que ocorressem eleições em seus municípios ainda em 1983. Ao final do encontro redigiram um documento denominado de "Carta de Medianeira", na qual exigiam:

> I – Rejeitar todo tipo de ingerência estrangeira em nossa política interna, notadamente do FMI, que provocará maior recessão e como conseqüência maior desemprego e basicamente empobrecimento galopante de nosso povo [...];
> II – Desencadear ampla campanha de mobilização popular no sentido do restabelecimento do pleno estado de direito e leal exercício democrático do poder [...];
> III – Condenar expressamente o continuísmo sob todas as formas;
> IV – Restauração plena da Federação da República com eleições em todos os níveis para a representação política;
> V - Reivindicar autonomia completa a todos os municípios que tenham sofrido restrição de eleger direta e livremente seus prefeitos e vice-prefeitos;
> VI – Continuar a luta pela Assembléia Nacional Constituinte Livre, livre soberana e democrática.[206]

A recessão econômica pela qual o país estava passando afetava drasticamente as finanças municipais. O grupo que se reuniu em Medianeira acreditava que com eleições livres para todos os níveis, retorno da autonomia municipal e a elaboração de uma nova

[205] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 26 de fevereiro de 1983. V. 95
[206] Jornal *O Paraná*, 24 de janeiro de 1982.

Constituição poderiam diminuir os problemas econômicos e sociais que afetavam o país. Para que todas essas reivindicações fossem obtidas era necessária uma grande campanha popular.

Quando José Richa assumiu em março a única mudança ocorrida em prefeituras foi na de Curitiba, com a nomeação de Mauricio Fruet. Nos demais municípios do Estado não houve mudança. A frustração para os peemedebistas e aliados foi grande, pois queriam a troca de prefeitos com a nomeação de nomes do PMDB. Essa frustração aumentou quando saíram notícias de que o Governador de Goiás, Íris Rezende, e o Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho tinham acordado com o Presidente da República a nomeação de prefeitos por eles indicados.[207] Passou-se a discutir a possibilidade de ocorrer mudanças também no Estado do Paraná. Mas, mais uma vez as expectativas foram frustradas.

Em setembro de 1983, o Senador Álvaro Dias apresentou um projeto de lei que estabeleceria eleições diretas nos municípios de Área de Interesse da Segurança Nacional num prazo de 180 dias a contar da publicação da lei e que os prefeitos eleitos tomariam posse imediatamente após a proclamação do resultado. De acordo com Dias o momento é propicio para acontecer eleições, "sobretudo agora, quando se busca intensificar o processo de redemocratização do país, nada mais justificável do que devolver aos eleitores a capacidade de escolha dos respectivos prefeitos, configurando-se assim a plena autonomia dos municípios."[208] Esse projeto nem chegou a ser votado em plenário, mas gerou algumas esperanças de que finalmente o povo escolheria aquele que administraria o município. Essas expectativas foram tantas que em Marechal Cândido Rondon foi realizada uma passeata pedindo eleições livres e diretas. [209]

Esse fato foi acompanhado por diversos jornais da região, pois o município era considerado um reduto fiel do governo desde o tempo da ARENA. No jornal Folha de Londrina foi editado uma reportagem com a manchete "Desmonta-se um curral governista". O artigo descreve que durante muito tempo Marechal Cândido Rondon foi um reduto da ARENA, mas com a intervenção federal através da nomeação de prefeito, fez com que a população deixasse de votar nos candidatos da ARENA e depois PDS, para votar em candidatos do PMDB, como uma forma de protesto pela situação do município. Coloca ainda que pelo projeto do governo federal o município deixará de ser Área de Interesse da Segurança Nacional, pois "não há nenhuma malfadada hidrelétrica, linha "seca", qualquer

[207] Jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 de maio de 1983.
[208] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, 03 de setembro de 1983. V. 102.
[209] Jornal *Folha de Londrina*, Londrina, de 30 de setembro de 1983.

coisa semelhante a servir como argumento para o governo; apenas o Rio Paraná, com seu lago de Itaipu".[210]

A partir de outubro de 1983 iniciaram as primeiras manifestações que pediam eleições diretas para Presidente da República. Aos poucos a campanha denominada de "Diretas Já" conquista o apoio de muitos políticos oposicionistas, artistas e a população. Os comícios, ou showmícios, como ficaram conhecidos, se espalharam pelo Brasil.

Em municípios como Marechal Cândido Rondon, a campanha "Diretas Já" tinha também um cunho municipal, pois fazia muito tempo que não se votava para prefeito. Essas mobilizações acabaram repercutindo na Câmara de Vereadores entre peemedebistas e pedessistas. O vereador do PDS Nelson Muller expôs no grande expediente "que os comícios pelas diretas realizados pelo PMDB atraem realmente muito público, mas principalmente crianças, mais interessadas pelos shows apresentados por artistas contratados, daí o termo shoumícios (sic)." O vereador Ariovaldo Bier contrapõe "condenando as afirmações sobre os comícios pelas diretas, pois está comprovado que até elementos mais sensatos do PDS participam destes." Muller então argumentou novamente afirmando "que é totalmente favorável para que hajam eleições para prefeito na área de segurança nacional, achando apenas que o povo brasileiro ainda não está preparado para eleger seu Presidente da República, pois temos o exemplo do Rio de Janeiro onde foi eleito inclusive um índio, o cacique Juruna." Outro vereador do PMDB Ilmar Priesnitz discordou afirmando que a única forma de sair dessa situação de caos em que o país se encontrava era através da eleição direta para Presidente, "pois quem é eleito pelo povo, tem a necessária credibilidade e respaldo para proceder as mudanças fundamentais e necessárias no Brasil em todos os setores." Disse ainda que a maioria dos presentes nos comícios pelas diretas é composta de adultos conscientes das necessidades de mudança em nossa nação.[211] A polêmica apresentada na Câmara de Marechal Cândido Rondon era um reflexo do que estava acontecendo no país em função da eminente votação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira que previa eleições diretas para Presidente da República em 1985.

A emenda não foi aprovada pelo Congresso em abril de 1984, e com isso as atenções e lutas se voltaram para as eleições diretas para os municípios de Área de Segurança Nacional. Mas o desfecho a nível nacional acabou se refletindo a nível municipal, no que tange as eleições diretas, pois houve uma apatia nos movimentos e manifestações, que praticamente inexistiram até outubro.

---

[210] Jornal *Folha de Londrina*, Londrina, de 30 de setembro de 1983.
[211] Ata da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, 26 de março de 1984, n° 002/84.

Os partidários da autonomia municipal na faixa de fronteira começaram a se organizar novamente quando se definiu que Tancredo Neves concorreria à Presidência da República pela oposição. O candidato fez promessas a políticos da região que se saísse vitorioso no processo eleitoral lutaria para o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis no país.[212] Essa declaração trouxe novo ânimo a todos aqueles que há muito tempo estavam desejando o retorno da democracia plena no país.

Em 3 de dezembro ocorreu um encontro em Capanema com representantes dos municípios considerados de Área de Segurança Nacional, para a discussão e elaboração de documento que pedia a revogação dos decretos que nomearam interventores nos municípios e a substituição imediata dos prefeitos dos 11 municípios da fronteira do Estado até as pretendidas eleições diretas em 1985. O pedido para substituir os atuais prefeitos se deu em virtude de impedir que os mesmos usassem a máquina administrativa nas eleições. O documento foi entregue ao candidato Tancredo Neves no dia 6 de dezembro, em Curitiba, onde novamente reiterou a promessa de realizar eleições diretas em todos os municípios que estão impedido de faze-los.[213]

Também em dezembro começaram a surgir notícias[214] de que o Presidente da República, João Figueiredo, assinaria um decreto que liberaria cerca de setenta municípios brasileiros caracterizados como Área de Segurança Nacional. Não havia mais argumentos por parte do governo federal, para perpetuar essa situação, porque muitos integrantes do próprio PDS apoiavam, há muito tempo, essa mudança. Finalmente, no dia 19 de dezembro o Presidente assinou o Decreto n° 2183 descaracterizando os municípios de interesse da Segurança Nacional.[215] Isso significou que em pouco tempo ocorreriam eleições diretas em vários municípios do país. Só permaneceriam aqueles municípios considerados indispensáveis e estratégicos a segurança da Nação, que no caso do Paraná eram Foz do Iguaçu, Guaíra e Barracão, além de Curitiba por ser capital do Estado. De acordo com a notícia anunciada pela Rádio Difusora,

> Tão logo as lideranças tiveram conhecimento da informação, nestes municípios que voltarão a eleger seus prefeitos, iniciou-se uma grande movimentação com desfile e comemorações festivas. Em Marechal Cândido Rondon, Pedessistas e Peemedebistas confundiram-se em desfile pelas ruas da cidade, com muito foguetório, numa forma de extravasar a alegria em saber que dentro de

[212] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 20 de outubro de 1984. V.115.
[213] Jornal *O Estado do Paraná*, 04 de dezembro de 1984. Centro de Pesquisa da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon.
[214] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 17 e 18 de dezembro de 1984. V. 117.
[215] Decreto n° 2183, DOU, 19 de dezembro de 1984.

> aproximadamente meio ano todos os eleitores poderão escolher através do voto secreto, seu futuro prefeito.[216]

Após quase vinte anos, novamente a população rondonense e de demais municípios escolheriam seu novo prefeito, não teriam mais que aceitar um prefeito nomeado. Os partidos políticos do município começaram a se organizar no sentido de escolher quem seriam seus candidatos, pois a previsão era de que a eleição ocorresse em aproximadamente cinco meses.

Quando todos acreditavam que o próximo prefeito seria o eleito pelo pleito direto, começou a veicular nos meios de comunicação, com a confirmação do Diretório do PMDB, que haveria a nomeação de um novo prefeito que exerceria um mandato tampão até que ocorressem as eleições. Por que isso estava acontecendo? Com a vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República, os peemedebistas de Marechal Cândido Rondon queriam a destituição do cargo do prefeito, Verno Scherer, que era do PDS e a sua substituição por um do PMDB, alegando que o cargo deveria ser ocupado por alguém de confiança do Presidente e do Governador. Houve a especulação de vários nomes, inclusive ocorrendo no dia 03 de março de 1985 a eleição entre os filiados para a escolha de um nome, mas três nomes comporiam a lista tríplice que seria encaminhada ao Governador do Estado, que ratificaria o nome escolhido pelo diretório municipal e subseqüentemente ao Presidente, que nomearia através de um decreto o novo prefeito.

Mas a nomeação de um novo prefeito acabou tendo várias reviravoltas. Pois, com a doença e conseqüentemente morte do Presidente Tancredo Neves, o novo presidente empossado, José Sarney, não cumpriu as promessas feitas por Tancredo. Os nomes a prefeito enviados ao Governador Richa foram encaminhados ao Presidente, mas esse não quis tomar nenhuma decisão sem consultar seus aliados mais próximos, pois alguns desejavam a manutenção dos atuais prefeitos até a posse do prefeito eleito pelo voto direto. Outros manifestaram o desejo de que no lugar do prefeito fossem nomeados os Presidentes de Câmaras.

Enquanto isso o diretório municipal do PMDB de Marechal Cândido Rondon e outros municípios do Paraná estavam pressionando o Governador para que tomasse alguma atitude frente à situação. Este declarou que se empenharia para que os nomes enviados pelo PMDB dos municípios fossem nomeados. O TSE divulgou que as eleições nos municípios descaracterizados como interesse da Segurança Nacional aconteceriam no dia 1º de setembro.

---

[216] Arquivo do FAN, Rádio Difusora, Marechal Cândido Rondon, 20 de dezembro de 1984. V. 117.

Então o Presidente José Sarney acertou com várias lideranças partidárias o envio de um Projeto de Lei para mudar a lei eleitoral e aprovar uma nova lei dos partidos.

Com a aprovação da Emenda Constitucional n° 25, em 15 de maio, aconteceriam eleições não somente nos municípios previstos pelo Decreto n° 2183/84, mas também em todas as capitais de Estado, estâncias hidro-minerais e nos municípios não descaracterizados pelo decreto anterior. A Emenda Constitucional determinou que:

> Os municípios com autonomia restabelecida por esta Emenda Constitucional e os que tenham sido descaracterizados como de interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984 realizarão eleições para prefeito e vice prefeito no dia 15 de novembro de 1985, tomando posse, os eleitos, em 1º de janeiro de 1986, para mandato coincidente com os dos demais municípios, vedada a sublegenda e permitida coligação partidária.[217]

Enfim depois de exatos 20 anos a população de Marechal Cândido Rondon e demais municípios das Áreas de Interesse da Segurança Nacional do país poderiam ir novamente as urnas e escolher seu novo prefeito através do voto direto e secreto. Mas isso não significou que a nomeação de prefeitos estivesse no fim. Muitos aliados políticos do Presidente da República desejavam que os prefeitos nomeados deixassem os seus cargos. Outros aliados políticos desejavam que o Presidente da Câmara de Vereadores de cada município assumisse interinamente a prefeitura até a posse do prefeito eleito, ou seja, desejavam o fim dos prefeitos interventores. Depois de muita discussão entre os políticos, José Sarney determinou que a intervenção nos municípios não existia mais. Mas havia a necessidade de um prefeito para administrar o município. De acordo com a lei se o município não tem um prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores deve assumir o lugar do administrador municipal até que outro seja eleito no seu lugar.

Assim, em Marechal Candido Rondon, o prefeito interventor Verno Scherer saiu e em seu lugar assumiu Dieter Seiboth, que era o presidente da Câmara de Vereadores, como prefeito interino, até a posse do prefeito eleito pelo voto secreto e direto, Ilmar Priesnitz no dia 1º de janeiro de 1986.

Foi durante a Ditadura Militar que as Áreas de Segurança Nacional foram implantadas, mas não foram os militares que acabaram totalmente com elas. Algumas cidades consideradas estratégicas foram mantidas. Somente após o fim da ditadura é que se criaram as condições necessárias para que mais esse ato anti-democrático acabasse.

---

[217] BRASIL. Emenda Constitucional n° 25, DOU, de 15 de maio de 1985.

Apesar da intensa movimentação realizada na região desde 1979 para acabar com a nomeação dos prefeitos nas Áreas de Interesse da Segurança Nacional, o objetivo só foi alcançado em fins de 1984 para cerca de 70% dos municípios e em maio de 1985 para o restante. Isso denota que para os militares manter o estado de segurança era vital para o desenvolvimento nacional e para a manutenção do poder. Portanto nada mais próprio do que guarnecer as fronteiras. Skidmore coloca muita bem o que os militares acreditavam ser sua missão quanto à segurança interna do país. Ele diz que "os militares brasileiros encaravam sua missão com um estado de espírito que raiava pela esquizofrenia."[218] Ou seja lutaram até o último instante, mesmo sabendo que já não teriam condições de manter essa arbitrariedade.

[218] SKIDMORE, op.cit., p. 524.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura implantada em 1964 pelos militares, com apoio da elite conservadora e das classes média foi impondo a ordem desejada: segurança e desenvolvimento. Através de atos institucionais, decretos e leis o governo militar limitou ao extremo os direitos civis, perseguiu os inimigos dessa tão desejada ordem, fortaleceu o poder do Presidente da República.

Através de lei foi implantada a Doutrina de Segurança Nacional, baseada em idéias norte-americanas que objetivava conter o avanço do comunismo internacional. Segundo a DSN a luta contra o comunismo deveria ser total e era necessária. Enquanto que os EUA se ocupavam em conter a URSS, os militares brasileiros perseguiam os inimigos externos que se expressavam nas organizações estudantis, no operariado, nas ligas camponesas, nos intelectuais, em partidários comunistas e petebistas.

Assim, a fronteira era vista como um assunto da Segurança Nacional, pois através dela que o inimigo poderia se infiltrar. O Brasil possuía uma imensa fronteira à oeste praticamente desguarnecida, que com exceção do sul do Brasil, era praticamente despovoada. Então, havia a necessidade de adotar políticas governamentais que possibilitassem a inserção dessas regiões ao contexto nacional e transformando o Brasil numa grande potência mundial.

Para proteger a fronteira o governo militar resolveu criar as Áreas de Interesse da Segurança Nacional, com o objetivo de controlar as áreas fronteiriças. Num primeiro momento, somente os municípios de Guaíra, Foz do Iguaçu e Barracão estavam nos planos para serem caracterizados como Área de Interesse da Segurança Nacional no Paraná, com o objetivo de proteger as fronteiras. Mas, o governo militar aproveitando a abertura que a lei concedia, determinou que todos os municípios localizados na fronteira com outros países tivessem seus prefeitos nomeados por estar em Áreas de Interesse da Segurança Nacional.

Marechal Cândido Rondon foi considerado Área de Interesse da Segurança Nacional por uma conjunção de fatores. O primeiro por estar localizado na fronteira, fazendo divisa

com a República do Paraguai. O segundo fator dizia respeito a sua localização as margens do Rio Paraná, área de interesse do governo federal para a construção de uma hidroelétrica. O terceiro fator estava ligado a intenção de acabar com a força do PTB no município, pois os dois primeiros prefeitos foram eleitos por esse partido. Usando da bi-partidarização, o governo militar desestruturou os petebistas que se quisessem permanecer no cenário político deveriam se filiar a ARENA. Assim, percebe-se que os militares usaram a lei, que tinha como objetivo implantar uma nova política de fronteiras, para acabar com a força que o PTB tinha nesses municípios. Além disso, durante os anos 60 e 70 o município foi considerado um reduto de nazistas, que desejavam implantar na América do Sul o IV Reich. Dessa forma somente uma federalização poderia inserir o município no âmbito da política de segurança e desenvolvimento que o governo militar desejava para todo o Brasil. A voz corrente que circula no município afirma com exatidão que Marechal Cândido Rondon foi inserido como Área de Interesse da Segurança Nacional por causa da força política que o PTB tinha e por haver nazista refugiados no município.[219]

Para se manter no poder, os militares tinham que montar uma base política forte, com um partido que desse sustentação ao regime implantado. Essa base estava edificada na nomeação de governadores para os estados e conseqüente nomeação de prefeitos para as capitais e Áreas de Interesse da Segurança Nacional, como os municípios de fronteira, estâncias hidrominerais e cidades portuárias.

Outro ponto que colaborou para a sustentação do regime foi a determinação da bi-partidarização política com a criação da ARENA como situação e MDB como oposição consentida. Assim, somente políticos filiados ao partido do governo seriam nomeados como governadores e prefeitos. Em municípios onde o prefeito seria nomeado, a ARENA logo se formou e abarcou um grande número de filiados, fazendo com que esse partido se consolidasse rapidamente.

Em Marechal Cândido Rondon antigos oposicionistas ficaram aparentemente do mesmo lado, provocando disputas internas acirradas que levaram o município a ser considerado o mais arenista do Brasil, pelo elevado número de filiados que a ARENA tinha em proporção ao número de eleitores. Por isso o MDB demorou em se estruturar no município, só conseguindo eleger vereadores por esse partido em 1976. Essa disputa política que se iniciou entre MDB e ARENA, depois PDS/PFL e PMDB se manteve até hoje. Desde

[219] Em conversas informais com moradores do município que não querem se identificar.

que houve o retorno de eleições diretas para prefeito em 1985, somente foram eleitos prefeitos do PMDB e PFL.

Essa base política apoiada na nomeação de prefeitos e governadores fez com que os militares permanecessem mais tempo no poder. Além disso, o envio de verbas através de órgãos federais como ministérios e o Conselho de Segurança Nacional, colaborou para essa manutenção, pois os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional ficavam limitados a investimentos por determinação legal.

O grande momento dessa estrutura criada pelos governos militares foi à visita do Presidente da República Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon em março de 1976. Esse era um ano eleitoral, com a eleição de prefeitos e vereadores, e o regime militar necessitava de uma vitória da ARENA. Por isso, o presidente se lançou em campanha visitando principalmente pequenos municípios, onde a ARENA tinha uma força muito grande. Essas visitas geravam uma grande repercussão a nível nacional, portanto tinha que se mostrar que a ditadura tinha trazido desenvolvimento econômico e social para a população.

Apesar da visita do presidente, em Marechal Cândido Rondon foram eleitos dois vereadores do MDB de um total de nove. Esse resultado mostra o que aconteceu no resto do país. A ARENA não conseguiu repetir a estrondosa vitória das eleições municipais de 1972. Dessa forma restava ao governo federal controlar o crescimento da oposição através do processo conhecido como abertura política, que aconteceria de formal lenta e gradual, ou seja, o governo dava com uma mão e tirava com a outra.

Com a abertura política iniciada no governo Geisel, a oposição foi se estruturando para lutar contra o regime militar. No Paraná surgiram primeiramente a AFRONT e depois a CONAM, duas associações de cunho estritamente político que iniciaram uma campanha para que houvesse eleições diretas para prefeitos das Áreas de Interesse da Segurança Nacional.

A AFRONT era uma associação que esteve mais presente entre os políticos, tendo pouca participação popular. Mas foi importante porque mostrou a possibilidade de união entre vários políticos por um objetivo comum. O CONAM também surgiu num primeiro momento através da organização dos políticos, mas, sua atuação tinha um cunho nacional, possibilitando uma maior participação popular através de comícios e passeatas. Essas associações não alcançaram seus objetivos propostos, mas colaboraram para que o pleito eleitoral de forma direta fosse restituído no Brasil.

As Áreas de Interesse da Segurança Nacional foram tão importantes para a sustentação da Ditadura Militar, que a volta por eleições diretas nesses municípios só aconteceu no governo de José Sarney, ou seja, quando os militares tinham saído do poder.

FONTES

1.1 Leis, Decretos e Decretos-leis:

- Constituição do Brasil de 1934, de 16 de julho.
- Constituição do Brasil de 1937, de 10 de novembro.
- Constituição do Brasil de 1946, de
- Constituição do Brasil de 1967, de 24 de janeiro de 1967.
- Ato Institucional n° 1, de 9 de abril de 1964
- Ato Institucional n° 2, de 27 de outubro de 1965.
- Ato Institucional n° 3, de 5 de fevereiro de 1966.
- Decreto-lei n° 1164/39.
- Decreto-lei n° 1968, de 17 de janeiro de 1940.
- Decreto-lei n° 5812, de 13 de setembro de 1943.
- Decreto n° 29.505-B, 16 de julho de 1956.
- Decreto-lei n° 314, de 13 de março de 1967.
- Decreto–Lei n° 898, de 29 de setembro de 1969.
- Decreto –Lei n°1135, de 3 de dezembro de 1970.
- Lei n° 38 de 4 de abril de 1935.
- Lei n° 5449 de 4 de junho de 1968.
- Lei n° 6620, de 17 de dezembro de 1978.
- Decreto n° 2183, de 19 de dezembro de 1984.
- Emenda Constitucional n° 25, de 15 de maio de 1985.

1.2 Arquivo da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon:

- Certidão da Ata do II Encontro Regional de Vereadores. 19 de julho de 1978
- Estatuto da AFRONT. 18 de agosto de 1978.
- Ata da I Assembléia Regional da AFRONT. 26 de setembro de 1978.
- Ata da II Assembléia Regional da AFRONT. 19 de abril de 1979.
- Ata da III Assembléia da AFRONT. 26 de maio de 1979.
- Ata da IV Assembléia da AFRONT, 30 de junho de 1979.
- Ata da Sessão da Câmara de Vereadores de 26 de junho de 1981.
- Oficio n° 247/82
- Ata da Sessão da Câmara de Vereadores de 04 de agosto de 1982

- Ata da Sessão da Câmara de Vereadores de 26 de março de 1984.

1.3 Arquivo do Programa Frente Amplas de Notícias da Rádio Difusora:

- Volumes 1 a 123, de novembro de 1966 até dezembro de 1985.

1.4 Jornais:

- *O Paraná*, Cascavel, 1981, 1982,1984.
- *Gazeta do Povo*. Curitiba, 1983.
- *Folha de Londrina.* Londrina, 1983.
- *O Estado do Paraná*, Curitiba, 1984.
- *Fronteira do Iguaçu*. Cascavel, 1972, 1976, 1978.
- *O Presente.* Marechal Cândido Rondon, 2004.

1.5 Arquivo da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon:

- Caixa n° 182, denominada “Documentos do Conselho de Segurança Nacional”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. IN: CASTRO, Celso; D' ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel***.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil***.** Campinas: Papirus, 2001.

BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica Geral e do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BALHANA, Altiva Pilatti et.all. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, v.1.

BEREID, José Luis Bendicho. "A grande Argentina": um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 21, n 42, p.303-322, 2001.

BOURDIEU, Pierre**.** A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre idéias de região. In: *O poder simbólico.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAMPOS, Francisco**.** *O Estado Nacional:* sua estructura seu conteúdo ideológico. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

CARVALHO, Delgado de. *Relações Internacionais.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras*: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal. 1988.

COUTO, Ronaldo Costa**.** *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*: O poder Militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

D'ARAUJO, Maria C. et al. *Visões do Golpe:* A memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DREYFUSS, René A. *1964:* A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René A. DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: ALMEIDA, Maria Herminia T. de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRAGOSO, Heleno. Lei de Segurança Nacional**.** In: ABREU, Alzira Alves de e et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Ed. Revista e Atualizada. Editora FGV/CPDOC: Rio de Janeiro, 2001. V.3.

FRAGOSO, Heleno. *A nova lei de Segurança Nacional*. Disponível em: http/www.fragoso.com.Br/cgi-bin/heleno_artigos/arquivo32. Acesso em 29/03/05/

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras Perigosas:* Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOLIN, Tau. *A Fronteira:* Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial:* migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 65 p. 55-56

GURGEL, José Amaral. *Segurança e Democracia.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1978.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco:* as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003.

_____. O olhar geopolítico sobre as fronteiras*. Revista História Debates e Tendências.* Passo Fundo: UPF. v. 3, n. 2, dezembro 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise.* São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política.* 2ª ed. Campinas: Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 115-116.

LOPES, Sérgio. *O território do Iguaçu no Contexto da "Marcha Para Oeste".* Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras Redes. In: STROHAECKER, T.M. et all. *Fronteiras e espaço global.* Porto Alegre: AGB, 1998.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná:* Política e Governo. Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná.

MATTOS, General Meira. *Geopolítica e destino.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

_____. *Geopolítica e teoria das fronteiras:* fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

_____. *Geopolítica e Modernidade:* geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu A . *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999.

MISKIW, Antonio Marcos. *Colonos, Posseiros e Grileiros:* Conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação.

MOISÉS, José Álvaro. Brasil, a Transição sem ruptura. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). *Militares:* Pensamento e Ação Política. Campinas: Papirus, 1987.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil.* Campinas: Papirus, 1995.

_____. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. In: CARVALHO, Leonardo Arquimino de. *Geopolítica e Relações Internacionais.* Curitiba: Juruá Editores, 2002.

PADIZ, Pedro C. *Formação de uma economia periférica:* o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia de poder.* São Paulo: Ática, 1993.

REALE, Miguel. *A Segurança Nacional nas Constituições Brasileiras* – Seu Significado Atual. Revista Política e Estratégia, v. 07, n° 1, 1989.

RODRIGUES, Lysias A. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

SILVA, Golbery de Couto e. *Aspectos Geopolíticos do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exercito, 1957.

_____. *Geopolítica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Hélio. *As constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Globo, 1985.

SILVA, Moacir M.F. *Geografia das fronteiras no Brasil***.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, out/dez, 1942.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* De Castelo a Tancredo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Candice Vidal e. *A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro***.** Textos de História, v.4, n°2, 1996.

STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, 2000.

SVARTAMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas políticos e militares*: As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná:* histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TOSTA, Coronel Octavio. *Teorias Geopolíticas***.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil***.** 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

URNAU, Iraci M. W. *Autoritarismo, Rádio e Idéia de Nação***.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. Dissertação.

WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageros Mensus e Colonos***:** História do Oeste Paranaense. 2ª ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo